Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Erivaldo Santos Morais

Subjetividade e Serviço Social: desafios multidimensionais para a prática do assistente social na contemporaneidade

Mestrado em Serviço Social

São Paulo
2020

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Erivaldo Santos Morais

Subjetividade e Serviço Social: desafios multidimensionais para a prática do assistente social na contemporaneidade

Mestrado em Serviço Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a Orientação da Profa. Dra. Maria Lucia Rodrigues

São Paulo
2020

Banca Examinadora

_____

_____

_____

À minha querida mãe Maria Luisa que mesmo tendo pouco estudo soube me conduzir, a seu modo, pela senda da retidão.

À minha amada companheira Edilene por tantos anos de compreensão diante de minha quase absoluta ausência em momentos tão importantes de sua vida.

Ao meu filho Thales, fonte inesgotável de questionamentos e de inspiração.

Ao meu irmão Valmir pelo auxílio providente em momento difícil que me permitiu prosseguir com os estudos sem grandes preocupações.

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - Processo nº 134264/2018-5.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela concessão de bolsa integral, sem qual teria sido impossível realizar este estudo.

À professora Dra. Maria Lucia Rodrigues pela cobrança da excelência acadêmica, mas, sobretudo, pela paciência e empenho no laborioso processo de orientação. Foi com ela que aprendi ser possível inovar e ser diferente sem abrir mão de preceitos fundamentais.

À Dra. Ivonete da Silva, grande companheira desde os tempos de graduação e pós-graduação pelos inspiradores incentivos e por ter me apresentado à professora Rodrigues. Minha profunda gratidão.

Às professoras Dra. Maria Carmelita Yazbek e Dra. Abigail Silvestre Torres pelas valiosas contribuições na qualificação e por aceitarem fazer parte de momento tão importante em minha formação.

Aos pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social (NEMESS), pela acolhida afetuosa e por anos de troca de saberes, especialmente às pessoas: Liane, Carla e Perla pela sensibilidade e generosidade em momentos difíceis.

Aos profissionais que fizeram parte desta pesquisa e contribuíram para sua conclusão.

À Andreia Canhetti secretária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP pela imensa prestatividade.

Unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade, são multidimensionais: dessa forma, o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional. A sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa... O conhecimento pertinente deve reconhecer esse caráter multidimensional e nele inserir estes dados: não apenas não se poderia isolar uma parte do todo, mas as partes umas das outras; a dimensão econômica, por exemplo, está em inter-retroação permanente com todas as outras dimensões humanas; além disso, a economia carrega em si, de modo "hologrâmico", necessidades, desejos e paixões humanas que ultrapassam os meros interesses econômicos.

Edgar Morin

RESUMO

Há uma lacuna na profissão que se expressa na ausência de formação e de produções teóricas sobre subjetividade, que deságua inevitavelmente no exercício profissional. Neste contexto, merece reflexão o motivo pelo qual o Serviço Social não dá atenção a essa dimensão, e como o assistente social desenvolve sua prática nesse cenário. O objetivo desta dissertação consiste em analisar a subjetividade na formação e na prática do assistente social em seu trabalho cotidiano, no trato com as expressões materiais e simbólicas da questão social. Para isto, realizamos uma pesquisa qualitativa de caráter teórico empírico fundamentada na perspectiva sócio-histórica da psicologia social, articulada a uma visão antropo-sócio-histórica, multidimensional e complexa das dimensões do humano. A pesquisa empírica consistiu na realização de um grupo de reflexão sobre a questão da subjetividade, e a amostra foi constituída por seis sujeitos assistentes sociais inseridos na Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. O resultado da pesquisa reafirma a ausência de referenciais específicos sobre esta temática, chama a atenção da profissão para a urgência desse debate e mostra ao Serviço Social que é possível uma nova visão sobre a questão da subjetividade, o que vai lhe permitir maior aproximação e apropriação para assumir este campo como sendo necessário e também de sua responsabilidade.

Palavras-chave: Serviço Social, subjetividade, multidimensional, prática profissional.

ABSTRACT

There is a gap in the profession that is expressed in the absence of training and production theoretical perspectives on subjectivity, which inevitably flows into professional practice. In this context, it is worth reflecting on why Social Work does not pay attention to this dimension, and how the social worker develops his practice in this scenario. O objective of this dissertation is to analyze subjectivity in training and in practice social worker in his daily work, dealing with material expressions and symbolic of the social issue. For this, we conducted a qualitative research of character empirical theory based on the socio-historical perspective of social psychology, articulated to an anthropo-socio-historical, multidimensional and complex view of dimensions of the human. The empirical research consisted of a group of reflection on the subjectivity issue, and the sample consisted of six subjects social workers inserted in the Post-Graduation in Social Work of the Pontifical Catholic University of São Paulo - PUC/SP. The research result reaffirms the absence of specific references on this subject, draws the attention of the profession urgency of this debate and shows Social Work that a new vision is possible on the subjectivity issue, which will allow you to get closer and to assume this field as being necessary and also of its responsibility.

Keywords: Social Work, subjectivity, multidimensional, professional practice.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo do total de teses e dissertações por instituição e resultados filtrados por palavras-chave. 67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses e dissertações relacionadas à questão da subjetividade na área do Serviço Social... 69
Quadro 2 - Temas desenvolvidos nas cinco últimas edições do CBAS. 70
Quadro 3 - Temas desenvolvidos nas cinco últimas edições do ENPESS. 71
Quadro 4 - Temática das chamadas para publicação de artigos na Revista Serviço Social & Sociedade. 72
Quadro 5 - Temas centrais como forma de chamada para publicação de artigos na Revista Katálysis. 72
Quadro 6 - Temas centrais como forma de chamada para publicação de artigos na Revista Temporalis. 73
Quadro 7 - Temas centrais como forma de chamada para publicação de artigos na Revista Praia Vermelha. 74
Quadro 8 - Perfil dos sujeitos da pesquisa. 76

LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I – REFLEXÕES SOBRE SUBJETIVIDADE 19

1.1. A Psicologia Social Sócio-Histórica e Histórico-Cultural: enfoque e concepções. 21

1.2. Concepções de subjetividade em Marx e em autores de perspectivas marxistas: breve incursão. 29

1.3. Exclusão social e subjetividade: o sofrimento enquanto dimensão subjetiva. 36

CAPÍTULO II – SUBJETIVIDADE E SERVIÇO SOCIAL 39

2.1. Dificuldades históricas do Serviço Social brasileiro relacionadas ao campo da subjetividade. . 43

2.2. A natureza e a particularidade da prática do Serviço Social: a subjetividade como dimensão constitutiva da profissão. 51

2.3. "Questão social", políticas sociais e subjetividade: novos desafios teórico-práticos ao assistente social na contemporaneidade. 56

CAPÍTULO III – A PESQUISA: CONHECENDO A REALIDADE ESTUDADA. 65

CAPÍTULO IV – DINÂMICA DO GRUPO DE REFLEXÃO – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO. 78

4.1. A subjetividade na prática do assistente social 79

4.2. Entendimento teórico da subjetividade. 87

4.3. A formação do assistente social e a subjetividade. 91

4.4. A força do macro em oposição ao micro? 94

4.5. O exercício sócio-operativo e a subjetividade 96

CONSIDERAÇÕES FINAIS 99

REFERÊNCIAS 102

ANEXOS 107

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 107

ANEXO B – TÓPICOS DISPARADORES PARA GRUPO DE REFLEXÃO 108

ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DA DINÂMICA DO GRUPO DE REFLEXÃO 109

ANEXO D – FICHA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA PUC-SP 125

INTRODUÇÃO

A subjetividade é um tema que há muito tempo vem despertando nosso interesse. Em princípio no campo da psicologia constituía-se um enorme desafio compreendê-la em meio a tantas abordagens, mesmo entre as que estavam estritamente ligadas ao campo da Psicologia Social, área com que mantivemos maior proximidade em nosso exercício profissional. Entretanto, foi apenas mais recentemente que este tema passou a ser objeto de nossas reflexões e questionamentos, extrapolando o campo da psicologia geral, constituindo-se uma questão posta no campo social, no sentido *lato* da palavra.

Mesmo considerando as especialidades e os objetos de estudo das psicologias[1], Silvia Lane (1984), já afirmava que toda a psicologia é social, sem, contudo, pretender reduzir todas as áreas da psicologia à psicologia social, ou negar sua especificidade; compreendia que cada área da psicologia deveria admitir, dentro de sua particularidade, a formação histórico-social do ser humano. Este entendimento, ainda que em outro campo do conhecimento, nos permitiu conjecturar que toda profissão que trabalhe com seres humanos precisa concebê-lo em sua dimensão histórica e social e, ao assumir essa natureza, as profissões evocam para si o *status* de social sem, é claro, perderem sua particularidade, inclusive o próprio Serviço Social.

Foi com a aproximação ainda muito rudimentar desta compreensão e da noção de que não se pode compreender o ser humano de forma isolada, segmentada ou apartada do movimento histórico da humanidade que buscamos refletir sobre a subjetividade na área social, muito embora as ideias de separação e de especialização das áreas do conhecimento ainda obstaculizem nosso pensamento.

Contudo, as sementes já estavam plantadas e não demorou muito para que questionássemos de modo mais específico, como o próprio Serviço Social lida com a questão da subjetividade humana, incluída aí, a própria intervenção prática do assistente social.

Desde então, essa questão passou a despertar de forma mais profunda nossa atenção, colocando-se como um problema não resolvido, uma equação prática e teórica ainda não solucionada, agravada pela pouca importância que alcança no âmbito da profissão. Por esta razão, mesmo diante da complexidade em abordar esta questão, decidimos transformar aquilo que antes era apenas indagação particular, num objeto de pesquisa.

---

[1] O termo "Psicologias" no plural refere-se à diversidade de objetos da psicologia e caracteriza a existência não de uma, mas de várias psicologias ou "Ciências Psicológicas" nas palavras de Bock, et., al. (1989, p.21).

Nosso anseio consistiu em indagar algo que realmente nos incomodava, dada a dificuldade em conceber a prática do assistente social nesse contexto profissional e nos deparar com o fato de que o Serviço Social, ao menos à primeira vista, não vinha produzindo conhecimentos suficientes sobre esta matéria. Deste modo, os motivos que conduziram à escolha do tema *subjetividade* estão primeiramente relacionados à nossa formação tanto em Serviço Social quanto em Psicologia. Em suas perspectivas mais críticas, a Psicologia remete-se à subjetividade como a inter-relação indissociável entre as diferentes dimensões do ser humano em seus aspectos antropo-bio-psico-sócio-cultural. No entanto, na prática do Serviço Social, — área com a qual mais nos identificamos no exercício profissional cotidiano — as múltiplas dimensões do homem ainda parecem ser pouco conhecidas e carecem de mais estudos.

Assim e para uma visão mais ampliada sobre a expressão da temática na profissão, realizamos um primeiro movimento investigativo e de caráter documental das teses e dissertações de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social de diferentes instituições do país, que tivessem abordado este tema ou que evidenciassem esse inexplorado campo de atuação profissional do assistente social. Em seguida, efetuamos um mapeamento dos livros e artigos sobre as temáticas mais discutidas nos últimos cinco encontros dos dois maiores eventos do Serviço Social.

A lacuna preliminarmente constatada, aliada à carência de produções teóricas observadas no estudo, intensificou os motivos que nos conduziu a investigar os significados dessa temática no interior da profissão e entender, por um lado, quais seriam os motivos para o Serviço Social não dar atenção a essa dimensão; e por outro, compreender como o assistente social articula sua prática em relação à subjetividade no trabalho cotidiano, diante da falta de formação e escassez de produções teóricas no âmbito da profissão.

A ausência do debate acadêmico e de referenciais teóricos sobre a questão da subjetividade se amplia pelo fato das diferentes instâncias do Serviço Social não tratarem desse assunto, o que torna ainda mais árdua a presente pesquisa. Diante dessa dificuldade fomos conduzidos a trilhar outros caminhos e buscamos nas disciplinas de filosofia e de psicologia entender mais essa questão, vez que não encontramos discussões correlatas nas disciplinas do Programa de Serviço Social.

Entretanto, esta não é uma particularidade local como pudemos observar nas produções de teses e dissertações dos cinco Programas de Pós-Graduação em Serviço Social

pesquisados. Antes, trata-se de uma realidade mais ampla verificada a partir da deliberada repetição de temas discutidos em âmbito nacional pelos dois maiores eventos do Serviço Social que servem de termômetro para avaliar os interesses temáticos, a direção reflexiva e de construção de conhecimentos na área.

A dificuldade prática do assistente social em lidar com o campo da subjetividade está instalada e se configura numa situação crítica para a qual não há formação, embora com frequência seja requisitado para atuar nesse contexto com suas demandas. A falta de formação do assistente social para atuar nessa realidade ineliminável de seu cotidiano, se agrava ainda mais na medida em que ao buscar formação para suprir essa carência, não encontra produção teórica consistente na área do Serviço Social.

Em nossa experiência em equipe multidisciplinar[2], vivenciamos esse dilema juntamente como outros assistentes sociais diante de um contexto profissional permeado por questões subjetivas que se colocavam com uma realidade social permanente e necessária em nossas atividades. Por vezes, profissionais de outras áreas entendem que o assistente social não deveria atuar diretamente no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, devido a presença do componente subjetivo/emocional, tarefa que deveria ser delegada aos psicólogos, por estarem, em tese, mais bem preparados para lidar com este fenômeno, enquanto que os assistentes sociais deveriam se ater ao atendimento e trabalho socioeducativo com as famílias e encaminhamentos de suas demandas à rede socioassistencial.

Esse posicionamento majoritário da equipe despertou-nos sentimentos ambivalentes e nossos companheiros assistentes sociais — mesmo favoráveis a essa atuação direta e às possíveis contribuições que o Serviço Social poderia trazer a essa questão — tinham pouca propriedade para argumentar sobre a importância de sua prática nesse cenário para além das questões materiais e concretas. Isto nos fez pensar e repensar seriamente a prática do assistente social, principalmente quando se busca atuar em equipe numa perspectiva interdisciplinar.

[2] Trata-se do serviço de proteção social às crianças e adolescentes vítimas de violência e abuso sexual inserido na proteção especial de média complexidade, na tipificação dos serviços da rede socioassistencial, que tem em princípio a previsão de profissionais tanto da Psicologia quanto do Serviço Social em seu quadro profissional para consecução de atividades afins, observados, evidentemente, os princípios ético-políticos e as particularidades que demarcam a identidade de cada profissão.

Em princípio, a impressão que tivemos foi que para outros profissionais, sobretudo psicólogos, era como se o assistente social estivesse querendo "invadir" um campo de atuação que lhe é totalmente alheio e para o qual não tem habilitação para atuar, ainda que não dito expressamente. Mesmo tendo ciência da importância dos múltiplos olhares para a compreensão da condição humana, fomos buscar na literatura do Serviço Social subsídios que nos permitissem entender de forma mais global esta perspectiva do fazer profissional e constatamos, além das ações de "cunho conservador", pouca produção crítica consistente que pudesse ancorar na atualidade esta prática que faz parte da realidade de muitos assistentes sociais.

O que encontramos de profícuo na realidade foi justamente um esforço progressivo de alguns profissionais que estão na prática e/ou produzindo conhecimentos para (re) colocar na pauta do Serviço Social a discussão da temática subjetividade até então pouco discutida, sobretudo no eixo técnico-operativo.

Nesse sentido e superadas as ideias iniciais de separação, — relatadas no início desta introdução, como legado de um modelo de ensino que impõe fronteiras ao conhecimento e gera reducionismos — acreditamos ser esta discussão uma forma de tentar qualificar uma prática já existente, na qual muitos assistentes sociais são chamados a atuar, mas que quando essa atuação ultrapassa os "limites do encaminhamento", o profissional fica confuso e não sabe ao certo como atuar.

Contudo, a realidade está dada e o Serviço Social precisa caminhar junto a suas demandas para melhor compreensão e reconhecimento social da profissão em seu movimento histórico de incessante *devir*, por meio de sua prática e da constante reflexão crítica.

O Serviço Social é uma profissão que tem como matéria prima de trabalho os desdobramentos da "questão social", ainda que de forma não exclusiva, pois compartilha esta tarefa com outras profissões do social; porém, dentre os profissionais que lidam com suas sequelas, é o assistente social um dos que mais se aproxima da realidade vivida pelas pessoas, sobretudo as mais vulneráveis e nesse sentido se torna privilegiado por ter a possibilidade de decifrar não apenas a realidade social das pessoas e nela intervir, mas também pelo próprio significado social que a profissão adquire.

Partimos do pressuposto que as expressões materiais da questão social atingem e repercutem na subjetividade das pessoas, e que é necessário conhecer essa realidade vivida

que não é apenas concreta e objetiva, mas fundamentalmente intersubjetiva, abstrata, simbólica, portanto, inseparável das práticas humanas nas relações sociais. O Serviço Social enquanto profissão eminentemente interventiva não pode prescindir deste cuidado no trato com o ser humano, seja ele profissional ou sujeito usuário, sob o risco de minimizar seus desejos, paixões e emoções, pois "[...] quando lidamos com uma dimensão que não se limita às ações burocráticas e mesmo idealizadas no cotidiano do trabalho profissional, seja individualmente ou em grupo, somos afetados nessa relação de intersubjetividades" (Duarte, 2010, p. 21).

Assim sendo, o Serviço Social não apenas recebe, mas também produz impactos na sociedade. A "questão social" não é apenas material e suas expressões manifestam-se nos aspectos emocionais daqueles aos quais sobrevém. Neste sentido e tendo em vista que as expressões da questão social atingem por inteiro os sujeitos com os quais lidamos cotidianamente, é importante considerar que as condições econômicas e sociais estão intimamente interconectadas às condições históricas, políticas e também psicológicas sendo, portanto, inseparáveis da totalidade do ser social.

Se a prática profissional do assistente social é uma forma de ação no concreto, pode-se dizer que a subjetividade humana compõe essa realidade concreta e social. Os usuários que chegam aos serviços para serem atendidos pelos assistentes sociais apresentam, simultaneamente, questões conectadas ao capitalismo, à singularidade e à particularidade da situação em que se encontram.

A vida e suas vicissitudes não deixam de ser uma vida particular vivida no geral em seu contexto histórico, portanto, o global não pode ser separado daquilo que é particular. Talvez o grande desafio profissional consista em aprender a articular a singularidade com os aspectos mais gerais e vice-versa num movimento que permita ir do particular (partes) ao todo (geral), que comporte pensar a totalidade na sua singularidade. Aprender a trabalhar com as contradições mais amplas do modo de produção capitalista que retroalimentam as desigualdades de classe e alastram as expressões da questão social que impactam a vida dos sujeitos, coloca-se como constante desafio. É na esteira desse entendimento que esta pesquisa busca compreender a subjetividade na formação e na prática do assistente social, em suas intervenções e frente às demandas complexas com as quais lida cotidianamente em sua prática profissional.

Do ponto de vista teórico nossa análise sobre a subjetividade foi orientada pela perspectiva sócio-histórica com contribuições de algumas áreas do conhecimento, porém com maior destaque às produções da psicologia social como eixo principal para análise dos conteúdos e, do ponto de vista metodológico, optamos pela abordagem qualitativa por meio da realização de pesquisa empírica com um grupo de reflexão envolvendo assistentes sociais matriculados na Pós-Graduação.

Nessa perspectiva, estruturamos a dissertação do seguinte modo: **o primeiro capítulo** trata de algumas noções e concepções de subjetividade, sobretudo no âmbito da Psicologia Sócio-Histórica, apesar de transitar por diferentes autores de diferentes áreas do conhecimento e problematizar a indissociável inter-relação entre o individual e o social, entre o material e o simbólico e entre o objetivo e o subjetivo em sua relação processual permanente.

No segundo capítulo, a partir dos desdobramentos do primeiro, procuramos refletir sobre a relação entre subjetividade e Serviço Social, compreender as dimensões subjetivas que se configuram nos espaços sócio-ocupacionais e no contexto das relações sociais em que se dá a prática do assistente social.

No terceiro capítulo apresentamos os achados do levantamento documental em teses e dissertações de cinco Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, em livros, artigos e na observação das temáticas dos dois grandes eventos do Serviço Social em nível nacional.

No quarto capítulo trabalhamos os dados da pesquisa empírica, seguidos da análise crítica e interpretação de seu conteúdo. Ao final deste capítulo, encerramos a pesquisa com a elaboração das considerações finais.

CAPÍTULO I – REFLEXÕES SOBRE SUBJETIVIDADE

A discussão da subjetividade está presente nos mais diversos campos das ciências humanas e sociais (antropologia, sociologia, filosofia, medicina, entre outros), especialmente àqueles dirigidos às questões relativas aos seres humanos[3]. Dada a complexidade deste tema, consideramos a necessidade de abordá-lo em seus aspectos multidimensionais que escapam ao estreito determinismo linear na complexa dinâmica da realidade social em que se constitui o sujeito e sua subjetividade.

A multidimensionalidade aqui referida é, a nosso ver, uma característica constitutiva do campo da subjetividade humana que exige a consideração e abordagem de múltiplos aspectos que interagem e retroagem numa recíproca, complexa e contraditória relação que ultrapassa o mero determinismo de causa e efeito relacionado a este fenômeno. É nesse sentido que estamos considerando a subjetividade: como uma relação dialética e dialógica, na qual as condições históricas e sociais ao mesmo tempo em que a determinam é por ela determinada de forma complexa e contraditória na dinâmica concreta da realidade.

Apesar da vasta produção sobre subjetividade presente nos mais diversos campos do conhecimento humano (filosofia, antropologia, psicologia, neurociência, biologia, entre outros), no decorrer desta reflexão vamos nos inspirar, inicialmente, em produções teóricas do campo da psicologia social, área que mais produziu conhecimentos sobre esta questão e que dialoga com a abordagem histórico-social, perspectiva que adotamos como eixo neste estudo. Propomos avançar para compreender os elementos constitutivos e constituintes da subjetividade no campo multidimensional que desvela a condição humana em suas mais diversas possibilidades e expressividade.

É importante ressaltar a enorme dificuldade para encontrar uma definição de subjetividade, ainda que relacionada ao campo da psicologia[4]. O que observamos são diferentes concepções, menções, noções e formulações mais ou menos generalizadas que permitem reconhecer e compreender as linhas teóricas gerais e os conteúdos que delineiam

[3] Nosso esforço, nesse sentido, será refletir no próximo capítulo sobre a importância e pertinência dessa discussão no Serviço Social, como significativo campo de conhecimento, *tanto para a investigação quanto para a intervenção do assistente social.*

[4] Apesar desta afirmação se aplicar de modo geral à psicologia como um todo, não é nosso objetivo fazer uma revisão da definição de subjetividade na literatura da ciência psicológica, mas sim explicitar algumas concepções, ainda que generalizadas, dentro da abordagem da psicologia social sócio-histórica e da psicologia histórico-cultural que tomamos como referência ao longo deste capítulo, atribuindo maior destaque à vertente sócio-histórica no desenvolvimento de nossas reflexões.

este complexo conceito. Essa dificuldade, a nosso ver, está relacionada em parte ao desenvolvimento da psicologia enquanto ciência. No início, o tema da subjetividade não estava presente de forma explícita e a compreensão dos pressupostos a ele relacionados eram invariavelmente associados a uma visão objetivista dos chamados fenômenos psicológicos.

Contribuiu com esta visão, o fato de a psicologia não possuir objeto único de estudo e seu desenvolvimento, em suas mais diversas abordagens, ser marcado por conhecimentos que evidenciavam o que ficou conhecido na história da ciência psicológica por reducionismos tanto objetivistas quanto subjetivistas (cf. Ferreira, 2000).

Em nome da objetividade, critério máximo para obtenção do *status* de ciência, a psicologia acabou por criar dicotomias entre o nível individual e o nível social, entre sujeito e objeto, entre objetividade e subjetividade que até hoje estão presentes nas ciências humanas e sociais. Por outro lado, vertentes psicológicas mais críticas apoiadas, sobretudo, numa visão marxista[5] de homem, têm feito essa revisão trazendo para o centro do debate o sujeito histórico que só pode ser conhecido no conjunto de suas relações sociais enquanto produto e produtor de sua realidade.

Outra grande dificuldade, e talvez a mais penosa e ainda incompreensível, reside no fato de que a questão da subjetividade perpassa inevitavelmente várias áreas do conhecimento, o que pressupõe a necessidade de um diálogo interdisciplinar e inter-teórico mais aprofundado e pluralista, mas nem sempre bem visto e até mesmo rechaçado entre as diferentes correntes teóricas, o que demonstra limitações na busca da compreensão do ser humano.

Estamos cientes dessas dificuldades conceituais e do desafio de se pensar a subjetividade para além de uma visão unidimensional, estéril e unilateral — que enxerga apenas um lado do ser humano —, bem como da imperiosa necessidade de transcender dogmas que aprisionam o conhecimento, sem cair em reducionismos objetivistas ou subjetivistas, dado que as contradições e o necessário "caráter plural, multiepistêmico e teórico" como bem apontou Vasconcelos (2010b, p. 258), são características constitutivas do campo da subjetividade humana. É nessa direção que propomos a presente reflexão.

[5] Todos os autores aqui apresentados em seus mais diversos campos de atuação e perspectivas teóricas têm, em maior ou menor grau, interlocução com o "marxismo". No entanto, é preciso reconhecer que há importantes contribuições para além da visão marxista de homem, e não é nosso objetivo fazer uma análise marxista da subjetividade, mas resgatar aquilo que em Marx, e em seus intérpretes, como veremos mais adiante, contribui para compreensão desse complexo campo no e para além dos marxismos.

Mesmo diante dos reconhecidos esforços teóricos de superação das dicotomias e reducionismos que ainda persistem nos entendimentos e nas formas de conceber o sujeito e a subjetividade, reconhecemos que se constitui em difícil tarefa transcender um conceito que frequentemente está associado ao indivíduo, àquilo que pertence ao seu mundo interno, à sua singularidade, a seus sentimentos, emoções, etc., que compete ao âmbito da individualidade como sendo distinto e externo ao que é coletivo e social.

Embora o termo subjetividade seja frequentemente associado ao estudo da psicologia, entendemos que faz parte da constituição do psiquismo humano, portanto, da dimensão subjetiva humana, agregando diversos e diferentes componentes e que no contexto das relações sociais vão compor o tecido social. Nesse sentido e considerando a importância da psicologia nesse cenário, *o estudo da dimensão subjetiva do homem não deve ser absolutizado e restrito a nenhuma teoria ou área do conhecimento*[6], por mais crítica que seja.

Dessa forma, optamos em realizar o estudo da subjetividade em Serviço Social a partir do referencial teórico de caráter sócio-histórico, articulado a uma concepção antropo-sócio-histórica do ser humano. É possível fazer uma leitura histórica da subjetividade sem criar dicotomias na realidade ou se desviar para uma concepção naturalizadora do psiquismo humano que consequentemente banaliza o que é histórico e construído nas relações sociais. Esta compreensão norteará precipuamente nossa trajetória ao longo dessa empreitada teórica; não como fim, mas como início — ainda que incipiente — de um processo de busca e apreensão das dimensões subjacentes ao gênero humano pouco exploradas, pouco conhecidas, mas presentes na constituição da subjetividade humana.

1.1. A Psicologia Social Sócio-Histórica e Histórico-Cultural: enfoque e concepções.

Diferentes autores como Furtado (2001), Gonçalves e Bock (2003), Rosa e Andriani (2011), explicam que a Psicologia de base Sócio-Histórica surgiu na extinta União Soviética no início do século XX tendo como referência o materialismo histórico e dialético; na produção da psicologia soviética de cunho marxista, ganham expressão Lev Vigotski (1896-1934), Alexander Luria (1902-1977) e Alexei Leontiev (1903-1979), autores que definem

[6] Seguindo esta linha de raciocínio veremos no capítulo II que a subjetividade, como perspectiva incorporada ao *objeto de intervenção do campo social*, envolve várias áreas do conhecimento; enquanto campo de saber teórico/prático não é exclusivo de qualquer profissão, visto que "A *especificidade não é assim exclusividade* adquirida por uma disciplina no domínio de um objeto 'real', a partir dos 'fenômenos reais' com os quais estabelece relação. [...]" (Lopes, 1979, p.30; grifo nosso).

seus fundamentos teóricos numa perspectiva crítica, relacionando as interações sociais às condições de vida dos sujeitos.

Segundo Bock (2001), a psicologia sócio-histórica toma por base a psicologia histórico-cultural de Vigotski, de caráter marxista propriamente dito, desenvolvida na antiga União Soviética até se expandir e chegar ao Brasil e se consolidar como uma vertente teórica e crítica na psicologia social; no entanto, segundo Rosa e Andriani (2011, p.268), a denominação Psicologia Sócio-Histórica teria sido criada pelo grupo da PUC/SP. Desse modo, a denominação da psicologia sócio-histórica ou histórico-cultural como alguns preferem nomear, seriam correspondentes na medida em que ambas são orientadas pela compreensão histórico-social que trata da dimensão subjetiva do homem; a sócio-histórica se detém menos ao aspecto cultural incorporando este conceito em seus pressupostos.

Apesar de existirem muitas produções teóricas que evidenciam a subjetividade como constitutiva do psiquismo humano, (Furtado, 2001; Silva, 2009) mesmo entre as abordagens que consideram o materialismo histórico e dialético[7], — e aí se destaca a vertente sócio-histórica, — ainda assim, parece não haver um entendimento claro sobre a questão da subjetividade.

Talvez quem tenha mais se aproximado dessa tarefa, é o psicólogo cubano González Rey (2003), um dos seguidores da matriz histórico-cultural que entende subjetividade como "[...] o complexo sistema da configuração subjetiva dos diferentes espaços da vida social que, em sua expressão, se articulam estreitamente entre si, definindo complexas configurações subjetivas na organização social" (p.203). Por "configuração subjetiva", remete ao conjunto de experiências organizadas na personalidade de cada sujeito singular concreto; trata-se de um sistema gerador de sentidos subjetivos na medida em que o sujeito atribui sentido às ações desenvolvidas em dado contexto histórico e social, de modo que nesta complexa inter-relação vão se definindo novos sentidos.

Este modo de compreender a subjetividade como um "complexo sistema da configuração subjetiva", que integra a complexa e contraditória relação entre indivíduo e

[7] Estes pressupostos permitem romper com as visões naturalizadoras e individualistas do psiquismo humano, como veremos mais adiante, abrindo um leque de possibilidades para se pensar a subjetividade como um campo de "novas configurações" e constituição do sujeito, aberto a "novas formulações" que suplantam a esfera intrapsíquica e as determinações objetivas e concretas da realidade.

sociedade, permite reconhecer a existência do subjetivo de nível individual que se articula com o nível social num mesmo processo sem que ambos se confundam.

> Portanto, os processos de subjetividade social e individual não mantêm uma relação de externalidade, mas se expressam como momentos contraditórios que se integram de forma tensa na constituição complexa da subjetividade humana, que é inseparável da condição social do homem. [...] (González Rey, 2003, p. 206).

Os momentos contraditórios a que se refere o autor colocam em cena o homem como sujeito ativo, concreto e social, ao mesmo tempo produto e produtor da sociedade, de suas formas de sociabilidade, portanto, constituinte e constituído pelo processo de produção da subjetividade[8].

Para González Rey (2003), a tensão e contradição desses momentos que integram e constituem o sujeito e sua subjetividade individual no espaço social, geram simultaneamente novas configurações subjetivas para além dos sentidos e dos significados presentes no campo social; pela atuação particular e direta do sujeito ativo, se convertem em elementos contraditórios desse espaço que o torna, além de constituído, constituinte.

Isso significa que o sujeito não é apenas produto do meio social, na medida em que sua subjetividade só se define nas relações sociais do contexto histórico e cultural em que está inserido; através de sua ação como sujeito singular, ativo e histórico, altera, modifica ou constrói, ao mesmo tempo, determinado espaço que o transforma passando a ser, além de produto, também produtor; e é nesta relação imbricada e contraditória entre indivíduo e sociedade que se constituem os elementos essenciais ao desenvolvimento humano (González Rey, 2003).

O que se observa nestas exposições é que objetividade e subjetividade estão intrinsecamente ligadas. As condições subjetivas sempre acompanham as realizações objetivas e que para além de compreender o individual é preciso compreender o social, porque o indivíduo só se constitui socialmente por meio de sua ação concreta na realidade. Portanto, a subjetividade é individual e social ao mesmo tempo.

Foi precisamente com o objetivo de retirar o conceito de subjetividade do campo individualista, restrito à esfera intrapsíquica e trazê-lo para a complexa representação dialética da relação indivíduo-sociedade que González Rey (ibid., p. 202), apresenta a "subjetividade

[8] Esta compreensão também aparece no *pensamento complexo* de Morin (2000), quando explicita em um dos princípios da *complexidade* a 'recursão organizacional', onde a recursividade *é um processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu* (p.89).

social" com "[...] a intenção de romper com a idéia arraigada nos psicólogos, de que a subjetividade é um fenômeno individual, e apresentá-la como um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual [...]".

> O desafio de apresentar a psique a partir de uma visão cultural despojando-a do caráter determinista e essencialista, que acompanhou a grande maioria das teorias psicológicas, conduz a uma representação da psique em uma *nova dimensão complexa, sistêmica, dialógica e dialética***,** definida como espaço ontológico, à qual temos optado pelo conceito de subjetividade [...] (ibid., p. 75; grifo nosso).

Neste ponto González Rey abre uma importante precedência, a qual vínhamos cortejando desde o início deste estudo, que consiste na possibilidade de se pensar a subjetividade como um sistema complexo, que nas palavras de Morin (2000, p. 38) representa aquilo que "foi tecido junto", e implica na consideração e valorização de todas as áreas do conhecimento para compreensão do todo e das partes que constituem esse todo complexo.

É com base nesse entendimento que defendemos a criação e desenvolvimento de conhecimentos sem fronteiras que até aqui só tem servido para fragmentar o ser humano e sua multidimensionalidade. Nesse sentido, o estudo da dimensão subjetiva do homem não pode ser restrito a nenhuma área específica, mas visto numa perspectiva que atravessa e vai além dos diversos campos do conhecimento, portanto, de natureza transdisciplinar[9].

A partir desta definição e da forma processual, dinâmica com que González Rey concebe a subjetividade, consideramos ser possível retomar o caminho inverso que intencionalmente trilhamos para poder avançar e verificar de que modo ocorrem as tentativas de sistematização deste termo no âmbito da abordagem sócio-histórica da psicologia social.

Furtado (2001, p. 87) afirma que,

> [...] podemos depreender que a subjetividade é um campo socialmente construído e que se expressa no plano individual (crenças, valores e comportamentos individuais). Mas não é somente dessa forma que o termo subjetividade tem sido utilizado na literatura especializada e mesmo no cotidiano. De certa forma, o termo subjetividade tem sido usado para definir todo fenômeno humano que escapa à concretude da objetividade. [...] Por outro lado, o termo tem sido utilizado, principalmente no campo da Psicologia e da Psicanálise, como resultado da produção psíquica, e nesse sentido representa o conteúdo produzido pelo sujeito.

[9] "Não se trata, portanto, de uma proposta simples, pois requer o estudo e a disposição de conhecer novas alternativas de análises, de compreensão da realidade, especialmente da interlocução com diferentes áreas de conhecimento, se considerarmos nossa ignorância diante do mundo contemporâneo e da complexidade da vida" (Rodrigues, 2019, p. 51).

O autor reconhece, de um lado, a abrangência do termo subjetividade e de outro, a variedade de formas com que tem sido utilizado revela, na visão sócio-histórica, a manifestação de um mesmo fenômeno que é, ao mesmo tempo, individual e social, objetivo e subjetivo na relação dialética em que estes pares estabelecem.

Para a Psicologia Sócio-Histórica o essencial da compreensão dialética é o movimento e a contradição que aponta finalidades em cima de uma dada realidade. Dialética nesse sentido é uma forma de afirmar o ser; é tese e antítese ao mesmo tempo, de modo que instâncias diferentes formam unidade de contrários tais como: singular/plural, indivíduo/sociedade, objetividade/subjetividade, onde um é diferente do outro, mas um não é sem o outro.

Por essa ótica não é possível falar de objetividade sem considerar a subjetividade. Indivíduo e sociedade são diferentes, mas compõem uma unidade contraditória na visão dialética. No entanto, essa maneira de compreender o ser, não nega sua identidade que é e não é ao mesmo tempo; e que por estar imersa na multiplicidade constitui um processo que é uno e múltiplo de modo simultâneo, ao invés do "isto" ou "aquilo" que separa sujeito do objeto e gera reducionismos.

Os pressupostos teóricos e metodológicos da vertente sócio-histórica permitem este tipo de leitura, passando necessariamente pela noção básica de historicidade; a subjetividade é uma construção histórica organizada nas relações sociais estabelecidas entre os homens num dado momento histórico.

No entanto, Gonçalves e Bock (2003) advertem que não basta reconhecer que esta relação é social e histórica. É preciso ter instrumentos eficazes para compreender esse movimento histórico; qualquer método que trate indivíduo e sociedade como externos e independentes, mostra-se inadequado.

Assim, o materialismo histórico e dialético, adotado como fundamento pela abordagem sócio-histórica, permite superar tanto as visões naturalizadoras do psiquismo humano, quanto às dualidades entre indivíduo e sociedade que levaram à dicotomia entre objetividade e subjetividade que por muito tempo impediram uma visão mais plena da totalidade do ser humano.

Entender o contexto histórico, cultural e social significa desnaturalizar o campo psicológico como condição para compreensão da subjetividade e considerar que o psiquismo

é construído historicamente por meio das relações sociais que os sujeitos sócio-históricos estabelecem como produtos e produtores da história (Furtado, 2001; Gonçalves e Bock, 2009).

Segundo Rosa e Andriani (2011) admitir que o psiquismo humano só se constrói nas relações sociais humanas em dado contexto histórico e social, não implica negar a singularidade do sujeito; antes, pressupõe que cada sujeito com sua história particular, suas relações e experiências construa, ao mesmo tempo, de modo único um psiquismo singular. A dimensão subjetiva não é apenas efeito, mas também produz elementos que constituem esse campo subjetivo pela ação ativa do homem. A subjetividade é considerada individual e social ao mesmo tempo; a psicologia busca superar essa dicotomia indivíduo-sociedade, que consequentemente levou a dualidade objetividade-subjetividade, olhando para o indivíduo e para os fenômenos sociais determinados e por ele (sujeito) constituídos numa perspectiva sócio-histórica.

De todo modo, o fenômeno psicológico ou a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais na vertente sócio-histórica diz respeito às condições sociais e históricas em que se inserem os homens. Algumas passagens reafirmam esta afirmação.

"[...] O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constitui na relação com o mundo material e social [...]" (Bock, 2001, p. 22-23)

"[...] E aí já está posta a compreensão sócio-histórica, ou seja, a identificação dos fenômenos sociais parte da noção de que há um processo material e contraditório que configura aspectos da realidade como fenômenos sociais" (Gonçalves e Bock, 2009, p. 148).

E continuam:

"[...] É preciso reconhecer a produção de fenômenos a partir da materialidade e da historicidade das relações sociais" (ibid., p. 151).

Depreendemos que as condições objetivas vão caracterizar os fenômenos e que estes podem ser entendidos como aspectos da própria subjetividade humana, posto que as condições subjetivas (imateriais) dependem e ao mesmo tempo suplantam as condições objetivas (materiais) numa relação dialética; pois mesmo que as condições materiais sejam

alcançadas e supridas, as imateriais permanecem e configurariam essa dimensão subjetiva dos fenômenos sociais ou da realidade em que se situam os seres humanos concretos.

Em última instância, entendemos que o "fenômeno psicológico ou social" aqui referido expressa a vida humana em suas condições econômicas, históricas, sociais, culturais e também psicológicas de dada sociedade e tempo histórico em que vivem os homens. As crenças, os mitos, os valores, os afetos e as emoções estão no campo da subjetividade, visto que "[...] só é possível compreender a dimensão subjetiva da vida social se se tiver como pressuposto que não há vida social sem subjetividade nem objetividade fora da vida social" (Gonçalves e Bock, 2003, p. 97).

Mesmo González Rey (2003), por vezes, relaciona o conceito de subjetividade aos fenômenos ou dimensão subjetiva numa perspectiva muito semelhante à da sócio-histórica, apesar de ter definido "subjetividade social" como categoria central, apresentando-a como um "sistema complexo" conforme já explicitado anteriormente.

Com isto queremos apenas demarcar, a título exclusivamente de preferência, que daqui em diante, sempre que estivermos livremente nos referindo a estes conceitos, — a menos que sejam expressamente citados pelos autores em referências — vamos optar pelos termos *subjetividade* e/ou *dimensão subjetiva*, por considerarmos que dialogam mais diretamente com nossa área de atuação e campo em que estamos propondo esta reflexão.

De todo modo, parece haver um consenso de que o objeto da psicologia seria, nesse sentido aqui desenvolvido, "[...] o *estudo da subjetividade*, como expressão da construção de cada indivíduo inserido em determinado contexto social e histórico. [...]" (Sanches e Kahhale, 2003, p. 39; grifo dos autores). Seguindo esse entendimento, a vertente sócio-histórica entende que o indivíduo não está isolado, está situado numa sociedade marcada pela divisão de classes e esse é o contexto histórico e social em que se produz subjetividade, objeto de sua análise.

Na visão sócio-histórica as diferenças de classes, tomadas como bases teóricas do "marxismo", são fundamentais para entender o indivíduo e a sociedade. Assim, ao tratar de subjetividade, mantém essas referências embora reconheça a presença de outras categorias e da própria determinação materialista da relação que não é meramente economicista[10], visto

[10] Redução das mais diversas questões ao fator econômico ou à análise meramente econômica da vida e das relações sociais.

que o próprio Marx fazia uma análise muito mais ampla das diversas questões da sociedade capitalista.

Seguramente, classe social é categoria fundamental e atravessa as relações sociais no domínio do modo de produção capitalista, mas ela não é única e nem pode ser privilegiada; há a desigualdade de gênero, raça, etnia, etc., que em seus entrecruzamentos aprofundam e ampliam as experiências de quem vive o sofrimento[11] oriundo das injustiças sociais. Ademais, o grande desafio de se trabalhar simultaneamente com estas formas de opressão, sem sobrepô-las umas às outras, vem sendo matéria de estudo da categoria interseccionalidades (cf. Piscitelli, 2008).

As tendências mais ortodoxas que adotam a teoria social crítica de Marx como fundamento, apresentam dificuldades para dialogar com outros temas além da questão de classes ou de aspectos macrossociais e estruturais conjunturais que regem as relações sociais da sociedade capitalista. É nesse cenário que o estudo da temática da subjetividade tem sido relegado a pretexto — ainda que inconfesso — de uma suposta contrarrevolução, como se questões da "ordem do indivíduo" fossem incompatíveis com os projetos coletivos, bem como obra e pensamento de Marx.

É certo que Marx não trata diretamente da subjetividade, mas em sua obra a partir da dialética, da compreensão ontológica do ser social, é cabível essa leitura, tendo em vista que o par dialético objetividade-subjetividade em sua unidade de contrários, em que um não existe sem o outro, não desconsidera essa dimensão como até aqui pudemos observar nos pressupostos da psicologia social sócio-histórica. Mesmo outras teorias que tratam da subjetividade tais como a filosofia, a neurociência, a biologia, a biofísica, entre outras, são capazes de estabelecer interlocução com o "marxismo" e com o materialismo histórico-cultural.

Com esta breve explanação sobre os pressupostos da vertente sócio-histórica da psicologia social, acreditamos ser possível avançar um pouco mais nesse entendimento a partir das concepções do próprio Marx, sobretudo dos manuscritos, obra de caráter essencialmente humanista (cf. Fromm, 1983), a fim de verificar suas contribuições para o

[11] Esse sofrimento, qualificado como ético-político por Bader Sawaia (1999) permite, enquanto categoria de análise da dialética exclusão/inclusão, compreender o movimento histórico das desigualdades sociais em dado contexto em que se estabelecem as injustiças e configura uma dimensão subjetiva que tem rebatimentos diretos, tanto na sociabilidade quanto na subjetividade humana, como trataremos mais adiante.

campo da subjetividade, bem como de autores que dialogam com a tradição marxista nesta perspectiva.

1.2. Concepções de subjetividade em Marx e em autores de perspectivas marxistas: breve incursão.

Para Marx, o homem é um ser social, real, concreto, ativo e histórico. Em a "*Ideologia Alemã*", Marx e Engels (2007, p. 86-87) consideram como pressuposto que o fundamento da história humana é a existência de seres humanos:

> Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica. O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza.

Esta constatação evidencia a necessária relação do homem com a natureza enquanto ser concreto e ativo para dela se apropriar, diferenciando-se dos demais animais e se afirmar como ser objetivo, pois ao "[...] produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material" (ibid., p.87).

Desse modo, podemos perceber que a essência humana em Marx é indissociável da atividade livre e consciente dos homens, de sua ação transformadora da natureza e de si mesmo, do trabalho. É pelo trabalho que o homem ao transformar a natureza, produz sua própria humanidade.

Nos "*Manuscritos Econômico-Filosóficos*" de 1844[12], Marx desenvolve melhor essa ideia por meio do conceito de homem genérico e coloca o trabalho como condição essencial para a existência humana. "[...] A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *specie*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem [...]" (Marx, 2010, p.84).

Nesse sentido a existência humana não pode prescindir do trabalho. Em Marx o homem se humaniza e se afirma como ser através da sua ação, de sua atividade livre e

[12] Todos os grifos ou ênfases nas citações diretas dos manuscritos que reproduzimos, são do próprio Marx. Nos demais casos em que tal situação ocorrer, serão devidamente identificados como sendo nossos ou do autor em questão os respectivos destaques.

consciente sobre a natureza para transformá-la e nesse processo transforma-se a si mesmo e se diferencia dos demais animais. “[...] A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, e só por isso, ele é um ser genérico [...]” (ibid., p.84).

Na esteira desse entendimento, Chagas (2013) compreende a subjetividade em Marx, como objetivação (produção material) daquilo que antes foi subjetivamente idealizado (produção imaterial) na mente humana, como o momento de maior expressão criativa e subjetiva dos desígnios humanos:

> [...] O trabalho não é um simples fazer fortuito, mecânico e restrito, mas uma atividade voltada para um fim, que é uma determinação da subjetividade humana, uma atividade livre e consciente, subordinada à vontade, uma vez que o sujeito, antes de fazer constrói subjetivamente sua obra, imprimindo nela o projeto que tinha *a priori* na sua subjetividade. [...] (p. 75; grifo do autor).

Disto decorre a compreensão de que a subjetividade não é mero reflexo das determinações econômicas e objetivas da realidade concreta, que por muito tempo gerou objetivismos reducionistas que dificultou o reconhecimento dessa dimensão da vida humana a partir de preconceitos ou de leituras equivocadas do legado marxiano. A meta de Marx, em última análise, era a libertação do homem do próprio determinismo econômico, daí sua crítica mordaz ao modo de produção capitalista enquanto condição negativa imposta à objetivação da atividade vital humana (Fromm, 1983; Silveira, 2002; Vasconcelos, 2010b; Chagas, 2013).

O indivíduo não é apenas um ser determinado pelas condições sociais e históricas de seu tempo, como diversos autores vem apontando (Fromm, 1983; Chagas, 2013; González Rey, 2003; Furtado, 2001; Gonçalves e Bock, 2003), mas enquanto sujeito ativo, real, social e histórico, atua ao mesmo tempo como produto e produtor sobre esta realidade e a transforma.

Portanto, em Marx, é por meio do trabalho que o homem genérico (o ser social) se humaniza, torna-se humano. Mas o trabalho na sociedade capitalista degrada essa condição de tal modo que o homem se desconecta da essência da humanidade, e em nada se diferencia do estado animalesco em que vivem os outros animais. Isso porque o “[...] trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência* (Marx, 2010, p. 85).

E continua Marx:

> [...] Consequentemente, quando arranca do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica

> e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (ibid., p. 85).

É possível observar as profundas implicações que o trabalho, nas condições mutiladoras do capitalismo, traz sobre a condição humana, esfacelando a vida genérica do homem em toda sua expressividade e criatividade e, portanto, suprimindo, minguando sua subjetividade.

Destacamos aqui, para melhor compreensão das contribuições teóricas de Marx no campo psicológico, o nome de Eduardo Mourão Vasconcelos; psicólogo, cientista político, autor e militante de formação predominantemente marxista, mas com abertura para outras teorias da subjetividade. Em sua coletânea escrita em três volumes no ano de 2010, intitulada: "*Karl Marx e a subjetividade humana*", Vasconcelos empreendeu apreciável esforço teórico para por em evidência as contribuições teóricas não reconhecidas, pouco exploradas ou até mesmo reprimidas da obra marxiana ao longo da história dos marxismos, relacionadas ao campo da subjetividade.

Com o objetivo de recuperar as concepções marxianas sobre subjetividade de forma abrangente e panorâmica, expondo suas principais categorias tais como trabalho, alienação, fetiche, etc., Vasconcelos realiza uma profunda incursão no legado marxiano e por vezes na tradição marxista, para demonstrar as contribuições de Marx nesse campo.

Mesmo reconhecendo que "[...] o campo psicológico não foi o objetivo principal de Marx, suas contribuições, apesar de muito importantes, são mais indiretas e produzidas a partir de suas discussões filosóficas, econômicas, políticas e sociais [...]". Vasconcelos (2010b, p. 256) demonstra que os conceitos principais de Marx mesmo relacionados à estrutura, não ignoram o indivíduo e as relações na base da superestrutura, entre elas a própria subjetividade humana.

A temática do trabalho estranhado é essencial para compreensão da abordagem marxiana da subjetividade dado seu caráter vital na produção e reprodução da vida humana. Porque nesse processo de alienação/estranhamento, o homem se aliena da atividade produtiva e do produto do seu trabalho (nível histórico); se estranha da natureza, de si mesmo e do gênero humano (nível ontológico), o que representa uma nítida influência na composição de sua subjetividade (cf. Vasconcelos, 2010a; Chagas, 2013).

Esse estranhamento traz profundas implicações não somente sobre a objetividade-subjetividade, mas fundamentalmente sobre a intersubjetividade, pois ao não se reconhecer no produto do seu trabalho, em sua atividade criativa e em seu ser genérico, há o "[...] *estranhamento do homem* pelo próprio *homem* [...]" (Marx, 2010, p. 85).

Isto porque "[...] a vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas* [...]" (ibid., p.107). Estando estranhado de si mesmo e de outros homens numa sociedade capitalista cruel que desumaniza não só o homem em sua relação produtiva, mas a própria relação com outros seres de sua espécie, isto é, de coisas que se relacionam com coisas, fez com que Marx, ao refletir sobre subjetividade em seus processos sociais mais amplos, não deixasse de lado a análise da sociedade capitalista que a forja (Silveira, 2002; Chagas, 2013).

Nessa relação mercantil em que se dão as relações sociais do modo de produção capitalista, há a coisificação do ser humano ao mesmo tempo em que as coisas são personificadas e tratadas como se fossem dotadas de características humanas. No processo denominado fetichismo "[...] não temos mais uma relação entre sujeito e objeto [...] mas sim uma objetivação de uma relação entre os seres humanos, que ao mesmo tempo que amplia as possibilidades de universalização, se corporifica em um produto que se apresenta como coisa [...]" (Vasconcelos, 2010, p. 160).

Essa lógica do capitalismo que não é apenas modo de produção, mas também modo de pensar (cf. Martins, 1978), rebate na subjetividade e sociabilidade que por sua vez "[...] reduz o ser ao ter, as necessidades humanas à necessidade de possuir dinheiro, empobrecendo, dessa forma, o sujeito em suas faculdades intelectuais, subjetivas" (Chagas, 2013, p.79).

Entretanto, vale ressaltar que com estas reflexões em torno do conceito marxista do homem, *não pretendemos reduzir o ser humano a uma categoria social* ou considerar sua subjetividade circunscrita à esfera das determinações econômicas, mas evidenciar a complexidade[13] e multidimensionalidade dessa dimensão subjetiva que inegavelmente perpassa essas questões e certamente não se resume a elas, nem aos marxismos.

[13] A complexidade dessa relação, aqui entendida, reside na capacidade de *enxergar o homem e a construção de sua humanidade para além das relações de produção* (*do sistema capitalista*) e, ao mesmo tempo, considerar essas questões no processo de construção e de expressividade de subjetividades e intersubjetividades no plano das relações sociais em determinado tempo histórico.

Morin[14] (2002) convicto de que é preciso enriquecer o *genérico* em toda sua expressividade e criatividade o compreende não tanto por sua referência ao *gênero humano*, mas pelas aptidões e qualidades humanas já manifestadas ao longo da história e as inúmeras outras virtualidades ainda não objetivadas pela espécie humana. É nesse sentido que considera que "O *homem genérico* em Marx era destituído de subjetividade, de afetividade, de amor, de loucura, de poesia. Era essencialmente um *homo faber* e *economicus* [...]" (ibid., p. 21; grifos do autor).

O enriquecimento do genérico está precisamente em enxergar o homem com suas capacidades criativas para além das relações de produção, seja em seu intercâmbio orgânico com a natureza, seja nas relações sociais mais amplas do modo de produção capitalista. A humanidade do ser social vista predominantemente pela ótica das relações de produção empobrece as capacidades e qualidades humano genéricas em toda sua expressividade e multidimensionalidade.

> A concepção antropológica de Marx era unidimensional. Nem o imaginário nem o mito faziam parte da realidade humana profunda: o ser humano era um *homo faber*, sem interioridade, sem complexidades; um produtor prometéico, destinado a derrubar os deuses e dominar o universo. Ao contrário, [...] *homo é sapiens-demens* – ser complexo, múltiplo, trazendo em si um cosmos de sonhos e de fantasmas. (ibid., p. 94-95; grifos do autor).

Ainda que a subjetividade humana não seja mero reflexo das determinações econômicas e objetivas da realidade concreta, — enquanto objetivação teleológica de algo que foi anteriormente subjetivado, — e o homem não ser mero produto determinado das circunstâncias históricas de seu tempo, ainda assim corre-se o risco de reduzi-lo em toda sua complexidade a uma unidimensionalidade já "capturada" pelo capitalismo.[15]

O que se quer dizer é que a subjetividade, no sentido em que a estamos concebendo, pareceria estéril se derivada de um processo de formação humana cujo desenvolvimento

[14] Defensor de um "marxismo" integrador, livre de verdades enrijecidas, Morin mesmo contrariado com as ações da esquerda "[...] não rompe com o marxismo; vê nele não só a história humana pela luta de classes e pelo desenvolvimento das forças produtivas, como também, a semente de uma ciência – ou teoria – multidimensional que permitiria articular, umas às outras, as ciências naturais e as ciências humanas – um marxismo aberto e integrador" (Rodrigues, 2008, p.5).

[15] Com isto não queremos defender uma visão fatalista da subjetividade humana, mas tão-somente ressaltar o caráter complexo e contraditório desse processo no mesmo sentido em que esboçou Alves (2008, p. 124) acerca da "*captura da subjetividade*" pelo capitalismo: "[...] a captura *não* ocorre, *de fato*, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que *não* se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. [...] é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho [...]".

decorre-se exclusivamente do processo de interação entre o homem e a natureza ou estritamente das relações sociais de produção.

Sendo o trabalho (no sentido ontológico) o grande mediador dessa relação metabólica do homem com a natureza, no qual ao transformá-la é transformado e se efetiva o ser social, aí estaria então o momento de maior expressão da subjetividade substanciada nos desígnios humanos, porém de difícil realização nos moldes do modo de produção capitalista se enxergarmos o caráter genérico do homem e sua subjetividade apenas pela ótica das relações de produção.

Reconhecer as implicações que o trabalho estranhado na sociedade capitalista impõe à humanidade, se constitui um importante passo para identificação de um aspecto (não o único) da subjugação humana. Este entendimento preliminar demanda a compreensão de outras formas de dominação que arruínam o espírito humano e que, portanto, excede o plano unidimensional em que é concebido o ser social.

Não se trata aqui, evidentemente, de colocar na conta de Marx questões que ele ainda não podia ver com nitidez em seu tempo dada sua prioridade em desvelar os meandros da sociedade capitalista, porém "O marxismo acreditou poder reduzir tão-somente ao capitalismo todos os males que atingem a humanidade. Não viu que a hidra tem muitas cabeças [...]" (Morin, 2002, p.23-24).

É tarefa daqueles que vêm depois perceber as eventuais lacunas e propor questões que possam ampliar o conceito antropológico que o jovem Marx, neste caso, possivelmente aspirou, mas que por razões óbvias precisava manter-se fiel ao seu objetivo. Do mesmo modo, reconhecemos que não era sua intenção tratar a subjetividade ou as mazelas que afligem o ser humano fora das mais amplas questões que tratou no âmbito da sociedade capitalista.

No entanto, é preciso ter esse entendimento para manter aquilo que há de profícuo no pensamento marxiano e avançar para além dele, rumo a uma compreensão mais global da complexa condição humana. Neste ponto, se quisermos avançar no entendimento da subjetividade é preciso ultrapassar, ir além do conceito de homem genérico marxiano enriquecendo-o com todos os predicados humanos vigentes, mas principalmente com a possibilidade do novo, do *devir* das qualidades e particularidades humanas, sobretudo as que ainda não conhecemos.

> [...] Podemos conservar a idéia do jovem Marx de um "homem genérico" autoproduzindo-se a si mesmo, sob a condição de complexificar a autoprodução em auto-eco-produção *e de conceber* este processo *como um processo de hominização inacabado, incerto, aleatório*. (Morin, 2002, p.115; grifo nosso).

O homem genérico marxiano é um ser consciente, racional e dominador nesse processo de transformação da natureza e de si mesmo. A complexidade em pensar para além dessa relação está justamente no fato de que no jogo das interações e retroações essas ações escapam ao domínio único da intenção racional do homem e passam a operar também sob outros signos imprevisíveis, contraditórios e não quantificáveis na lógica humana.

> Trata-se, ao mesmo tempo, de restabelecer em toda a sua complexidade um ser que não se reduz às relações de produção nem às relações econômicas, mas que é, simultaneamente, biológico, social, econômico, mitológico. Não se trata de considerá-lo principalmente em suas atividades prosaicas – a técnica, o trabalho, a busca das satisfações materiais –, mas também em suas atividades poéticas – a festa, o jogo, a dança, a alegria, o amor, o êxtase. Trata-se, em fim e sobretudo, de acabar com o pobre mito unilateral do *homo sapiens* para considerar a complexidade indissociável do *homo sapiens-demens*. [...] (ibid., p. 115; grifo do autor).

Neste sentido, supera-se aqui uma visão sócio-histórica em direção a uma visão antropo-sócio-histórica nitidamente mais complexa que traz para o centro do debate a noção inacabada e incerta de humanidade para se abrir à compreensão mais global da condição humana e os imprescindíveis elementos pulsantes da vida. Trata-se de uma *antropologia complexa necessária de ser introduzida no pensamento político* (cf. Morin) em que "[...] O ser humano conserva em seu poder as virtualidades inauditas do pior e do melhor, do dominador e do servil, do medíocre e do sublime, do delírio e da racionalidade, da inconsciência, da falsa consciência e da consciência auto-examinadora e autocrítica" (ibid., p.115-116).

Dessa forma "Entender o homem como um vivente cosmo-psico-bio-antropossocial implica devolvê-lo ao império da natureza, sem retirá-lo da república da cultura, descentrá-lo de sua superioridade, para reinseri-lo na diáspora cósmica universal." (Carvalho, 2002, p. 167).

As implicações subjetivas da vida humana não são meras consequências das relações sociais de dominação inerentes ao capitalismo e não se resolvem apenas na esfera econômica em que se dão estas relações desiguais, mas ao contrário são "[...] aspectos que compõem o fenômeno da desigualdade, que só se apresenta como tal porque sujeitos participam de sua constituição, *com seus sentimentos, ações, formas de pensar e de sentir*" (Gonçalves e Bock, 2009, p. 150-151; grifo nosso).

A exclusão social e as diferentes formas de sofrimento que este processo produz na vida dos indivíduos geram profundas desigualdades e injustiças sociais de toda ordem, bem como os desafios para seu enfrentamento, vez que falar em sofrimento de diferentes qualidades implica falar em subjetividades e conseguintemente em relação intersubjetiva em toda sua expressividade e atributos que interagem nessa complexa relação.

1.3. Exclusão social e subjetividade: o sofrimento enquanto dimensão subjetiva.

A subjetividade que é intrinsecamente intersubjetiva (cf. Alves, 2011), forjada numa relação estritamente mercantil, faz com que o indivíduo seja visto e valorizado pelo ter em detrimento do ser, de modo que essa forma de sociabilidade, no âmbito das relações sociais do modo de produção capitalista, parece estar impregnada nas práticas de nossas próprias relações profissionais.

Ao estabelecermos com os sujeitos que demandam nossas intervenções relações representadas exclusivamente pelo provimento econômico-material de suas necessidades, estamos, ainda que indiretamente, manifestando essa socialidade perversa que desvaloriza o outro como ser humano e consequentemente sua subjetividade, como se saciar a fome de alguém, por exemplo, fosse tão mais importante do que entender suas emoções e seu sofrimento.

> As necessidades humanas não são apenas econômicas e técnicas, mas também afetivas e mitológicas. A vontade de nação obedece a necessidades mitológicas, religiosas, comunitárias, que excedem os interesses materiais e, hoje, frequentemente os contradizem. [...] (Morin, 2002, p.112-113).

É nessa direção que Bader Sawaia (1999) propõe a utilização dos conceitos de afetividade e principalmente de sofrimento, caracterizado como ético-político tomado como eixo de análise para estudar a exclusão, entendida nestes termos, como um processo complexo e contraditório manifesto na expressão: dialética exclusão/inclusão.

Segundo Sawaia (1999) não é possível falar de inclusão sem falar de exclusão, já que ambas formam uma unidade inseparável e a exclusão gera sofrimento que afeta o indivíduo, cujos desdobramentos estão para além do aspecto econômico.

> [...] A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (ibid., p.8).

Sofrimento ético-político é sofrimento produzido pela exclusão social e se expressa na vida cotidiana daqueles que vivem as desigualdades sociais. É sofrimento que afeta a existência humana e "impede" sua mais singela expressão de ser, por isso "[...] incorpora a ética, a felicidade e o humano como critérios que se entrelaçam com o econômico e o político, na análise do processo de inclusão perversa. [...]" (Sawaia, 1999, p.11).

Portanto a exclusão social que desvaloriza o ser humano se objetiva no sujeito por inteiro, no corpo e na mente fazendo-o sofrer, não sendo possível separar o individual do social, o subjetivo do objetivo e se expressa em suas vivências e relações, cujo sofrimento pode ser perpetuado ou interrompido não no plano individual, mas sim no plano relacional e intersubjetivo no âmbito das relações sociais.

> [...] o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. [...] (ibid., p.104).

Este entendimento permite inferir que a satisfação de necessidades materiais mais básicas e imediatas da população atendida, embora necessária, não altera seu sofrimento. Isto talvez explique o fato, de mesmo após os "encaminhamentos", o indivíduo continuar inerte, inseguro diante das orientações recebidas e estagnado na posição inicial em que buscou auxílio profissional. Compreender de fato a exclusão significa muito mais do que elucidar analiticamente esse complexo processo no qual o indivíduo está inserido; significa, sobretudo, conhecer o que as pessoas sentem acerca de sua própria condição, seu próprio sofrimento e isto implica lidar com subjetividades no plano intersubjetivo e social.

De acordo com Sawaia (1999, p.8) a exclusão social revela três dimensões constitutivas desse complexo e contraditório processo: a desigualdade social enquanto (*dimensão objetiva*); as injustiças sociais enquanto (*dimensão ética*); e o sofrimento, gerado pela exclusão, como (*dimensão subjetiva*).

Qualquer forma de análise da exclusão social, a nosso ver, que não considere essas três dimensões[16] é incompleta, insuficiente e pobre e não corresponde à realidade. "A exclusão

[16] No próximo capítulo, ao tratarmos da "questão social", políticas sociais e subjetividade retornaremos a este debate das dimensões da exclusão social para tentar relacioná-lo e aprofundá-lo na área de atuação do Serviço Social.

vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. [...]" (Sawaia, 1999, p. 98).

> Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome. Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre exclusão, a idéia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais. (ibid., p. 98).

Aqui, há uma importante expressão da dimensão subjetiva que desfaz qualquer ideia economicista de que aos necessitados, aos carentes e miseráveis basta o recurso material para sua subsistência. Esta constatação rompe com aquele falso "materialismo econômico-hedonista" de que a principal motivação psicológica do homem seria a satisfação imediata de suas necessidades materiais (Fromm, 1983, p. 17).

Se o sofrimento decorrente do processo de exclusão, de vulnerabilidade, de repressão, entre outros, pode ser sentido de diversas formas pelo indivíduo, para além da fome ou carência de bens materiais, — como um clamor que ecoa por reconhecimento, não do que tem ou necessita, mas do que é ou deseja ser, e que só encontra respaldo na relação intersubjetiva, — então precisamos assumir esse compromisso político, posto que "sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, *a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização*. [...]" (Sawaia, 1999, p.99; grifo nosso).

CAPÍTULO II – SUBJETIVIDADE E SERVIÇO SOCIAL

O objetivo deste capítulo consiste em refletir e problematizar a relação entre a subjetividade[17] e o Serviço Social, procurando compreender sua importância como questão temática que se articula aos fundamentos, práticas e conhecimentos produzidos na área do Serviço Social. Estudar a dimensão subjetiva que se configura nos espaços sociais em que se dá a prática do assistente social, com destaque para o campo das políticas sociais, ambiente contraditório de lutas e tensões em que se insere a profissão, torna-se um desafio.

Nesse percurso analisamos, inicialmente, as dificuldades históricas do Serviço Social em torno desta temática, passando em seguida a uma breve incursão sobre a natureza e significado social da profissão. Importa dar maior visibilidade aos fundamentos que podem orientar a intervenção prática do assistente social correlata ao campo que, — *na falta de uma definição mais rigorosa* — estamos chamando de subjetividade (cf. Furtado, 2001).

A preferência pelo termo subjetividade[18] se dá mais em relação à amplitude que a temática pode alcançar do que necessariamente por sua precisão e rigor conceitual. Há diversas dimensões e variados fenômenos da subjetividade humana que escapam ao domínio de qualquer campo teórico específico e é neste ponto que se inscreve sua complexidade.

Convém registrar que não há uma *definição específica* de subjetividade, nem tampouco *concepção* que seja definitivamente aceita pelos estudiosos do tema. A literatura é ampla e farta e atravessa os mais diversos campos do conhecimento humano com matizes de pensamentos e opiniões muito variadas. Contudo, no desenvolvimento deste estudo, tomamos por base as formulações teóricas de caráter sócio-histórico das áreas[19] do conhecimento, com maior destaque ao campo psicológico.

O ponto de convergência entre os autores até aqui utilizados (fundamental para o desenvolvimento deste estudo) é de que a subjetividade só se constrói na relação dialética com a objetividade nos espaços sociais em determinado tempo histórico. Os eventuais pontos de divergência (imprescindíveis para avançar no entendimento dessa dimensão) são as marcas

[17] Recuperamos aqui, brevemente, algumas noções importantes sobre subjetividade desenvolvidas no capítulo anterior, necessárias à reflexão que agora estamos propondo.
[18] Ou, por vezes, *dimensão subjetiva* para evidenciar aspectos subjetivos constituídos no tecido social (cf. Gonçalves, 2010).
[19] Sociologia, filosofia, psicologia e, embora em menor número, do próprio serviço social.

da exigência do próprio objeto de estudo em sua relação complexa e contraditória na dinâmica que estabelece com a realidade.

As referências que até aqui temos feito ao campo psicológico apontam para sistematizações de uma Psicologia Social de caráter Sócio-Histórico, realizando uma revisão crítica e *historicizada* do psiquismo humano, ainda concebido de modo *a-histórico* por algumas abordagens hegemônicas no campo das psicologias em geral.

Desde o início de nossas reflexões notamos a complexidade não apenas do conceito, mas, sobretudo, dos componentes constitutivos da subjetividade, e da necessária articulação entre as diversas áreas do conhecimento[20] para melhor apreendê-la na totalidade da vida e da condição humana.

A subjetividade faz parte da constituição do psiquismo humano e condensa as mais diversas expressões que singularizam a vida humana (crenças, mitos, valores, afetos, sentimentos, emoções, loucura, etc.), e que podem escapar à materialidade imediata da objetividade, embora e ao mesmo tempo integre a realidade concreta, no âmbito das relações sociais[21]. Isto porque os processos de subjetivação estão em sintonia e intimamente conectados com os acontecimentos políticos e econômicos, históricos, sociais e culturais.

Nestes termos o subjetivo não é subjetivo em si mesmo. Há uma gênese histórica e social que permite a construção de um psiquismo único e singular, apesar das determinações históricas; do mesmo modo, o objetivo não é objetivo em si mesmo, daí não ser possível falar em objetividade sem considerar a subjetividade e vice-versa.

Trata-se, evidentemente, de instâncias diferentes, mas que só existem em relação dialética como unidade de contrários. Portanto, negar essa relação intrínseca e contraditória entre subjetividade e objetividade, entre individual e social, e entre singular e coletivo implica numa visão a-histórica, anti-dialética e naturalizadora dos fenômenos da realidade. "A subjetividade não é o oposto do objetivo, é uma qualidade da objetividade nos sistemas humanos produzidos culturalmente" (González Rey, 2012, p.125).

---

[20] Mais adiante, ao tratarmos da natureza do serviço social, faremos uma breve reflexão sobre a necessidade de articulação entre as *profissões do social* e o imprescindível compartilhamento e apropriação de saberes sobre os *objetos de intervenção comuns a esse campo.*

[21] Por "relações sociais" estamos entendendo o processo de produção e reprodução dos diversos aspectos da vida humana, no âmbito da sociedade capitalista marcada pelo conflito de classes antagônicas, na chamada contradição capital/trabalho; portanto, repleto de determinações históricas, estruturais e conjunturais e não a mera relação interpessoal ou convívio relacional entre pessoas.

É nesse sentido que alguns autores buscam explicitar essa relação imbricada, complexa e contraditória que o individual mantém com o social, sem que ambos se confundam, por meio da expressão "*subjetividade social*" (cf. González Rey, 2003; Furtado, 2001) a fim de demonstrar a relação que o *psicológico* estabelece com o *social* no âmbito das condições materiais da sociedade.

Assim, o termo "subjetividade" não deveria ser um espectro que "assombra" ou "ameaça" a profissão como aparenta ser, nem tampouco contra-hegemônico ao seu projeto ético-político como se fosse anti-revolucionário[22]. Ao contrário, o germe da revolução está justamente na subjetividade e passa pela participação e pela produção de sentidos subjetivos capazes de vislumbrar e assimilar o novo antes mesmo das mudanças produzidas (cf. Duarte, 1993; González Rey, 2012).

Existem outros conceitos que, no limite, estamos chamando de subjetividade, embora não se esgote em nenhuma dessas dimensões[23]: o "*imaterial*", o "*simbólico*", o "*desejo*" e a forma "*singular*" com que cada sujeito se relaciona com a base material e social da sociedade em toda sua expressividade e multidimensionalidade.

Pensamos que o Serviço Social pode ter uma postura crítica frente à dimensão subjetiva da realidade. A mesma perspectiva crítica-dialética que lhe permite, nos processos amplos e contraditórios desnaturalizar a pobreza, a miséria e a desigualdade social, também pode lhe permitir situar histórica e concretamente os processos de subjetivação e de construção de subjetividades, sem cair em reducionismos objetivistas ou subjetivistas.

Estando as dificuldades do Serviço Social para além do termo subjetividade, cria-se aí um dilema no âmbito da profissão uma vez que o assistente social, entre outros profissionais, é um dos que mais se aproxima da realidade vivida pelas pessoas com as quais trabalha. Ainda que a atuação profissional não se restrinja a dimensão técnico-instrumental, aquilo que revela pode ser também o que oculta seu significado, e em se tratando do "*como fazer*" no exercício profissional do assistente social, aquilo que deveria revelar a profissão é, ao mesmo

[22]A partir da reflexão da obra de Vigotski e da filosofia de Espinosa, Sawaia e Silva (2019) compreendem que a *subjetividade* pode ser *revolucionária* se associada ao conceito de liberdade, o que aponta para uma dimensão emancipadora e transformadora dos projetos humanos coletivos, visto que liberdade e determinalidade não são excludentes e apesar das determinações históricas e sociais não é possível eliminar o desejo e a criatividade humana, pois "[...] mesmo na miséria, os homens não estão reduzidos à sobrevivência biológica, e que *a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do humano* [...]" (p.37).

[23] Nem mesmo os conceitos de sociabilidade, relações sociais e expressões da questão social esgotam a categoria subjetividade, embora todas elas tenham em seu constructo a presença de dimensões subjetivas e passem pelas mediações da subjetividade.

tempo, o que a oculta ou pelo menos enviesa sua imagem social, se como afirma Guerra (2017, p.50), aceitarmos que "a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida".

Nesse sentido, não basta apenas reconhecer a dinâmica dos processos históricos e os determinantes estruturais das formas mais perversas de inclusão; é preciso conhecer o sujeito sobre o qual incide esses eventos e, sobretudo, a forma como isso afeta sua realidade vivida, por vezes oposta à realidade por nós intuída.

Equivale dizer que para além do conhecimento teórico sobre as privações materiais que atingem economicamente os indivíduos, é preciso também compreender na prática como os rebatimentos das "expressões da questão social[24]", — *que não são apenas materiais*[25] — são objetivados e subjetivados pelo sujeito singular na dinâmica da realidade.

A grande tarefa então consiste em cotidianamente compreender a essência das coisas por trás da aparência (cf. Kosík, 1976); desvelar a "simplicidade" dos acontecimentos, do homem simples, e atribuir valor e significado àquilo que aparentemente parece não ter sentido. Em fim, compreender o fenômeno para atingir a essência, mas sem negá-lo, visto que "[...] a explicação do todo concreto é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante" (Martins, 2008, p.11).

Mesmo que haja no Serviço Social o reconhecimento da importância da subjetividade, parece haver uma tendência de secundarização que a coloca em segundo plano, como se não merecesse muita atenção ou como se pertencesse ao campo restrito de "responsabilidade de outros profissionais".

Talvez o receio em retornar ao chamado "passado conservador" da profissão crie uma cortina de fumaça que ofusca a possibilidade de abordar essa questão em uma abordagem mais individual para além das formas genéricas e objetivadas que por vezes reconhece a presença do subjetivo, porque "presente nas relações entre homens", mas que pouco avança para além dessa constatação.

---

[24] Refere-se à contradição capital-trabalho cujos problemas e as desigualdades sociais já existentes em nossa sociedade se intensificam e se agravam ainda mais a partir do processo de acumulação do modo de produção capitalista. Na parte final deste capítulo faremos uma breve reflexão sobre a possibilidade de articulação entre "questão social" e subjetividade no campo das políticas sociais.

[25] Para Yazbek (2016) as "necessidades que [são], histórica e socialmente produzidas, não *se limitam a objetos materiais, referindo-se também ao campo da espiritualidade dos indivíduos*" (p. 30; grifos nossos).

2.1. Dificuldades históricas do Serviço Social brasileiro relacionadas ao campo da subjetividade.

O tema da subjetividade não é novo no Serviço Social. No passado da profissão era um assunto emergente, porém abordado numa perspectiva adaptacionista e com viés psicologizante; menos historicizado e contextualizado, suas bases teóricas advinham da psicanálise, inspirada num psicologismo de influência norte-americana, denominado "psicologia do ego" (cf. Vasconcelos, 2002; Bisneto, 2007; Nicácio, 2008; Duarte, 2010).

O movimento de reconceituação da profissão, — calcado num propósito de revisão e reconstrução crítica de suas bases teórico-metodológicas — criticou com razão estas formas de abordagens adaptadoras do indivíduo, centradas no tratamento da personalidade do "cliente", com foco ulterior na manutenção da ordem e convivência harmônica e pacífica na sociedade.

No entanto, ao invés de produzir conhecimento crítico sobre subjetividade para reorientar a prática profissional nesse novo cenário político, o Serviço Social optou por abandonar esta dimensão no campo teórico, rompendo com toda a herança do serviço social tradicional; assim, deixou os profissionais alijados do conhecimento crítico necessário para qualificar uma nova prática na direção do Serviço Social reconceituado e dos pressupostos de seu imanente projeto ético-político.

O fenômeno que evidencia esses dois pólos extremos foi compreendido por (Vasconcelos, 2002) como um processo que iria da "*hiperpsicologização* ao *recalcamento*[26] *da subjetividade*", cujo divisor de águas era o próprio movimento de reconceituação profissional. Este fato provocou um grande hiato nas produções em Serviço Social sobre subjetividade que até hoje reflete na formação e na prática do assistente social — como uma problemática de amplas proporções — expressa nas diversas dimensões da profissão.

> [...] o movimento da reconceituação, ao criticar com razão a abordagem da subjetividade hegemônica no Serviço Social pré-reconceituação, praticamente a identificou como única opção disponível de abordagem da temática, *acabando por reproduzir um processo de recalcamento dos temas da subjetividade, do inconsciente, da emoção e dos processos de subjetivação em geral* [...] produzindo um *enorme empobrecimento teórico* para a profissão (Vasconcelos, 2002, p.201-202; grifos do autor).

[26] Este conceito é utilizado pelo autor em sua acepção mais ampla possível, aproximando-se de algo em sentido de "*defesa*" ou "*resistência*" em termos gerais, para além do protótipo freudiano.

No entanto, o fato do Serviço Social não mais investir na compreensão teórica da subjetividade não fez, paradoxalmente, com que esta dimensão fosse eliminada da realidade cotidiana do assistente social, especialmente se considerarmos os espaços de intervenção profissional que exigem conhecimento e familiaridade mais apurada com esta temática, o que expõe o grande dilema da profissão na atualidade.

Se no passado da profissão as formas de abordagem da subjetividade eram adaptacionistas, controladoras, pendentes a responsabilizar os sujeitos pelos problemas sociais vivenciados como se fossem individuais, não significa que o Serviço Social, hoje, possa dispensar conhecimentos que integram a compreensão do humano nos diferentes contextos sociais e políticos.

Bisneto[27] (2007) mostra o quanto as práticas tradicionais do Serviço Social, no campo da saúde mental, foram criticadas pelo movimento de reconceituação, na chamada "psiquiatrização dos problemas sociais". Na época, o Serviço Social reconceituado não era capaz estabelecer uma nova metodologia de ação entre a recente teoria adotada e as práticas anteriores contestadas, nutrindo enormes dificuldades em abordar as dimensões da subjetividade, formando profissionais sem preparo específico para atuar nesse campo.

Nesse contexto de revisão crítica de práticas em saúde mental "[...] havia profissionais engajados, mas o próprio marxismo absorvido pela reconceituação tinha dificuldades de abordar as questões da subjetividade na atenção ao sujeito singular" (ibid., p.28), embora já houvesse a *compreensão*, nesse campo, de que a determinação do sofrimento mental, em muitos casos, *é mais social do que psíquica* nos processos de institucionalização.

No atual contexto político e histórico de lutas sociais em que se engajou o Serviço Social, as críticas que foram dirigidas ao passado da profissão não podem ser automaticamente reproduzidas, hoje, como instrumento para criticar deliberadamente toda e qualquer abordagem no campo da subjetividade sem antes ser feita uma análise teórica e metodológica de seus fundamentos, sob o risco de incorrer na *crítica pela crítica*[28] e desqualificar as práticas cotidianas mais recorrentes dos assistentes sociais na atualidade; nem

[27] Um dos poucos assistentes sociais preocupados especificamente com as dimensões da subjetividade e as práticas do serviço social nas instituições psiquiátricas no campo de saúde mental no Brasil.

[28] Faleiros (2013) ao tratar das interfaces do ensino e da prática considera que o serviço social já alcançou uma grande produção crítica em várias dimensões; a questão agora é saber se essa acumulação crítica tem permitido uma prática crítica ou formado apenas "*criticastro*", ou seja, "*aquele que faz a crítica pela crítica, sem propostas e sem alternativas para fecundar a prática*" (p. 121).

todo conhecimento do passado precisa ser dispensado, é necessário rever, reorganizar, fomentar novos.

É nesse sentido que Sandra Eloiza Paulino (2016) ao considerar a importância do atendimento *socioindividual*[29], *como uma das demandas mais presentes no campo profissional do Serviço Social*, também percebesse o "temor" e certa "resistência" da profissão em se enveredar por esse caminho, como se essa discussão fosse uma aceitação tácita do serviço social de casos e consequentemente do retorno inevitável ao chamado "passado conservador", apesar de sua importância crucial ao atual ofício do Serviço Social.

Alguns temas[30] indispensáveis para a prática profissional do assistente social na contemporaneidade e que foram "abordados" pelo serviço social tradicional deixaram de ter relevância ou se tornaram secundarizados na formação e na produção de conhecimentos[31] no âmbito do Serviço Social pós-reconceituado; foram "expurgados" como se fossem "espectros" oriundos de uma "maldição" que até hoje acompanha e "assombra" a profissão.

Nesse cenário, a prática do assistente social relacionada àquilo que se tornou "*indesejado*" restou estigmatizada na profissão; o olhar e as ações voltadas, por exemplo, ao atendimento direto aos indivíduos e grupos, etc., foi marginalizado em face de uma polarização[32], ainda que não explícita, entre os aspectos microssociais e a atuação nos aspectos macrossociais, esfera de atuação mais valorizada na dimensão política da profissão (cf. Battini, 2009).

---

[29] Refere-se "[...] à atuação técnico-humana-profissional estabelecida entre o/a assistente social e o sujeito, no sentido de acolher o indivíduo, tomando em consideração sua singularidade e particularidade (microssocial) sem, entretanto, perder a dimensão sócio-histórica da constituição desse sujeito e a análise da conjuntura social em que ele vive (macrossocial)" (Paulino, 2016, p.20).

[30] Relacionados às abordagens de questões ligadas à religiosidade, gênero, sexualidades, raça/etnia, trabalho com grupos, atendimento individual, etc., e da própria possibilidade de adoecimento (sofrimento subjetivo) do próprio assistente social nos espaços sócio-ocupacionais em que estão presentes demandas da ordem subjetiva, as quais nem sempre sabe lidar e não tendo recursos para compreendê-las fica mais propenso ao adoecimento psíquico.

[31] No levantamento de caráter documental realizado no capítulo III desta pesquisa, reconhecemos o importante espaço aberto pela Revista Temporalis para tratar especificamente de assuntos pouco recorrentes na profissão; no ano de 2014, esta revista publicou dois números seguidos com a seguinte temática: "*Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades*". Isso demonstra que muitos desses temas aqui elencados já vêm sendo trabalhados pelo serviço social, porém de forma ainda modesta e no qual muitos autores vêm justamente chamando a atenção da profissão para a importância e complexidade dessas discussões e da necessidade de incluir esses conhecimentos específicos na formação do assistente social.

[32] Com isto não estamos advogando que haja uma cisão entre macro e micro, entre dimensão política e dimensão técnico-operativa, vez que uma não é exterior a outra, mas complementam-se. O que estamos querendo enfatizar é que, por vezes, há a supervalorização de uma dimensão em detrimento de outra, ainda que em discurso se negue esta centralização privilegiada.

O apreciável *caráter político da profissão* não é contrário ao seu *caráter técnico-operativo*; porém, ao se voltar com grande vigor à dimensão política, o Serviço Social se distanciou da prática como se esta fosse secundária ou de menor importância para a categoria profissional no contexto de lutas sociais. Nesse sentido, Paulino (2016) considera que:

> É inegável que o Serviço Social abriu um campo significativo à profissão que passou a ter, também, participação na elaboração das políticas sociais e na formulação de programas sociais. Porém, *se por um lado percebemos avanços, no que concerne aos aspectos políticos da profissão, por outro, o* "*deslocamento*" *do foco profissional para as questões coletivas e políticas resultaram num* "*hiato*" *entre a teoria e as questões de ordem técnico-operativas*, que passaram a ser desvalorizadas, principalmente no que diz respeito às práticas individuais. (p. 55; grifos nossos).

De um lado, os avanços são nítidos, percebidos dentro e fora da profissão como "um processo impressionante e louvável de politização, de qualificação de seu projeto ético-político" (Vasconcelos, 2010a, p.20); porém, de outro lado, fica evidente a falta de interesse e investimento teórico do Serviço Social no campo da subjetividade em suas múltiplas dimensões, com implicações diretas para a profissão onde "[...] a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional significavam o abandono do estudo de qualquer abordagem sobre a subjetividade" (Gentilli, 2013, p.320).

O modelo teórico-metodológico e técnico-operativo do serviço social tradicional, destinatário das críticas do movimento de reconceituação, não recebeu nenhum tratamento teórico específico no que concerne à intrínseca relação entre os *processos de subjetivação social e as desigualdades sociais*, na órbita de dominação do capital, havendo, de fato, uma deliberada e incompreensível "*intenção de ruptura*[33]" no sentido *lato* da palavra.

A rejeição ou "recalcamento" geral da temática da subjetividade (cf. Vasconcelos, 2002), deságua inevitavelmente na prática do assistente social que se manifesta nas dificuldades reais em lidar com temas inerentes a sua formação e intervenção profissional nas relações sociais com seres humanos. Tal rejeição, no entanto, se mostra atualmente desnecessária "[...], pois a crítica ao psicologismo com a qual concordamos não pode descartar por completo toda a dimensão subjetiva do trabalho profissional" (Duarte, 2010, p.17).

[33] No campo da saúde mental, Bisneto (2007) considera que: "Para a construção de uma prática ligada à 'intenção de ruptura' teriam sido necessárias mais pesquisas, isto é, fazer a análise crítica das políticas sociais do capitalismo no Brasil também no campo da Saúde Mental e realizar o aprofundamento das relações entre a dinâmica da sociedade de classes, a loucura e a subjetividade." (p.30), o que lamentavelmente não foi feito até hoje em nenhum desses aspectos apontados pelo autor.

Nesta breve incursão a um ponto fundamental da história da profissão é possível observar as enormes dificuldades do Serviço Social em discutir e inserir no campo de sua formação profissional, temas que os assistentes sociais lidam inevitavelmente em seu cotidiano, os quais demandam conhecimentos multiepistêmicos, interteóricos e multidimensionais que impõem novos olhares, novos modos de se relacionar, de intervir, numa cadeia de relações sociais complexas que requer o urgente debate das dimensões da subjetividade que fora até então postergado no âmbito da profissão, por motivos que não se justificam na atualidade,

> [...] pois concordamos que o Serviço Social, enquanto ramo do saber, não tinha a capacidade intelectiva e crítica de fazer naquele momento o que pode fazer hoje, sem reprodução mecânica do idealismo moral do ser social burguês na sua intervenção profissional e produção científica, o que só está sendo possível no contexto da renovação profissional em solo brasileiro (Duarte, 2010, p.15).

Passadas algumas décadas desse movimento que deflagrou importantes transformações[34] na profissão, cabe a seguinte indagação: por que, apesar de tais avanços, o Serviço Social ainda resiste em discutir a temática da subjetividade (que faz parte da profissão) na formação e na prática dos assistentes sociais?

A resposta a esta indagação não é simples, mas os desdobramentos das reflexões que até aqui temos feito permite, ainda que de modo hipotético, conjecturar que, para além do "assombro do fantasma do chamado conservadorismo", *há um discurso único*, *uma teoria única* (ostensivamente dura) no Serviço Social *que limita um diálogo mais aberto e plural com as dimensões da subjetividade*, chegando a beirar um *dogmatismo* nunca antes visto por nós no campo de uma profissão de pretensão *dialética*[35], a não ser em sistemas religiosos fechados em si mesmos a partir de visão maniqueísta[36] da realidade.

[34]Maria Ozanira da Silva e Silva (2009) afirma que foi âmbito do movimento de reconceituação que a neutralidade profissional foi questionada e se inicia o debate coletivo sobre a dimensão política e ideológica da profissão, e da necessidade de um compromisso do assistente social com os setores populares.

[35] Modo de compreender a realidade como sendo essencialmente contraditória e em permanente transformação (cf. Konder, 2008, p. 8).

[36] Visão dualista do mundo que só consegue enxergar os elementos da realidade de forma absoluta e desarticulados em seus pólos contraditórios; portanto, contrária a uma visão dialética.

Neste sentido, compreendemos que uma franca aproximação[37] do Serviço Social com as complexas dimensões da subjetividade conduziria a profissão a um inevitável *revisionismo* do "marxismo" no campo da subjetividade, indo além de seus limites nessa área para se abrir a outras concepções teóricas[38]; esta ideia, no entanto, de difícil aceitação para aqueles que vêem no "marxismo" a *única referência teórica crítica* possível para explicar toda a realidade e multidimensionalidade da vida humana, o que a nosso ver soa equivocado[39].

Segundo Vasconcelos (2010b, p. 251),

> [...] a tradição marxista é imbatível, incontornável e insubstituível, constituindo portanto o principal legado e arcabouço para todos aqueles que buscam participar das lutas por uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. [...] [Entretanto] *a importância dessas contribuições não justificaria a pretensão de uma onipotência do marxismo para esgotar a análise de todos os fenômenos complexos e multidimensionais da subjetividade humana*. (grifos nossos).

Apesar desta visão hermética ser uma característica marcante entre alguns militantes e grupos ortodoxos de esquerda (cf. Vasconcelos, 2002; 2010), nem todos que estabelecem diálogos sérios e profícuos com o "marxismo", — *como vários autores progressistas que temos citado ao longo desse estudo* — raciocinam desta forma, e não se furtaram ao debate e complexidade do tema subjetividade.

Faleiros (2013) coloca que um dos desafios atuais do Serviço Social na era da globalização é *revisar* os erros e acertos do passado da profissão, para se abrir à realidade e às novas possibilidades postas na contemporaneidade:

> [...] se, naquela época, fundamos o que se chamou de movimento de reconceituação do serviço social, *hoje precisamos de uma re-reconceituação, no sentido de se fazer*

[37] Utilizamos o termo aproximação e não (re) aproximação, pois o serviço social nunca se aproximou, de fato, da psicanálise se não de uma neopsicanálise, de um psicologismo norte-americano denominado psicologia do ego (Nicácio, 2008; Duarte, 2010); e mesmo a aproximação do serviço social com a fenomenologia foi pobre diante das opções críticas existentes. Criticadas estas abordagens pelo movimento de reconceituação e não identificando outras formas críticas de abordagem da subjetividade, para além dessas apropriações vulgarizadas, *o serviço social criou um nocivo reducionismo no âmbito da profissão, ao identificar o recurso histórico ao campo da psicologia como um processo estrito de psicologização das relações sociais* (Vasconcelos, 2002).

[38] Esta possibilidade encontra amparo no "*pluralismo*" enquanto princípio fundamental expresso no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993. Pluralismo aqui, por nós entendido, como diversidade e garantia de múltiplas expressões teóricas que se articulam de modo complexo no profícuo embate de ideias diferentes, e não no "*ecletismo vulgar*" que se caracteriza pela mera justaposição de ideias como se fossem complementares ignorando suas diferenças.

[39] Não está em pauta aqui a validade do legado marxiano e suas contribuições para compreensão da realidade concreta na busca de uma sociedade mais justa e menos desigual; quanto a isto não temos dúvida de sua importância. O que estamos chamando à atenção é para as implicações de uma visão marxista de características hermética, unilateral e unidimensional no campo da subjetividade que reduz as complexidades multidimensionais humanas a uma única dimensão e única teoria. Ainda que esta visão fosse correta, resultaria ilusória e contraditória, pois muitas contribuições ainda que estritas da tradição marxista, no campo da subjetividade, não tiveram grande repercussão no interior da profissão.

> *uma crítica do que fizemos, dos acertos e erros, dos riscos e também das oportunidades e necessidades que estão surgindo*. Para isso, em primeiro lugar, *precisamos estar abertos* para pensar a realidade e nossas categorias, com a crítica às ideias reducionistas, ao *pensamento único* de direita ou *de esquerda* (p. 64; grifos nossos).

Na atualidade, as demandas do Serviço Social exigem que se olhe criticamente para o "passado[40]" para refletir sobre os conhecimentos e as práticas lá desenvolvidas e que *hoje merecerem novos estudos e sistematizações* com o propósito de responder aos desafios atuais da prática do assistente social, visando sanar as lacunas deixadas na profissão (cf. Paulino, 2016).

As práticas relacionadas, por exemplo, a indivíduos e grupos não são portadoras em si mesmas de um viés individualista e adaptacionista. Independente da abordagem ser individual ou grupal, singular ou coletiva elas podem ser tanto *emancipadoras* quanto com *caráter* de *ajustamento*. Tudo vai depender da forma como o profissional se coloca frente às essas questões. Portanto, ao instrumentalizar teórica e tecnicamente sua prática para lidar com questões que envolvem conhecimentos sobre *a subjetividade*, o assistente social não estará automaticamente atuando de forma acrítica nas demandas imediatas da profissão, como se sua intervenção estivesse necessariamente fundada num pragmatismo de êxito prático, afastada das contradições reais da realidade.

O que caracterizava a atuação do serviço social tradicional não era o objeto sobre o qual intervinha e sim a forma de abordagem pautada num referencial teórico-metodológico que limitava a possibilidade de uma compreensão crítica mais plena da condição humana. Visto dessa forma, é extremamente incoerente desprezar ou secundarizar qualquer temática na atualidade que tenha sido objeto de enquadramento no passado da profissão; entre elas, a própria *subjetividade humana*.

Importante lembrar do primeiro Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, elaborado em 1948 pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS); nele havia a expressa afirmação de que: "o Serviço Social *não trata apenas de fator material*, não se limita à remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária: *trata com pessoas humanas* desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade" (grifos nossos). Apesar de "os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentarem os códigos de ética de 1948 a 1975 no Brasil" (cf. Barroco, 2010, p. 95), e independentemente das críticas

[40] Esta proposta em nada se confunde com as características do "pensamento conservador" esboçadas por Iamamoto (2004), no qual se destaca sua vocação para o passado como inspiração para interpretação do presente.

que se possa fazer àquela abordagem, é preciso que se reconheça uma questão essencial**,** embora enviesada no interior desse pensamento modelado pela moral e a caridade cristã, e para o qual temos *chamado à atenção* desde o início de nossas reflexões, a saber: o *Serviço Social, de fato, não trata apenas do fator material,* (*econômico*)*, mas trata* (*ou pode tratar*)*, hoje, do fator humano em suas dimensões subjetivas nas condições sócio-históricas, mediado pela prestação de serviços e pela garantia de direitos sociais.*

A questão central, que a nosso ver imprimiu uma direção problemática a esta relação residia no fato de, ao considerar os indivíduos como seres singulares, o serviço social tradicional o fazia "[...] sem *vinculação com suas bases materiais*, isto é, *subjetivamente e apartadas da situação social de vida dos 'clientes'*, transformando-se em princípios e postulados universalizantes orientadores da ação profissional" (Iamamoto, 2004, p. 29-30; grifos nossos).

A crítica, portanto, não reside na "intenção de ruptura" com o objeto que fora concebido e abordado de forma naturalizada, e sim na abordagem crítica e historicizada desse mesmo objeto na dinâmica da realidade. Pois "A crítica/prática olha as condições objetivas e o desenvolvimento da subjetividade [...]" (Faleiros, 2013, p. 123).

Desde o início de nossas reflexões temos apontado as implicações de uma visão *economicista* que reduz as mais diversas necessidades da vida humana ao fator essencialmente econômico, e tentamos evidenciar o quanto as necessidades humanas suplantam essas questões e, por vezes, até as contradizem. No entanto, estas necessidades não podem prescindir da base econômico-material que as engendram no tecido social. Parece-nos que o maior problema do Serviço Social foi ter derivado de uma excessiva valorização individualista e subjetivista (no passado) a uma brusca ruptura com os aspectos da dimensão subjetiva (no presente), reforçado ainda, pelo fechamento a diferentes perspectivas e concepções teóricas críticas.

O desvendamento dialético da subjetividade social em seus processos coletivos mais amplos é condição essencial para a compreensão da estrutura social desigual em seus múltiplos aspectos que determinam as condições materiais e simbólicas de vida dos subalternizados na dinâmica da realidade.

A subjetividade, *da forma como a estamos concebendo*, se constitui num campo de intervenção (*comum*) a diversas profissões (*do social*) que lidam com seres humanos o que

inclui, por óbvio, o próprio Serviço Social. Como perspectiva entreposta ao objeto de intervenção do *campo social*, a dimensão da subjetividade envolve necessariamente diversas áreas do conhecimento, como *campo de saber teórico/prático não exclusivo de qualquer profissão*.

Partimos do pressuposto, assim, que *a dimensão subjetiva é parte constitutiva do Serviço Social* e que configura o campo de atuação profissional. Esta dimensão, portanto, faz parte da natureza e dos fundamentos do Serviço Social na trama das relações sociais; todavia, resta saber de que forma a profissão se insere e como poderia atuar de modo crítico nesse cenário onde inevitavelmente ocorre a prática do assistente social.

2.2. A natureza e a particularidade da prática do Serviço Social: a subjetividade como dimensão constitutiva da profissão.

O estabelecimento de um "*objeto*"— e em decorrência sua "*especificidade*"— orienta, em tese, a produção de conhecimentos e as práticas de determinada profissão. De igual modo, a *percepção* da ausência de "*objeto específico*" é percebida como uma *indefinição* que "dificulta", no horizonte das intervenções profissionais, o reconhecimento de certas práticas como sendo ou não de determinada profissão; ou seja, daquilo que seria da competência "exclusiva" de cada profissional perante os limites e possibilidades ditados por tal "*especificidade*".

Acreditamos que deste dilema presente no mundo das profissões deriva, ao menos em parte, certas dificuldades do Serviço Social em produzir conhecimentos em determinada área, ou reconhecer determinados campos de atuação como sendo *também* de sua *competência*[41] profissional. Para "solucionar" esse impasse é preciso desvelar os elementos constitutivos da natureza da profissão, bem como seus fundamentos e aquilo que a explica e a justifica na realidade, porém esta não é uma tarefa simples. Concordamos com Estevão (2006), que se trata difícil tarefa explicar "o que é Serviço Social" ou como se dá a prática do assistente social num contexto em que a profissão já foi (e ainda é) entendida de diversas formas[42], independentemente do referencial teórico adotado, de seu projeto ético-político, de sua

[41] Não é raro ouvir de assistentes sociais, mesmo entre acadêmicos e docentes, que "*vínculo*", "*subjetividade*" e "*sofrimento psíquico*", por exemplo, são termos e conteúdos ligados à psicologia. Evidentemente não se espera que o assistente social vá fazer psicoterapia (próprio da psicologia), mas qual é o seu "*quinhão*" frente a esses fenômenos da realidade presentes em seu campo de intervenção profissional?

[42]No passado, o serviço social já foi considerado como arte, técnica, ciência, etc. Atualmente vem sendo pensado como processo de trabalho. Mesmo havendo questionamentos de que o serviço social seja ciência, Faleiros (2013; 2019) ainda o postula como uma ciência prática.

orientação teórica. Em seu livro "*O que é Serviço Social*" escrito em 1984, a autora cogitava que perguntar à época, o que é Serviço Social, talvez não fosse a "questão certa" para compreender a profissão em meio a tantos palpites que não eram suficientes para defini-la; mas já indicava que por meio de indagações, tais como: "*o que fazem*" e "*o que pensam*" os assistentes sociais na sua história profissional, talvez fosse o caminho mais profícuo para se chegar a essa compreensão (Estevão, 2006, p. 8).

Passadas mais de três décadas de tal indicação, as indagações ainda permanecem e hoje, além de indagar o que fazem os assistentes sociais, talvez seja preciso e oportuno — *no tempo atual* — compreender efetivamente a natureza e a constituição da profissão de forma não *endógena*, mas nas condições materiais e sociais que a determinam historicamente.

A tentativa de definição ou concepção acerca do que é a profissão ainda está na ordem do dia dos assistentes sociais. Portanto, compreender a natureza do Serviço Social pode servir de termômetro para entender as práticas de seus agentes, bem como aquilo que compete ou não ao assistente social.

Na exposição que se segue pretendemos refletir sobre como alguns entendimentos acerca da natureza da profissão podem orientar o processo de formação, a produção de conhecimentos e, no limite, a própria prática do assistente social relacionada à questão da subjetividade, a partir do lugar que o Serviço Social ocupa na divisão social e técnica do trabalho.

Analisando duas teses[43] distintas sobre a natureza e o processo da gênese do Serviço Social, Carlos Montaño (2007) se concentra nas concepções que os profissionais vêm assumindo e que marcam o surgimento e os fundamentos que explicam a emersão do Serviço Social na sociedade. O autor explica que essas duas teses opostas remetem à *legitimação* da profissão. Ligada à perspectiva *endogenista*, a primeira tese entende que a *legitimidade* do Serviço Social repousa na *"especificidade"* de sua prática profissional e que sua ausência deslegitimaria a profissão. Nesta perspectiva, não havendo uma especificidade que demarque

[43] A primeira tese representa a *postura evolucionista endogenista* que confere ao serviço social uma autonomia em relação ao processo histórico, no qual a profissão e a história são naturalizadas, contexto em que o serviço social se explicaria em si mesmo. Nesta perspectiva, a gênese do serviço social é considerada como uma evolução das formas anteriores de ajuda e assistência aos necessitados. A segunda tese, oposta à primeira, representa a *postura histórico-crítica*. Nesta perspectiva, o entendimento do surgimento da profissão se dá no marco do capitalismo monopolista quando o Estado assume a responsabilidade das respostas à questão social a partir do papel político (e não altruísta) ocupado pelo assistente social na divisão social e técnica do trabalho, cuja função não se explica em si mesma (cf. Montaño, 2007).

um *lugar próprio* e *específico* que diferencie o Serviço Social das demais profissões ela não teria razão de existir, não estaria legitimada como profissão. "[...] Aqui, a estratégia profissional de legitimação é montar uma barreira interprofissional, sob o acordo de cada profissão não invadir o espaço específico dos outros" (Montaño, 2007, p.54-55).

E continua Montaño:

> Parece difícil aceitar a tese de que a legitimidade do Serviço Social recaia na "especificidade" de sua prática, em especial em momentos nos quais espaços tradicionalmente ocupados por assistentes sociais estão sendo disputados com sociólogos, psicólogos sociais, terapeutas familiares e até profissionais não ligados diretamente ao "social": agrônomos, médicos, arquitetos, entre outros (ibid., p.56).

A segunda tese, oposta à primeira, entende o assistente social como um profissional que desempenha um papel nitidamente político e sua função não se explica por si mesma, mas pelo lugar que ocupa na divisão social e técnica do trabalho. "Aqui a *função* do Serviço Social é de legitimação da ordem e aumento da acumulação capitalista, tendo, portanto, natureza e funcionalidade *político-econômicas* e não *altruístas* [...]" (ibid., p.44; grifos do autor). Para Montaño (2007) as profissões da área social não têm especificidades e sim particularidades, não no sentido de exclusividade, nem derivada de diferentes objetos para cada uma, mas mediada pela sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho.

Numa perspectiva diferente a de Montaño, Josefa Batista Lopes (1979) em seu livro "*Objeto e especificidade do Serviço Social*" entende que o Serviço Social tem uma "especificidade", mas que *não se refere à exclusividade*[44], afastando qualquer possibilidade de *domínio único* de um objeto real por uma profissão. Nesse sentido e demarcando suas diferenças conceituais, interessa-nos aqui demonstrar que ambas as propostas (Lopes, 1979; Montaño, 2007) pretendem dissolver as pretensas barreiras interprofissionais no campo social, que dificultam a atuação de diversas profissões que aí intervém, sob o frágil pretexto de "invadirem o espaço específico" umas das outras.

> [...] os conhecimentos sobre os *objetos não têm fronteiras* e portanto *podem e devem ser utilizados por qualquer disciplina* que decida se voltar para estes objetos, desencadeando sobre eles uma ação de conhecimento ou reconhecimento dos objetos, para ser rigoroso, segundo um critério de cientificidade da ciência aberta, exige que se recorra a todo o conhecimento disponível sobre ele, mesmo que não seja esse conhecimento que, em última instância, represente o conhecimento adequado do objeto, *que por isto deve ser reconstruído, deve ser retificado* (Lopes, 1979, p.23; grifos nossos).

[44]"A especificidade não é assim exclusividade adquirida por uma disciplina no domínio de um objeto 'real', a partir dos 'fenômenos reais' com os quais estabelece relação. A especificidade consiste nas formas particulares assumidas pela disciplina nesta relação" (Lopes, 1979, p.30).

Nestes termos, a não exclusividade tanto do Serviço Social quanto de qualquer profissão sobre determinado objeto da realidade revela *seu necessário caráter interdisciplinar* e aponta para inúmeras possibilidades de atuação interprofissional no campo social e outros, para além da sensação de descrédito ou deslegitimação profissional.

Se entendermos que não há *especificidade* entre as profissões do social e sim *particularidades* (cf. Montaño, 2007), ou que a "especificidade" se refere, na verdade, às *formas particulares* assumidas pelas profissões nessa relação (cf. Lopes, 1979), veremos que o *objeto de intervenção do campo social*, por ser *comum* a todas elas, envolve necessariamente várias áreas do conhecimento humano. No entanto, é preciso ressaltar que, "[...] negar a existência de especificidades nas profissões sociais não significa desconhecer que elas possuam características geradoras de certa auto-representação, sentimento de grupo e identidade profissional" (Montaño, 2007, p. 145).

Iamamoto e Carvalho (2011) colocam a questão da *inespecificidade* como uma característica peculiar do Serviço Social que aponta para possibilidades históricas a partir da concepção que o assistente social venha a ter de sua prática:

> [...] a indefinição ou fluidez do "que é" ou do "que faz" o Serviço Social, abrindo ao Assistente Social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional. Tal característica, apreendida às vezes como um estigma profissional, pode ser reorientada no sentido de uma ampliação de seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do agente sobre sua prática (ibid., p.87).

Nosso objetivo, nesse sentido, é explorar essas possibilidades[45] como fonte de grande valor heurístico para ampliação do espaço de atuação profissional do assistente social, sobretudo no que se refere às dimensões do campo da subjetividade, objeto de nossa análise, pois "[...] a imprecisão vigente quanto à delimitação das atribuições desse profissional pode ser um fator de ampliação da margem de possibilidades de redefinição de suas estratégias de trabalho" (ibid., p. 129).

Visto por este prisma, a *subjetividade* como campo dialético em que se configura o social, não é de *exclusividade* da Psicologia Social, — ainda que assim seja definida (cf. Sanches e Kahhale, 2003) —, mas se apresenta, também, como um campo de possibilidades

[45] Essas possibilidades só farão sentido à profissão caso o assistente social saiba reconhecê-las no seu trabalho cotidiano. Do contrário, a recusa ou negligência de campos emergentes de atuação o levaria há uma progressiva perda de espaço, ao se fechar para uma determinada demanda da realidade como não sendo objeto de sua intervenção profissional.

ao próprio Serviço Social. Do mesmo modo a "*questão social*" não é e nem poderia ser, *objeto* de conhecimento *exclusivo* do Serviço Social, mas *particularidade* dele e de outras profissões da área social[46], em razão da forma peculiar em que cada profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho, pois afastada está "[...] qualquer hipótese no sentido da apropriação pelo Serviço Social, ao nível do 'real', de um fenômeno social que seja de sua única e 'específica' competência, como se fosse possível uma 'divisão real do real'" (Lopes, 1979, p.73).

É nesse cenário social, de difícil demarcação de espaço profissional que "existem, cada vez mais, sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais e mesmo saindo da 'área social', médicos, agrônomos etc., que lidam diretamente com as refrações da 'questão social'" (Montaño, 2007, p.138). Observado desta forma, não faz sentido o Serviço Social se recusar a produzir conhecimentos sobre essa área ou se abster de intervir nesse campo sob a infundada justificativa de que subjetividade se refere à psicologia. O que há, talvez, nesse horizonte, é um campo de conhecimento teórico/prático que tradicionalmente foi se constituindo num espaço de atividade *mais frequente* da psicologia, o que não conforma, em nenhuma hipótese, sua apropriação privada desse saber.

> Logo, o saber científico não é propriedade nem especificidade de certas profissões. O conhecimento aportado por sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, economistas, psicólogos sociais, politólogos etc. é um saber comum às ciências sociais; forma parte da teoria sobre o social, utilizável por todas as profissões sociais. [...] (ibid., p. 153).

Entendemos que a articulação das questões mais amplas e contraditórias do modo de produção capitalista, associada aos processos de subjetivação social e mediado pelas "expressões da questão social", nesse campo *comum* de atuação interprofissional, pode se constituir numa importante estratégia para a dimensão política do Serviço Social. Esta articulação, no entanto, pressupõe a necessária conexão dialética entre as dimensões política, técnico-operativa e subjetiva entre outras dimensões inerentes à profissão. É nessa direção que propomos a seguir, algumas "estratégias de intervenção".

[46] Cada vez mais a psicologia social tem se voltado à compreensão da "questão social", por meio da construção de seu compromisso político assumido com a área social. Resta ao serviço social também se apropriar, por exemplo, das sistematizações que a psicologia social tem feito para dar *visibilidade* à dimensão subjetiva (*nem sempre explícita*), mas subjacente ao fenômeno da desigualdade social, e à elaboração de políticas sociais (cf. Gonçalves e Bock, 2009; Gonçalves, 2010).

2.3. “Questão social”, políticas sociais e subjetividade: novos desafios teórico-práticos ao assistente social na contemporaneidade.

É praticamente impossível conceber uma política pública social sem conhecer os sujeitos a serem alcançados por essa ação estatal. Uma proposta interventiva dessa magnitude contempla, ainda que de forma escusa, uma determinada noção de sujeito e, em decorrência, de subjetividade em suas formulações.

Segundo Gonçalves (2010) na elaboração de políticas sociais sempre houve a compreensão de uma determinada noção de indivíduo e de subjetividade, mas isso nem sempre é evidenciado. Embora às vezes não evidenciada, essa noção de indivíduo e consequentemente de subjetividade vai se delineando na medida em que olhamos para as características das políticas sociais e vemos um sujeito cindido, fragmentado em suas necessidades e pensado invariavelmente em seus aspectos econômicos, elegíveis por critérios de renda.

Sabemos que o critério de renda é o principal requisito para que indivíduos e famílias possam ter acesso às políticas sociais, e esse recorte de renda as classifica na escala das vulnerabilidades sociais. Entretanto, há uma divisão sutil que primeiro descaracteriza o cidadão sujeito de direitos, para depois contemplá-lo como necessitado (cf. Sposati, 2009). Essa descaracterização, a nosso ver, conforma uma posição de subalternidade que revela uma dimensão subjetiva que expressa “a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior” (Sawaia, 1999, p.104). Isto porque a dimensão subjetiva é reveladora de uma determinada condição social desigual que, mesmo em sua manifestação singular, aponta para uma realidade mais ampla e compartilhada por muitos sujeitos.

Quando o direito do sujeito é suprimido em face de um “favor” ou quando este não tem a possibilidade de opinar sobre algo que lhe diz respeito temos aí, ainda que indiretamente, uma noção velada de indivíduo que norteia esse processo. No entanto, para compreender essa relação entre direitos sociais e política social é preciso compreender a estrutura e a conjuntura em que se assentam as bases de nossa sociedade, bem como o viés subjetivo presente nesse campo de interesses e tensões.

De acordo com Faleiros (2009) as ações de política social devem ser compreendidas no contexto da estrutura capitalista em suas transformações que revelam a relação entre Estado e o processo de acumulação de capital. O desvelamento da chamada “questão social”,

inscrita na contradição capital/trabalho, pode permitir a identificação dos processos que sustentam as relações sociais desiguais nas quais suas expressões condicionam experiências precárias e desestabilizantes para os sujeitos o que configura uma dimensão subjetiva da desigualdade (cf. Gonçalves e Bock 2009).

Nesse sentido "desconsiderando-se o caráter histórico das experiências subjetivas, corre-se o risco de elaborar políticas públicas que falam de um indivíduo ilusoriamente universal e, com isso, mascara-se a desigualdade social e o que a produz" (Gonçalves, 2010, p.23-24).

Nesse contexto em que se processam as desigualdades sociais, a dimensão econômico-material tem sido privilegiada enquanto que a dimensão subjetiva, subjacente a este processo, é relegada a um segundo plano no qual a própria psicologia social ainda tem contribuído pouco para dar visibilidade a essa dimensão (cf. Gonçalves e Bock 2009). Isto porque a desigualdade social só se tornou objeto de estudo e de atuação da psicologia a partir do recente ingresso do psicólogo no Sistema Único de Assistência social (SUAS) no qual não era suficiente pensar a desigualdade apartada dos fenômenos psicológicos (Sawaia e Silva, 2019).

Se por um lado houve um avanço da psicologia social em abordar a desigualdade social sem naturalizar os problemas sociais, indo na contramão das demais abordagens psicológicas, por outro lado, alguns problemas foram surgindo nesse processo. "Sem dúvida avanços foram dados; inserimos o fenômeno psicológico no social, mas ao fazê-lo jogamos a criança com a água do banho" (Sawaia e Silva, 2019, p. 27).

> O descaso com uma mais apurada definição da categoria subjetividade tornou a perspectiva sócio-histórica, particularmente, alvo de críticas acerca de uma politização da Psicologia que, muitas vezes, nega o particular, o desejo e uma *certa individualidade*, na medida que difunde a luta de classes como *remédio* para dificuldades psíquicas. Entre a ação política e o cuidado, a psicologia sócio-histórica tem sido acusada de escolher somente a ação política. E não seria incorreto afirmar que, não raramente, ficamos [...] paralisados pela impossibilidade de escolher entre o sujeito e *socius*; com medo do reformismo, ficamos imobilizados (ibid., p. 26-27; grifos dos autores).

O desejo, o afeto, as emoções e o sofrimento são características definidoras da subjetividade[47] sem os quais se tornaria estérea[48]. Nesse sentido, a categoria de análise

[47] González Rey (2012) considera que "a subjetividade não é um sistema racional. Sua organização e desenvolvimento não estão subordinados à razão humana, embora se expressem nela e sejam influenciados por ela" (p. 130).

[48] A psicologia sócio-histórica se fundamenta nos pressupostos do materialismo histórico e dialético, portanto de base marxista. Já apontamos no capítulo anterior as implicações de uma visão marxista unilateral e

denominada “sofrimento ético-político” proposta por Sawaia (1999) permite o entrelaçamento dos aspectos econômicos e políticos com os aspectos éticos e afetivos que caracterizam a dimensão subjetiva da desigualdade social.

Ao tomar os conceitos de afetividade e sofrimento como eixo de análise para estudar o dialético processo de exclusão/inclusão, Sawaia recupera o sujeito perdido nas análises econômicas e o traz para o centro do debate, incitando-nos a pensar que “[...] ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais” (ibid., p. 98).

Isto porque na análise da dimensão objetiva da exclusão social (desigualdade social), está presente a dimensão ética (injustiça social) e consequentemente sua dimensão subjetiva (sofrimento) gerado pelo complexo e contraditório processo de exclusão/inclusão no domínio do modo de produção capitalista (cf. Sawaia, 1999).

Vemos, neste conceito, importante abertura a ser explorada pelo Serviço Social no âmbito do atendimento socioindividual[49], conectado aos aspectos mais amplos da sociedade capitalista: “[...] o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (ibid., 1999, p.104).

> O revolucionário da subjetividade não é apenas fazer pesquisa sobre as marcas da desigualdade em nós. As desigualdades são terríveis e matam. Mas não basta apenas a denúncia dos males que ela causa, o que traz o risco da inexorabilidade das determinações sociais e da concepção de subjetividade como reflexo do real. Um subtexto teórico que impede o técnico do SUAS, por exemplo, de escutar o sofrimento ético-político ou, ao fazê-lo, escutar apenas a falta e a impotência, reduzindo os sujeitos à tutela, reforçando, justamente, o grande sofrimento gerado pela desigualdade social: o cerceamento do direito à escolha, acompanhado da ideia de destino, de indivíduo sem valor e, consequentemente, da negação do futuro (Sawaia e Silva, 2019, p. 39).

---

unidimensional da humanidade do ser social, que não contempla uma antropologia complexa e multidimensional da condição humana.

[49] Embora o assistente social não faça “*atendimento psicossocial*”, a perspectiva de totalidade em que atua em seus aspectos concretos e sociais, por meio do “*atendimento socioindividual*” (cf. Paulino, 2016), não pode negligenciar as dimensões subjetivas no atendimento aos sujeitos em sua intervenção, visto que a totalidade deve abarcar o todo e as partes na relação complexa que estabelecem. Totalidade que não envolve os aspectos subjetivos para além dos aspectos objetivos (econômico-material) não é totalidade (cf. Faleiros, 2019).

Nesse sentido, a escuta a partir de uma reflexão crítica acerca da posição que os indivíduos ocupam nesse cenário de desigualdade histórico-social, mediado pela garantia de direitos sociais (cf. Carretero, 2018), pode se constituir numa importante estratégia de atuação profissional para alcançar os sujeitos de desejo — não apenas material (objetivo), mas também e, sobretudo, simbólico (subjetivo) — em seu sofrimento.

A escuta[50], não se refere à escuta clínica no sentido psicoterapêutico. Aliás, o próprio psicólogo orientado por este referencial clínico enfrenta alguns problemas ao atuar no campo social: primeiro, por raramente ser capaz realizar uma leitura crítica da realidade, junto à população atendida, a partir desses referenciais tradicionais da psicologia ainda predominantes em sua formação; segundo, pelo próprio desestímulo das referências técnicas da área que indicam que os técnicos sociais[51] não devem realizar terapias nos equipamentos da política social (ibid., 2018), circunstância em que o próprio psicólogo precisa reorientar suas referências para poder repensar sua atuação nesse campo.

Esta mesma orientação, evidentemente, se estende aos assistentes sociais ao intervirem na política de assistência social para que não individualizem os problemas sociais. É nesta perspectiva que o documento "*Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social*", elaborado conjuntamente no ano de 2007, pelos respectivos conselhos na esfera federal CFESS/CFP[52], buscam preconizar a atuação de ambos profissionais nesse campo.

No que tange à atuação do psicólogo nesse contexto, o referido documento o adverte que "as determinações econômicas e sociais produzem efeitos psicológicos que não podem ser compreendidos somente na sua dimensão individual" (ibid., p.36). Em relação à atuação do assistente social, o mesmo documento estabelece que suas técnicas e estratégias nesse campo *não devem* ser utilizadas com a "perspectiva de integração social, homogeneização social, *psicologização* dos atendimentos individuais e/ou das relações sociais, nem ao fortalecimento de vivências e trocas afetivas em uma *perspectiva subjetivista*" (ibid., p. 30-31; grifo nosso).

[50] A escuta não é privativa de nenhuma profissão (cf. Nicácio, 2008).
[51] Neste caso, estamos nos referindo aos psicólogos e assistentes sociais que atuam na política de assistência social.
[52] Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Federal de Psicologia, respectivamente. Embora este documento seja resultado de uma reflexão conjunta, os conteúdos relativos a cada profissão são de autoria de seus respectivos conselhos.

A questão crucial, a nosso ver, apontada por este documento e que alcança indistintamente psicólogos e assistentes sociais reside na tendência ao reducionismo tanto dos fenômenos psicológicos quanto dos fenômenos sociais a que ambos profissionais estão sujeitos. Já mencionamos diversas vezes ao longo deste estudo, as implicações[53] de um viés psicologizante e de uma perspectiva subjetivista em ambas as profissões, em suas abordagens tradicionais, ao lidar com o indivíduo no âmbito das relações sociais.

Dessa forma, as referências técnicas do documento elaborado pelo CFESS/CFP (2007, p.11) apontam que a atuação profissional dos "técnicos sociais" na política de assistência social:

> [...] não deve restringir a intervenção profissional, *sobretudo a do/a assistente social*, às abordagens que tratam as necessidades sociais como problemas e responsabilidades individuais e grupais. Isso porque todas as *situações sociais vividas pelos sujeitos* que demandam a política de Assistência Social *têm a mesma estrutural e histórica raiz na desigualdade de classe e em suas determinações*, que se expressam pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos [...] (grifos nossos).

Esta orientação do CFESS é válida desde que não resvale na retórica evasiva que tende a vincular de forma estrita e permanente a prática do assistente social (no contexto de sofrimento subjetivo) à chamada "psicologização[54] das relações sociais", a partir da reprodução mecânica desse discurso que tem se revelado anacrônico frente ao atual cenário histórico de lutas sociais em que criticamente se engajou o Serviço Social.

A partir dessas reflexões e da expectativa de uma postura interdisciplinar e, *quiçá*, transdisciplinar, almejada desde o início de nossas reflexões — onde a busca pela compreensão da condição humana em toda sua complexidade e multidimensionalidade seja uma busca comum e constante a todas as profissões — acreditamos que o Serviço Social pode se aproximar da Psicologia e de outras áreas do conhecimento de forma crítica. Nessa direção, entendemos que a proposta dos conselhos CFESS/CFP (2007), lança uma centelha luminosa de esperança, de possibilidade no caminho dessa ponte que estamos tentando construir para

[53] O próprio serviço social brasileiro já experienciou em sua trajetória os efeitos amargos dessa conduta alienada, reprodutora do controle social dominante, da adaptação e do ajustamento em que acreditando atender os interesses dos subalternizados, era muito mais funcional à lógica do capital do que a esfera do trabalho, numa imensa ilusão de servir (cf. Martinelli, 2011).

[54] Embora o receio da "*psicologização*" seja um risco real, se considerarmos o mundo da pseudoconcreticidade caracterizado por um "claro-escuro de verdade e engano" (cf. Kosik, 1976, p.15), este não deve ser utilizado como escusa para limitar ou interditar a prática do assistente social na realidade concreta, que é também subjetiva.

aproximar o *campo social* do *campo psicológico* sem reducionismos, conforme o entendimento a seguir:

> Embora Serviço Social e Psicologia possuam acúmulos teórico-políticos diferentes, o *diálogo* entre *essas categorias profissionais aliará reflexão crítica*, participação política, *compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos* inerentes ao convívio e à formação do indivíduo, da coletividade e das circunstâncias que envolvem as diversas situações que se apresentam ao trabalho profissional. É possível construir, *a partir dessa ação interdisciplinar, um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades* na construção de uma proposta ético-política e profissional *que não fragmente o sujeito* usuário da política de Assistência Social. (p.41; grifos nossos).

Yazbek (2016) já buscava estabelecer na década de 90, com o livro "*Classes subalternas e assistência social*[55]", a necessária unidade dialética entre objetividade e subjetividade para compreensão das significações subjetivas experienciadas pelas classes subalternizadas, nas condições objetivas em que vivem. Nesse contexto, considerou impossível alcançar a realidade dessas classes, caso sejamos estranhos ao seu mundo, ao seu cotidiano e ao seu sofrimento. Para a autora, os indivíduos que buscam a assistência social são aqueles a quem foi negada a dimensão de sujeito e que nessa relação possam suprir carências que não se limitam ao plano material, mas que se expressam também no plano afetivo e emocional.

A "questão social", resultado da contradição capital/trabalho é datada, mas suas particularidades se transformam e se atualizam frente às necessidades de determinado tempo histórico, refletindo demandas atuais e emergentes que passam por suas mediações e que se colocam como desafios à prática do assistente social.

Nesse sentido, a "questão social" está relacionada com o processo de subjetivação social dos sujeitos e de produção de subjetividades, *mas a dimensão subjetiva não se reduz a ela, nem às suas expressões; é preciso novas mediações e interlocuções com outros campos do conhecimento humano para desvendar esse complexo fenômeno*. Aqui se justifica o uso das aspas ao falar de subjetividade no âmbito da "questão social".

Acompanhamos o entendimento de Faleiros (1999), quando afirma que o objeto do Serviço Social precisa ser reprocessado historicamente nas condições dadas e de que a

[55] Consideramos ser esta obra de Yazbek, uma análise audaciosa para uma época em que as análises sobre as recentes conquistas sociais, em termos de políticas sociais, estavam muito mais voltadas para o contexto macrossocietário. Abordar as políticas sociais de forma crítica, sob a ótica dos seus "assistidos", resgatando os sujeitos em sua realidade histórico-social e enfatizando a importância da dimensão subjetiva (subjacente a este processo), faz desta obra uma importante referência para o urgente e atual debate da subjetividade e políticas sociais no campo de conhecimentos do serviço social.

"questão social",— entanto objeto[56] — necessita ser observada à luz de diferentes paradigmas no contexto de mudanças a qual está vinculada, tendo em vista que as dinâmicas complexas do cotidiano impõem diferentes demandas que exigem novos olhares e novos enfrentamentos:

> Na atual conjuntura, os enfrentamentos de interesses, grupos, projetos, estão sendo vistos num processo complexo de relações de classe, gênero, geração, raça, etnia, culturas, regiões, parentescos, trazendo à discussão as mediações da subjetividade e que não se resumem *tout court* na noção de questão social. (Faleiros, 1999, p. 40).

Cabe assinalar que ao acompanharmos o entendimento de Faleiros acerca da necessidade de reprocessamento do objeto da profissão diante das demandas complexas da atualidade, não temos a pretensão de negar ou atribuir novo objeto[57] de intervenção à profissão, embora reconheçamos que a estratégia de fortalecimento do sujeito individual e coletivo proposto por Faleiros (1999), no contexto de correlações de forças, esteja em total sintonia com o que estamos propondo.

Assim, compreendemos que a subjetividade *não se resume à* "*questão social*", nem mesmo ao clichê já batido, mas ainda repetido por muitos assistentes sociais de que subjetividade, entre outros fenômenos igualmente complexos, seria uma "expressão da questão social". Não é. Mas seguramente passa por sua mediação e é neste ponto de inter-relação que acreditamos haver um espaço de originalidade para o Serviço Social demonstrar sua particularidade nesse processo. Se as dimensões da subjetividade humana não se resumem na compreensão que se tem da questão social ou mesmo de suas expressões, e esta por sua vez, apresenta um aspecto mais amplo e estrutural, é preciso um maior entendimento e articulação entre a temática da subjetividade e a questão social, pois

> [...] a profissão vem vivenciando um conjunto de experiências que têm apontado para a emergência de questões relativas à subjetividade, que vem impondo compreensão e articulação desta à questão social propriamente dita. São expressões referentes à singularidade de cada sujeito, de cada família, das relações de amizade, vizinhança e de pertencimento a diferentes grupos sociais, classes ou frações de classe, gênero, raça/etnia que povoam a sociabilidade humana e os demais condicionantes da vida privada no contexto maior da vida em sociedade. (Gentilli, 2013, p. 321).

[56]Foi na proposta de reforma curricular que a questão social foi definida formalmente como objeto do serviço social. (cf. Faleiros, 1999).

[57] Diferentemente de outros autores citados neste texto, Faleiros (1999), considera que o objeto construído da intervenção profissional do serviço social é o fortalecimento (*empowerment*) do sujeito individual e coletivo.

As expressões da questão social, por sua abrangência, são multifacetadas e, portanto, várias áreas do conhecimento são evocadas quando se lida com essas demandas que comportam dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas, psicológicas, religiosas, mitológicas etc., com as quais o Serviço Social precisa necessariamente dialogar, caso pretenda atuar numa perspectiva interdisciplinar.

Nesse sentido, (re) colocar a temática da subjetividade e consequentemente das relações com outras áreas do saber na pauta de discussões do Serviço Social constitui uma alternativa à importação de "fórmulas teóricas prontas" de outras áreas do conhecimento sem a devida formulação crítica convergente aos pressupostos do projeto ético-político da profissão, ao mesmo tempo em que permite compreender os sentidos outorgados à intervenção profissional. É na esteira desse entendimento que Rodrigues (1995, 2002, 2005, 2019) constantemente propõe a necessária aproximação com outras áreas do saber:

> Os conhecimentos que buscamos na sociologia, na ciência política e econômica, na psicologia, na filosofia etc. merecem uma reflexão, um estudo no sentido de compreender-se como emprestam significado à atuação que desempenhamos na realidade. É necessária a articulação desses conhecimentos para a criação de metodologias de trabalho mais visíveis e capazes de revelar a produção da prática profissional que desenvolvemos (ibid., 1995, p.155).

Se considerarmos que a "questão social", em suas diversas expressões, compõe a matéria-prima do trabalho do assistente social, então precisamos considerar que "[...] decifrar a questão social é também demonstrar as particulares *formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social*" (Iamamoto, 2015, p. 59; grifo da autora), não nos furtando a realidade de que "[...] não é 'A Questão Social' que procura o assistente social, mas 'indivíduos reais' submetidos a alguma situação de sofrimento ou fragilidade" (Nicácio, 2008, p.60).

Nessa relação mais próxima entre profissionais e "assistidos" pela política social onde geralmente há a possibilidade de escuta das necessidades materiais e subjetivas dos sujeitos; é preciso superar os preconceitos e reducionismos que por vezes constrange o assistente social a não realizar esse tipo de atendimento.

> [...] Não é porque o assistente social tem uma abertura para o outro, quando atende e escuta essas problemáticas e conflitos apresentadas pelo sujeito que ele recebe, seja no plantão social, na entrevista social, na visita domiciliar, e que são sociais, que ele está psicologizando as relações sociais (Duarte, 2010, p.21).

Há um terreno fértil para o Serviço Social pensar a subjetividade, enquanto produção histórica e social, mesmo sob a ótica do "marxismo", porém compreendendo que esta teoria sozinha não explica o complexo campo da subjetividade humana (cf. Vasconcelos, 2010), e que os males que afligem a humanidade não se resumem ao capitalismo (cf. Morin, 2002). Se a subjetividade se processa dialeticamente no tecido social (na relação entre homem, natureza, fatores econômicos, materiais, simbólicos, espirituais, etc.) e se abre interprofissionalmente aos saberes que atuam nesse campo, então o Serviço Social deve contribuir com seus conhecimentos nesse cenário. Seria extremamente revolucionário se o Serviço Social articulasse seus conhecimentos sobre as desigualdades sociais, políticas sociais e lutas sociais aos processos de subjetivação e produção de subjetividades, as quais, frequentemente, tendem a ser domesticadas à lógica do capital.

A apreensão das condições objetivas e materiais a partir da perspectiva da classe social e das contradições inerentes à sociedade capitalista são imprescindíveis para compreensão das desigualdades sociais que afligem os sujeitos com os quais lidamos e delas não podemos nos afastar, sob o risco de naturalizar esse processo histórico de opressão. No entanto, o efetivo alcance das necessidades humanas requer ir além dessa perspectiva. É preciso também contemplar um sujeito que têm sonhos e desejos que não se resumem em suas necessidades materiais. Há uma dimensão subjetiva ainda a ser explorada pelo Serviço Social, não só no campo das políticas sociais, mas nos vários espaços em que atua. Porém, nesse cenário, o grande trunfo do Serviço Social seria poder aliar aquilo que de melhor ele sabe fazer ao complexo e contraditório processo de inclusão/exclusão em suas dimensões objetiva, ética e subjetiva como integrantes desse processo de subjetivação e produção de subjetividades.

Há, no fenômeno da subjetividade humana, um grande potencial ainda a ser descoberto pelo assistente social que pode revolucionar não apenas a vida singular do sujeito, mas os próprios processos de emancipação e construção de cidadania enquanto projetos coletivos, mas para que isso seja possível é preciso que o Serviço Social compreenda que no capitalismo "[...] o que permite seu funcionamento e controle da produção é, fundamentalmente, o modo de produção da subjetividade. O modo de produção econômica só é mantido porque a subjetividade é produzida de maneira a possibilitar relações de exploração e dominação" (Duarte, 1993, p. 94-95).

CAPÍTULO III – A PESQUISA: CONHECENDO A REALIDADE ESTUDADA.

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos trilhados para a realização da pesquisa, a escolha dos sujeitos e o referencial teórico orientador da análise. O objeto de estudo refere-se à "subjetividade na formação e na prática do assistente social". Os motivos que subsidiaram a construção desse objeto foram se constituindo ao longo de nossa trajetória acadêmica e profissional, diante dos escassos espaços disponíveis para tratar dos conteúdos relativos a esse campo.

Realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa e crítica ancorada na abordagem sócio-histórica e ampliada com a perspectiva antropo-sócio-histórica como suporte teórico. A forma de análise segue a perspectiva analítica-compreensiva através da nucleação dos conteúdos obtidos por meio da fala dos participantes e, consequente, a categorização dos eixos temáticos com a interpretação dos dados coletados.

A pesquisa qualitativa privilegia a compreensão dos complexos fenômenos humanos apreendidos e olhados de perto em sua singularidade, expressividade; garante um maior nível de cientificidade na investigação de questões de natureza subjetiva, pois além de evidenciar aspectos latentes e subjacentes ao gênero humano, considera os dados objetivos e concretos da realidade estudada.

Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e busca nas ciências sociais um nível de realidade que não pode ser somente quantificado, pois trabalha e aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações.

Para Martinelli (1999) dentre os pressupostos da pesquisa qualitativa encontram-se o reconhecimento de que o sujeito da pesquisa é singular e se revela no discurso e na ação, e conhecê-lo significa escutá-lo e considerar o contexto em que vive para conhecer não apenas suas circunstâncias de vida, mas sua experiência social.

Como qualquer problema da vida prática que requer investigação por meio da pesquisa, o estudo empírico da subjetividade permitiu-nos aproximar da realidade em seu movimento, dinâmica em que se expressa o contexto das relações e das atividades da vida, o que possibilita melhor compreensão teórico-prático dos aspectos que constituem esse complexo campo.

> [...] É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática* [...] (Minayo, 2009, p.16; grifo nosso).

Nesse sentido, iniciamos a pesquisa através de um cuidadoso levantamento realizado em teses, dissertações, livros, artigos, temáticas dos fóruns de discussão da categoria profissional, cujo resultado demonstra um cenário de escassa produção teórica no campo de conhecimentos do Serviço Social e que repercute no exercício da prática do assistente social.

Assim, num primeiro movimento investigativo, realizamos um estudo documental das teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social de diferentes instituições que tivessem abordado este tema ou que evidenciassem esse inexplorado campo de atuação profissional do assistente social.

Fizeram parte desta investigação as seguintes instituições de ensino superior: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Os critérios utilizados para selecionar essas instituições estão relacionados à grande expressão e repercussão desses Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, por serem Programas que reúnem o maior número de teses e dissertações e por terem as melhores avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

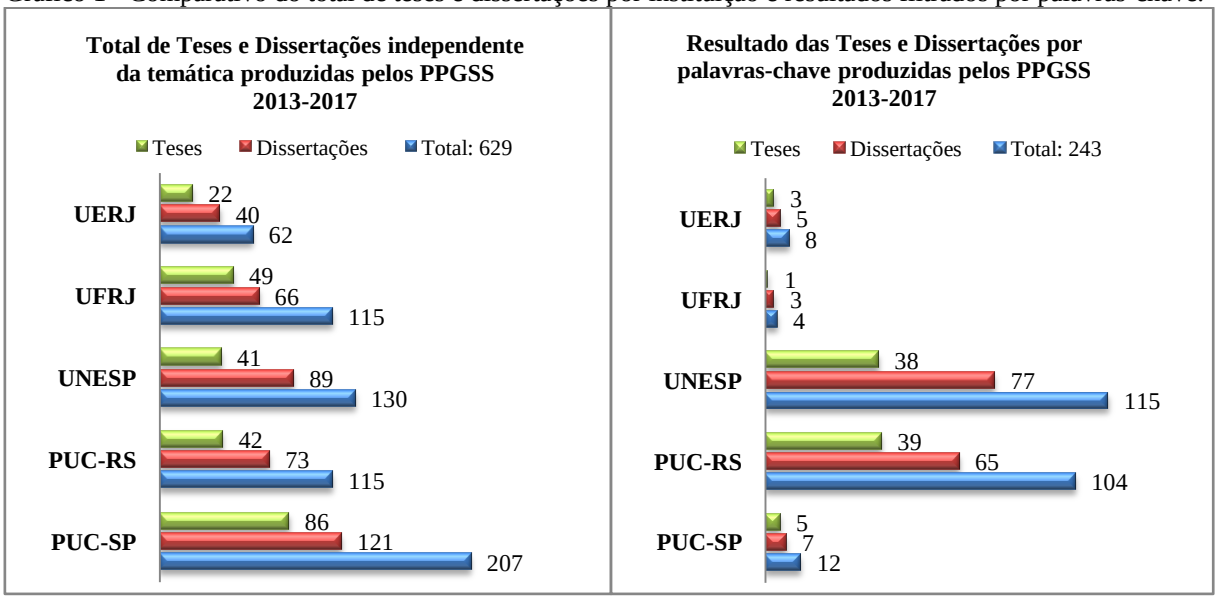
O levantamento foi realizado por meio da biblioteca digital brasileira de teses e dissertações e visou criar um panorama que permitisse detectar nos Programas de Pós-Graduação, entre os anos de 2013 e 2017, elementos que evidenciassem produções relacionadas à questão da subjetividade; para isso utilizamos como itens de busca as seguintes palavras-chave: subjetividade, subjetivo, subjetiva, subjetivação.

A partir dos resultados encontrados realizamos a leitura do resumo, da introdução e das considerações finais procurando verificar as diferentes concepções de subjetividade eventualmente utilizadas e componentes correlatos tais como emoções, sentimentos, afetos, etc., relativos à dimensão subjetiva do ser humano.

Procuramos inicialmente demonstrar nos gráficos abaixo, o quantitativo de teses e dissertações de cada Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, realizando uma comparação entre a quantidade e o resultado final, filtrado através das palavras-chave, para

verificar quantos trabalhos, do total produzido por esses Programas, poderiam estar relacionados ao tema e aqueles efetivamente relacionados à temática.

Gráfico 1 - Comparativo do total de teses e dissertações por instituição e resultados filtrados por palavras-chave.



Fonte: elaboração própria.

Somadas as produções acadêmicas dos cinco Programas de Pós-Graduação das instituições de ensino, independentemente da temática pesquisada, foram registrados, ao todo, 629 trabalhos divididos entre teses de doutorado (240) e dissertações de mestrado (389) no período de 2013 a 2017.

Através do uso das palavras-chave identificamos uma redução de 629 para 243 resultados divididos entre teses de doutorado (86) e dissertações de mestrado (157), com destaque significativo, sobretudo nas instituições UNESP e PUC-RS.

No entanto, a partir da leitura do resumo desse montante, de 243 trabalhos identificamos 54 produções que estariam mais diretamente relacionadas com a questão da subjetividade; com a leitura da introdução desse material, identificamos apenas 4 produções, (3 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado) que se propunham a tratar especificamente a questão da subjetividade.

Todos os demais trabalhos faziam menções muito genéricas, colocavam em segundo plano a temática ou apenas relacionavam-se aos pressupostos da abordagem qualitativa em pesquisa com seres humanos, o que em parte explicaria a redução drástica entre as produções levantadas e os resultados efetivamente encontrados.

Constatamos que muitas teses e dissertações trouxeram em seu conteúdo o termo “subjetividade”, mas sem necessariamente abordá-lo; de alguma forma pressupomos certa “hesitação terminológica” por razões diversas diante do ocasional ou necessário uso do termo; em última instância, poderíamos pensar no notório dilema de ao se discutir elementos que compõe a dimensão subjetiva do homem, fazê-lo de forma mais objetivada ou secundária.

Muito se fala da subjetividade e sua importância para compreensão da totalidade do ser social, porém poucos trabalhos efetivamente se dedicam a compreender esta perspectiva na área de produção do Serviço Social, razão pela qual poucos resultados foram encontrados a partir dos critérios adotados.

Com base na leitura do Resumo, Introdução e Conclusão das teses e dissertações encontradas, produzimos o quadro abaixo que demonstra, de um lado, a escassez de produções que abordam essa temática, e de outro, a urgência de estudos que abordem criticamente essa questão nas produções teóricas da área de conhecimento do Serviço Social.

Quadro 1 - Teses e dissertações relacionadas à questão da subjetividade na área do Serviço Social.

Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social – 2013-2017						
Autor	**Título**	**Local**	**T/D***	**Ano**	**Objetivos**	**Conclusões**
Angélica Gomes da Silva	QUANDO A DEVOLUÇÃO ACONTECE NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO: um estudo a partir das narrativas de assistentes sociais no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.	UNESP	T	2017	Compreender a intervenção profissional de assistentes sociais nos processos de adoção, particularmente diante das motivações ou decisão dos pretendentes para devolução da criança.	As histórias narradas e as entrevistas confirmaram que questões subjetivas estão presentes como elemento fundamental no trabalho dos assistentes sociais.
Cynthia Silva Machado	BIOÉTICA NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: os impactos éticos e emocionais no destino de embriões excedentários	UNESP	D	2016	Olhar o lado emocional e ético da Reprodução Humana Assistida, mais especificamente a doação de embriões dos casais que precisam se decidir quanto à sua destinação.	Há escassez de estudos sobre o destino dos embriões e que ressaltem o aspecto emocional dos doadores envolvidos nesse processo, bem como do significado afetivo que o embrião tem para o casal e a complexidade de decidir sobre essa questão.
Liane Bittencourt	CONSTRUINDO MARCAS DE RESILIÊNCIA: a prática humanizada do Serviço Social	PUC-SP	D	2016	Busca identificar marcas de resiliência na profissão e nas práticas dos assistentes sociais que são pautadas em princípios humanistas.	O Serviço Social é uma profissão promotora de resiliência e deixa marcas no tecido social de diferentes maneiras. A prática do assistente social pautada nos princípios de humanização inclui a consideração da subjetividade e o identifica como tutor de resiliência.
Cássia Mazeti Rossi	FAMÍLIAS INCORPORADAS À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: estudo das repercussões do BPC em suas vidas	PUC-SP	D	2013	Analisar as repercussões, sensações e significado do Benefício de Prestação Continuada vivenciado pelas famílias beneficiárias.	Duas, entre os três entrevistados, perceberam melhoras significativas em suas vidas, tanto do ponto de vista material, quanto da subjetividade das relações intra-familiares.

Fonte: elaboração própria.
*T: tese; D: dissertação.

Na segunda etapa deste estudo realizamos um mapeamento das produções dos dois maiores eventos do Serviço Social, — CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) e ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social). Analisamos as cinco últimas edições das produções apresentadas com o propósito de verificar os assuntos que mais têm recebido atenção por parte dos órgãos representativos da categoria profissional do Serviço Social.

Os resultados demonstram uma concentração de temáticas relacionadas à dimensão política[58] da profissão no que concerne aos aspectos macrossociais e na análise das questões mais amplas e contraditórias presentes nas relações sociais do modo de produção capitalista.

O CBAS é o maior e mais importante evento do Serviço Social brasileiro e reúne profissionais assistentes sociais e estudantes de Serviço Social. O Evento é realizado a cada três anos e organizado pelas entidades representativas da categoria: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), local onde é realizado o evento e se constitui em importante espaço de divulgação da produção do Serviço Social.

Quadro 2 - Temas desenvolvidos nas cinco últimas edições do CBAS.

	Ano	Edição	Temáticas centrais dos Congressos
Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)	2016	15º	80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão
	2013	14º	Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais
	2010	13º	Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político profissional
	2007	12º	A questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social
	2004	11º	O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos

Fonte: elaboração própria a partir dos programas dos CBAS.

Na mesma perspectiva o ENPESS, segundo maior encontro da categoria profissional, conta com a participação de pesquisadores de Serviço Social e visa contribuir com a formação continuada e com a produção científica e técnica da área de Serviço Social. Os temas centrais de seus últimos cinco encontros vão ajudando a formatar essa centralização de temáticas, cada vez mais direcionadas aos aspectos conjunturais e estruturais da profissão.

[58] Por dimensão política estamos entendendo todo o contexto estrutural e conjuntural da sociedade capitalista, suas contradições e espaços de luta por direitos sociais em que se engajam os assistentes sociais.

Quadro 3 - Temas desenvolvidos nas cinco últimas edições do ENPESS.

Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS	Ano	Edição	Temáticas centrais dos Encontros
	2018	XVI	"Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social"
	2016	XV	"20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional - reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS"
	2014	XIV	"Desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital"
	2012	XIII	"Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão"
	2010	XII	Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?

Fonte: elaboração própria a partir das programações dos encontros do ENPESS.

Numa breve leitura comparativa entre estes grandes eventos do Serviço Social observamos que há, no período investigado de 2004 a 2018, temas muito semelhantes e por vezes repetitivos, que revelam a constância do debate político no âmbito da profissão. Apesar de sua importância, não se observa a elaboração e alternância de temas que abordem questões mais relacionadas à dimensão subjetiva do homem ou às práticas cotidianas, o que reforça o argumento de que há uma lacuna muito grande na teoria que inevitavelmente repercute na prática profissional do assistente social.

Na terceira etapa deste estudo buscamos nos principais periódicos de divulgação de conhecimentos do Serviço Social, artigos que abordassem a questão da subjetividade. Entre os periódicos escolhidos por sua relevância em termos de qualificação científica e fator de impacto, não encontramos nenhum artigo que abordasse a temática pesquisada no período de 2013 a 2017.

Apresentamos a seguir os quadros com os temas centrais dessas revistas que mais uma vez revelam a reiteração dos assuntos já identificados. A revista Serviço Social & Sociedade, considerada um dos mais importantes veículos de produção e divulgação de conhecimento do Serviço Social brasileiro foi editada em 1979, e é uma das principais referências para profissionais e estudantes de Serviço Social sobre os debates contemporâneos que envolvem a profissão. Nos últimos cinco anos este periódico não produziu nenhum tipo de conhecimento relacionado à questão da subjetividade, concentrando-se em abordar os seguintes temas:

Quadro 4 - Temática das chamadas para publicação de artigos na Revista Serviço Social & Sociedade.

Ano	Nº	Revista Serviço Social & Sociedade (temas de capa da revista)			
2013	113	Proteção social e espaços sócio-ocupacionais	2014	117	Exercício profissional e produção de conhecimento
	114	Demandas sociais, desafios profissionais		118	Trabalho precarizado
	115	Área Sócio-jurídica		119	Direitos Humanos em questão
	116	Proteção social		120	Formação, trabalho e lutas sociais
2015	121	Desafios ao Serviço Social em diversos países	2016	125	Dilemas [e Estudo] da prática profissional
	122	Temas emergentes		126	Envelhecimento nas sociedades capitalistas
	123	Trabalho, Saúde, Meio ambiente		127	Especial sobre os 80 anos do Serviço Social no Brasil.
	124	Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social			
2017	128	Serviço Social e conjuntura			
	129	Serviço Social: marcas e desafios			
	130	Serviço Social no contexto da crise do capital, desmanche da Seguridade Social e regressão de direitos			

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site que reúne as edições eletrônicas desta revista (http://www.scielo.br/scielo. php?script=sci_issues&pid=0101-6628&lng=pt&nrm=iso).

A revista Katálysis criada em 1997, de igual modo tem sua importância demarcada nesta área de produção de conhecimentos. Vinculada ao Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, nos últimos cincos anos não apresentou produções relacionadas à temática subjetividade mantendo as seguintes chamadas para publicação de artigos alinhados a estas propostas:

Quadro 5 - Temas centrais como forma de chamada para publicação de artigos na Revista Katálysis.

Ano	Vol; Nº	Revista Katálysis (temas de capa da revista)			
2013	V. 16, n.1:	Marx, Marxismos e Serviço Social	2014	V. 17, n.1:	Estado e política social na América Latina
	V. 16, n.2:	Lutas sociais no novo milênio e Serviço Social		V. 17, n.2:	Estado e política social: saúde
	Número especial	Serviço Social, História e Desafios			
2015	V. 18, n.1:	Estado e política social na América Latina: Assistência Social	2016	V.19, n.1:	Juventude

	V. 18, n.2:	Estado e política social na América Latina: Previdência Social		V.19, n.2:	Questão fundiária
				V.19, n.3:	Formação profissional, estágio e supervisão
2017	V. 20, n.1:	Antonio Gramsci			
	V. 20, n.2:	Pós-Graduação e Serviço Social			
	V. 20, n.3:	Ética e política			

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site que reúne as edições eletrônicas desta revista (https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/archive)

Outra importante revista é a Temporalis, criada em 2000 e editada pela ABEPSS, um dos órgãos representativos da categoria profissional. Apesar de não ter retornado resultados de publicações que abordassem a questão da subjetividade, os dois volumes do ano de 2014 dedicaram importante espaço a temas pouco recorrentes no campo do Serviço Social, embora em sua maioria tratados numa perspectiva mais voltada ao âmbito macrossocial da profissão.

Quadro 6 - Temas centrais como forma de chamada para publicação de artigos na Revista Temporalis.

Ano	Vol; Nº	Revista Temporalis (temas de capa da revista)			
2013	V. 13, N. 26	Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão	2014	V. 14, N. 28	Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades
	V. 13, N. 25	Educação em crise e perspectivas de organização política		V. 14, N. 27	Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades
2015	V. 15, N. 30	Trabalho, "questão social" e Serviço Social	2016	V. 16, N. 32	Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional
	V. 15, N. 29	Lutas sociais e produção de conhecimentos: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital		V. 16, N. 31	Formação profissional em Serviço Social
2017	V. 17, N. 33	20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. formação e trabalho profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS	2018		

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site que reúne as edições eletrônicas desta revista (http://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/archive).

Muitos são os aspectos presentes no campo da subjetividade, tais como: valores, afetos, conflitos, emoções, sentimentos, crenças, etc., todos intrinsecamente ligados a grandes e complexos temas como sexualidades, gênero, raça e etnia, violência, família, etc., e por

vezes espanta o nível de objetivação com que é tratada a subjetividade, como se falar desse tema fosse sinônimo de ter sido cooptado pela lógica da contrarrevolução.

Na revista Praia Vermelha vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da mesma forma que nos periódicos anteriores, também não observamos em suas publicações produções sobre subjetividade.

Quadro 7 - Temas centrais como forma de chamada para publicação de artigos na Revista Praia Vermelha.

Ano	Vol; Nº	Revista Praia Vermelha (temas de capa da revista)			
2013	v. 23, n. 2	Marxismos no século XXI	2014	v. 24, n. 1	Megaeventos e impactos nas cidades
	v. 23, n. 1	Políticas Sociais nos 10 anos de governo do PT		v. 24, n. 2	Serviço Social Latino-Americano: Questões Contemporâneas
2015	v. 25, n. 1	Direitos Humanos	2016	v. 26, n. 3	40 anos do PPGSS-UFRJ
	v. 25, n. 2	Avaliação de políticas sociais: agenda, operadores e destinatários			
2017			2018		

Fonte: elaboração própria a partir das informações do site que reúne as edições eletrônicas desta revista (https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/archive).

Nesse estudo que realizamos acerca das temáticas abordadas tanto nos encontros do Serviço Social quanto nos periódicos de produção e divulgação de conhecimentos científicos, constatamos de forma inequívoca a repetição, como dissemos, de temas que já são recorrentes no interior da profissão e que atravessam praticamente todos os debates; senão como eixos centrais de análise, restando pouco ou quase nenhum espaço para questões que escapem à concretude dessa objetividade. Assim, *Trabalho, Lutas Sociais, Políticas Sociais, Crise do Capital e Marxismos* parecem ser, salvo raríssimas exceções, os assuntos mais elaborados e debatidos pelo Serviço Social.

No levantamento realizado em teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação, bem como em livros, artigos de revistas e nos principais eventos do Serviço Social, — onde se buscou verificar a presença do tema da subjetividade nas publicações teóricas, — constatamos uma exígua quantidade de produções ligadas a este campo, evidenciando que esta temática ainda não é expressiva na área de produção de conhecimentos do Serviço Social e que inevitavelmente, repercute na prática profissional.

No período entre os anos 2013-2017[59], não encontramos produções relacionadas ao tema, com exceção da importante contribuição da assistente social Raquel de Matos Lopes Gentilli publicada no ano de 2013, em forma de artigo na revista *Textos & Contextos* (Porto Alegre), sob o título: "*Sociabilidade e Subjetividade*: aproximações para o Serviço Social" em que à luz da tradição marxista a autora buscou refletir as formas que as condições sociais afetam a subjetividade humana, bem como sua importância na prática cotidiana do assistente social

Vale ressaltar que este foi o único artigo registrado no âmbito do Serviço Social, no período selecionado, sobre a questão da subjetividade. Nenhum outro artigo ou livro foi localizado e também do ponto de vista curricular observa-se que a temática ainda não compõe o corpo de disciplinas e que, portanto, não faz parte da formação em Serviço Social, "[...] gerando enorme empobrecimento para os assistentes sociais que se engajam em campos de trabalho que exigem intervenção e familiaridade com o campo da subjetividade" (Vasconcelos, 2010a, p.20).

Portanto, o resultado do levantamento revela quais são os assuntos mais debatidos pela profissão na contemporaneidade, bem como as tendências e os rumos trilhados pelo Serviço Social ao longo dos últimos anos. Esse estudo documental permitiu comprovar a forte tendência reflexiva da área, concentrando, na atualidade, suas produções e discussões em questões vinculadas à dimensão macro-política da realidade social.

Complementarmente ao levantamento realizado e para analisar a relação entre a prática do assistente social e a questão da subjetividade, optamos também por desenvolver uma investigação com os sujeitos que estivessem exercendo atividades no cotidiano profissional. Estabelecemos como universo da pesquisa assistentes sociais inseridos no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. A escolha dessa instituição se deu em razão tanto do seu pioneirismo, expressividade, reconhecimento e acessibilidade, quanto por reunir sujeitos de diversas partes e instituições do país e do exterior, com realidades profissionais distintas o que permite certa diversidade de expressão e opinião.

[59] Embora não relacionados ao período selecionado, é importante registrar a presença dos artigos e livros encontrados e que fazem menção à subjetividade no campo do Serviço Social, mesmo entre aqueles autores provenientes de outras profissões: Nicácio (2008); Vasconcelos (2002 e 2010); Duarte (1993 e 2010); Bisneto (2007); Gentilli (2011); Rodrigues (1998). Os dois primeiros autores são psicólogos; o terceiro é psicólogo e assistente social, e os três últimos são assistentes sociais.

A seleção dos participantes inicialmente se deu por meio de prévia visita ao currículo cadastrado na plataforma lattes, bem como por indicações de professores acerca de alunos que eventualmente poderiam contribuir com a pesquisa. Para selecionar os participantes estabelecemos os seguintes critérios: ser assistente social, estar matriculado no programa de pós-graduação da PUC/SP, ter experiência prática em diferentes campos e instituições e, no caso dos doutorandos, reunir alguma experiência como docente.

Portanto, trata-se de amostra representativa e intencional. Para a definição dos discentes selecionados procuramos aqueles que estivessem profissionalmente inseridos tanto no campo da docência quanto da prática do Serviço Social a fim de expressar a diversidade do universo da pesquisa, nos aspectos de formação e da ação prática do assistente social.

A amostra contempla seis assistentes sociais matriculados no programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP, nos níveis de mestrado e doutorado com o seguinte perfil:

Quadro 8 - Perfil dos sujeitos da pesquisa.

Sujeito D*/M**	Experiência docente	Área de atuação	Ano de formação
D1	✓	Educação	2002
D2	✓	Assistência Social	2005
D3	✓	Assistência Social	2007
M6		Judiciário	2010
D4	✓	Saúde	2011
D5		Assistência Social	2015

Fonte: elaboração própria a partir da consulta aos currículos dos participantes cadastrados na plataforma lattes.
*D: doutorando; **M: mestrando.

O instrumento de pesquisa consistiu na realização de um grupo de discussão, compreendido como uma modalidade dinâmica de investigação, que permite examinar uma temática através de debate ampliado que pode ou não ganhar proporções diversificadas e coletivas, sobre o objeto pesquisado. As diferentes problematizações lançadas a respeito da matéria de estudo complexificam a análise e podem conduzir os participantes a níveis superiores de reflexão e formulação de respostas mais elaboradas às ideias anteriormente conjecturadas, a partir de novos elementos que emergem da própria discussão em grupo.

Em função dessas características, optamos por realizar apenas o grupo de reflexão com objetivo de capturar tanto a essência particular da fala de cada sujeito, (sem a necessidade de entrevistas individuais) quanto à expressão representativa de uma coletividade.

O encontro com o grupo de discussão foi desenvolvido através de tópicos orientadores previamente elaborados, a partir dos objetivos da pesquisa, quais sejam: compreensão sobre subjetividade; a subjetividade na prática profissional; na formação do assistente social; eventual ausência na profissão; percepção de seus conteúdos na área de conhecimentos do Serviço Social;

A criação de um espaço para o surgimento de elementos contraditórios inerentes a esse complexo campo é capaz de revelar as diferentes percepções, os referenciais ou tendências teóricas presentes nas falas dos sujeitos, bem como os eventuais conhecimentos, experiências e práticas relacionadas à questão da subjetividade no cotidiano profissional, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV – DINÂMICA DO GRUPO DE REFLEXÃO – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO.

O grupo foi realizado em dia único numa sala reservada nas dependências da PUC-SP e contou com a participação de seis assistentes sociais: cinco doutorandos e um mestrando, quatro entre os doutorandos com experiência docente e todos, independentemente da titulação, reuniam experiências práticas em diferentes áreas de atuação profissional direta com usuários do Serviço Social.

O grupo se iniciou com um breve esclarecimento aos participantes acerca da motivação que nos levou a pesquisar a temática subjetividade no Serviço Social.

Em função da dinâmica do grupo, percebemos a expressão de algumas questões que emergiram mais fortemente nas discussões e reflexões coletivas. A audição do material coletado possibilitou o registro das falas mais significativas e as várias leituras que realizamos do material nos permitiu encontrar e separar as categorias comuns expressas na fala dos sujeitos participantes da pesquisa.

Antes de iniciarmos a análise do conteúdo do grupo de reflexão é importante ressaltar que houve um consenso entre os participantes acerca da presença e da importância da subjetividade no Serviço Social. O ponto em comum na fala de todos os participantes foi: “a subjetividade é presente na prática do assistente social”. Todos os sujeitos reconheceram a presença dessa dimensão como constitutiva da profissão, embora sob pontos de vista diferenciados.

Apesar de não termos elaborado nenhum tópico para reflexão sobre “o que é subjetividade”, essa questão apareceu na fala dos participantes em tom de questionamento e hesitação que pode ser expresso na seguinte indagação: “o que estamos chamando de subjetividade?”.

Propositalmente não elaboramos nenhuma questão nessa direção, pois nosso objetivo era perceber como esse termo repercutiria entre os sujeitos, que referências fariam a ele e como encaminhariam a discussão e reflexão a partir do entendimento que tinham sobre subjetividade.

De modo geral, a percepção dos participantes sobre a subjetividade pode ser sintetizada conforme tabela a seguir:

Objeto	Entendimento	Conhecimentos e competências	Objetivo
Subjetividade	É uma dimensão presente na profissão e faz parte da prática do assistente social	Demanda articulação entre sujeito e contexto social	Conhecimento integral do sujeito
	O que estamos chamando de subjetividade?	Depende do entendimento particular de cada assistente social e dos conhecimentos que reúne.	
	É um assunto que não é muito discutido no Serviço Social	Demanda estudos específicos sobre essa dimensão e mais discussões sobre o técnico-operativo	

Na análise dos dados da pesquisa a seguir, a partir da perspectiva de seu conteúdo, buscamos compreender, em linhas gerais, a percepção dos sujeitos, seus conhecimentos, bem como suas tendências teóricas sobre o significado da subjetividade na formação e na prática do assistente social.

Partindo do princípio de que todos os participantes do grupo foram unânimes em reconhecer a presença da dimensão subjetiva no exercício profissional, o exame do material coletado nos permitiu então compreender seu significado na atuação do assistente social.

O primeiro tópico desencadeador da discussão estava relacionado à presença da subjetividade no cotidiano da prática; todos manifestaram ser impossível não considerar essa dimensão no exercício profissional. Dessa forma, "a presença da subjetividade na prática do assistente social" se concretizou na primeira categoria analítica.

4.1. A subjetividade na prática do assistente social

Alguns relatos reforçam a importância da subjetividade no cotidiano da prática do assistente social e seus desdobramentos:

> [...] a subjetividade está presente em todos os momentos, em todos os atendimentos, ela perpassa. Não tem como, principalmente na questão da violência, né? (Sujeito D2)

> [...]Eu tenho dificuldade de poder pensar o trabalho do assistente social sem a perspectiva da subjetividade. Eu não consigo conceber que trabalho que é esse que não leva em consideração a subjetividade do sujeito que você está atendendo; pra mim eu tenho essa dificuldade, porque a nossa perspectiva de sujeito não dissocia objetivo do subjetivo. Acho que a nossa capacidade de poder perceber que aquilo que é concreto, aquilo que é objetivo, aquilo que é material, inclusive influencia na formação da subjetividade. Nada é tão subjetivo que não tenha uma construção material que a indique, né? [...] (Sujeito D3).

Nas falas de D2 e D3 fica evidente que é impossível se desvencilhar do campo da subjetividade no exercício cotidiano da prática profissional, pois esta dimensão está presente em todos os momentos e perpassa todos os atendimentos. No entanto, o grande desafio que se coloca ao assistente social é a forma como vai lidar com os elementos presentes nesse campo, conforme o posicionamento de M6:

> Não tem como pensar o sujeito fora da sua subjetividade. As coisas que ele coloca passam pela subjetividade dele; o xis é o tratamento que nós, enquanto assistentes sociais, vamos dar a essa relação. [...] (Sujeito M6).

Diante desse cenário apontado por M6, a questão que deve ser colocada para os assistentes sociais, na atualidade, talvez não esteja necessariamente relacionada à presença da subjetividade no cotidiano da prática, – pois há consenso nessa questão entre os sujeitos da pesquisa –, mas sim indagar *"o fazer profissional"* com objetivo de gerar reflexão sobre o sentido e legitimidade da atuação nessa reconhecida dimensão da profissão.

> [...] Então acho que nesse sentido, e ai quando se coloca a questão: o assistente social trabalha com a subjetividade? Olha, acho que isso é unânime, né? Todo mundo acha, de uma forma ou de outra, porque passa pelo humano; agora, o que vai ser feito dessa subjetividade é que nos difere enquanto profissionais. (Sujeito M6).

Há uma preocupação na fala de M6 acerca da intervenção profissional que será realizada nesse contexto. A análise dos dados da pesquisa vai revelando que a presença da subjetividade no cotidiano da prática não é ignorada pelo assistente social, mas os aspectos *teóricos específicos* dessa dimensão e *formas de atuação* nesse complexo campo que se configura na trama social, ainda permanecem como "dimensões insuspeitadas" na profissão (cf. Yazbek, 2016).

É precisamente por ser impossível pensar uma política pública para sujeitos aos quais se desconhece em seus múltiplos aspectos ou, em outras palavras, pensar os sujeitos sem conhecer suas subjetividades, que constitui, talvez, o grande obstáculo que se interpõe na prática de muitos assistentes sociais na atualidade.

Para o sujeito D1, a falta de estudo e clareza faz com que as dificuldades relacionadas ao complexo campo da subjetividade surjam apenas no cotidiano da prática, sem nenhum tratamento teórico específico:

> Até porque falta uma clareza do que é a subjetividade. Até porque a gente não estuda isso no Serviço Social; ela acaba aparecendo na prática, mas estudar... Ele, [o pesquisador], por exemplo, está fazendo um esforço de tentar entender isso, porque é difícil, né? (Sujeito D1).

A fala deste sujeito traz a ideia de que o Serviço Social, ao não estudar uma dimensão que está presente no campo de intervenção profissional, não elimina automaticamente as demandas e dilemas enfrentados cotidianamente na prática do assistente social.

Nessa perspectiva de ausência de estudos apontada por D1, a discussão teórica sobre o campo da subjetividade ficaria prejudicada e o assistente social se veria impelido a atuar intuitivamente nesse ineliminável campo por falta de formação.

Nesse sentido, o grande receio do assistente social é ***"se perder"*** por falta de referenciais que demarquem sua atuação profissional e passar a desenvolver práticas para as quais não tem habilitação ou que sejam incompatíveis com a natureza da profissão. Essa preocupação emerge das falas de M6 e D2:

> [...] Em nome da autonomia, em nome de várias coisas a gente não discute minimamente. Então o referencial demanda muito do que o profissional aprende, mas também demanda muito da situação que ele se coloca, ai é fácil de se perder; começar a pegar coisas de outros campos e aplicar como se fosse assistente social, porque ai começa a se diferenciar de uma prática teórica, de uma bagagem teórica que nós temos.[...] (Sujeito M6).
>
> [...] A gente não discute isso. A gente só consegue fazer isso quando a gente está usando, por exemplo, a escuta qualificada. E quem é de vocês que estuda escuta qualificada? Não é nem como fazer receita de bolo, mas como me posiciono diante do outro? Como eu ouço o outro? O que o outro está me contando que é importante, que eu posso fazer a mediação? O que de fato eu quero? Eu vou para uma escuta muitas vezes sem objetivo nenhum e aí é fácil de se perder... [...] (Sujeito D2).

Os relatos de D2 e M6 expõem um dilema enfrentado por muitos assistentes sociais no exercício da prática relacionado às dúvidas e inseguranças diante do fazer profissional. A pouca discussão de algumas dimensões da prática e de como trabalhamos com os usuários faz com que os conhecimentos e habilidades dependam quase que exclusivamente das competências individuais adquiridas por cada profissional, o que aumenta consideravelmente o risco de se distanciar do que seria a prática profissional do assistente social.

Erimaldo Nicácio (2008) já havia constatado essa problemática, a partir de suas observações empíricas, relacionada aos impasses da prática enfrentados por inúmeros assistentes sociais:

> [...] O distanciamento com relação à prática, diagnosticado por inúmeros autores, impede que o *debate profissional* tematize questões com as quais os assistentes sociais se acham inelutavelmente confrontados na *prática profissional*. Uma dessas questões é a da subjetividade. E na medida em que são deixadas na sombra, sem se tornarem objeto de reflexão sistemática, o assistente social se vê na situação de enfrentá-las intuitivamente, baseado no senso comum. (p. 57-58; grifos do autor).

No entanto, para dar um direcionamento e tratamento adequado à subjetividade no exercício da prática profissional, o assistente social precisa conhecer de fato a realidade sobre a qual atua. Precisa conhecer o objeto da realidade sobre o qual intervém para que sua ação atinja uma finalidade em cima de uma dada realidade, mas os conhecimentos relativos a esse campo surgem nas falas dos sujeitos acompanhados de algo ainda muito difuso e duvidoso:

> [...] sempre que fala subjetividade, dentro do Serviço Social, eu sempre fico na dúvida se estamos falando da individualidade ou da autonomia desse assistente social. Então, o que é essa subjetividade no âmbito da atividade profissional? [...] (Sujeito D4).
>
> [...] eu acho que, às vezes, a gente chama de subjetividade muitas coisas e talvez o caminho fosse a gente nomear melhor algumas coisas que a gente está querendo chamar a atenção, não sei. (Sujeito D3).
>
> Até porque depende também do que o profissional entende o que é subjetividade. Acho que esse é também o grande xis da questão, porque acho que quando faz a intervenção, acho que automaticamente você não pensa nessas questões subjetivas quando você está atendendo. (Sujeito D1).

A declarada ausência de discussão sobre subjetividade no âmbito da profissão gera uma carência de recursos teóricos que se traduzem numa falta de compreensão do "campo psicológico" que repercute na prática do assistente social e dificulta sua intervenção em algumas dimensões na trama das relações sociais.

O entendimento do que é subjetividade é imprescindível para saber como agir diante das demandas e desafios enfrentados no cotidiano da prática do assistente social. É este mesmo entendimento que permite afirmar sua identidade profissional, no sentido de saber diferenciar o que compete ou não ao seu campo de atuação.

Foi por esse motivo que não perguntamos aos participantes "o que é subjetividade", tampouco elaboramos qualquer tópico de reflexão que explicita o que estamos entendendo por subjetividade nesse estudo, ou quais são os elementos que consideramos presentes nesse complexo campo.

Os desdobramentos desse assunto parecem indicar que há uma questão "nebulosa" no Serviço Social que faz com que o assistente social perceba a importância e presença da subjetividade na prática profissional e, ao mesmo tempo, indague o que vem a ser essa "subjetividade"; mas, paradoxalmente reconhece que este assunto pode não ser muito discutido na profissão.

Apesar de não termos questionado o vocábulo "subjetividade", apresentado em forma de tópicos como indutor de reflexões, ele aparece no relato de alguns participantes como uma

questão que merece destaque. Ao partirem do pressuposto de que o assistente social trabalha com subjetividades, alguns admitem que o Serviço Social "aborda" a subjetividade, mas sem utilizar esse termo.

> [...] Eu acho que nós, desde o começo que estamos falando aqui, pelo meu entendimento, nós trouxemos sim questões da subjetividade; isso foi comum a todos. O que nós estamos dizendo pra você, é o seguinte: a gente não usa esse termo subjetividade; nós trabalhamos com outras categorias que satisfazem nossa forma de atuação, mas a gente não vai usar esse termo subjetividade. Mas vamos falar de outra coisa. Então, desde o começo quando a gente iniciou a discussão, nós estamos falando: olha, nós trabalhamos com isso sim, a questão é o nomear [...] (Sujeito M6).
>
> [...] Acho que é o foco, né? A abordagem que se coloca sobre o assunto. É que não tem o termo subjetividade. [...] (Sujeito D4).

A alegada "ausência do termo subjetividade" ou sua baixa frequência no âmbito de conhecimentos produzidos pelo Serviço Social não parece gerar nenhum tipo de estranhamento ou questionamento nas falas de D4 e M6, enquanto que para D2 e D5 não há razões aparentes que expliquem ou justifiquem seu ocultamento.

> É uma punição. Então a minha pergunta é: por que a gente não pode nomear como subjetivo? É essa a minha pergunta. Porque quando você fala, é punição. Isso pra mim não está claro... [...] (Sujeito D2).
>
> E eu vou pensando nisso e pactuo da mesma coisa que a (D2) por que não dizer? Então isso é uma incógnita que eu coloquei pra minha orientadora: ta, por que não dizer? Olha, foi bem claro: aqui são outros autores... Entendeu? Então a gente tem uma caixinha muito fechadinha. (Sujeito D5)

A percepção dos sujeitos D2 e D5 acerca da "interdição" do termo subjetividade no Serviço Social revelam algo mais que a mera preferência da profissão por outras palavras ou expressões em "substituição" ao subjetivo e suas derivações terminológicas.

> Eu acho que o que a (M6) traz é isso mesmo. É a questão da momenclatura. É uma questão que eu venho trabalhando no doutorado, saindo da psicologia social. Ai quando chegou no doutorado falou: ah, não, a subjetividade... Não é esse nome aqui. Aqui não se usa esse nome. Entende? Então é um pouco isso. Isso é uma apropriação do lado de lá; você vai se apropriar com outros autores do lado de cá. Então que nome se dá a subjetividade? Eu acho que é um pouco isso que eu trouxe: é cotidiano, é na dialética, é na essência, mas não pode chamar de subjetividade porque remete, e é isso mesmo, remete à psicologia do lado de lá. Cara, subjetivo é subjetivo. Não importa quem seja, por mais que nós vamos trabalhar com outros autores do nosso serviço [social], a gente não pode dialogar com autores do outro, da psicologia? Como que é feito isso? E eu vou conversando no doutorado por que não podemos usar subjetividade, mas é um outro nome, e qual é o problema, né?[...] (Sujeito D5).
>
> [...] Qual é o problema? Quero que alguém me responda. Qual é o problema por que que a gente não pode falar subjetividade? Mas eu quero fundamentado. Porque até agora ninguém me respondeu. Ah, mas Marx trabalha. Ok, mas por que a gente então não dá esse nome, já que está dentro da teoria? Qual o problema? Ninguém me respondeu até hoje. Então, pra mim, isso é um tabu e eu não sei o porquê. (Sujeito D2).

A narrativa de D5 demonstra que não apenas o "termo subjetividade", mas o campo inclusive de seus fundamentos teóricos e autores que se dedicam ao seu estudo, são evitados pelo Serviço Social. As contribuições que estes conhecimentos poderiam trazer ao Serviço Social e que de forma crítica poderiam ser trabalhados pelos assistentes sociais, são por vezes "vedadas" e permanecem no mais absoluto silêncio, constituindo-se no que chamamos de "conteúdos proscritos" da profissão.

O discurso de que subjetividade remete à psicologia, revelado nas falas de alguns assistentes sociais, parece ocultar algo para além do plano discursivo e reforça a ideia de "fronteiras do conhecimento" criadas no interior da categoria profissional e reproduzidas em alguns espaços sócio-ocupacionais.

Nesse sentido, o relato de D5 é simbólico e merece destaque o trecho que descreve sua chegada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Recém chegado na academia para cursar o doutorado em Serviço Social, após ter concluído o mestrado em Psicologia Social, foi surpreendido com a seguinte "advertência" ao falar em subjetividade:

> [...] Não é esse nome aqui. Aqui não se usa esse nome. [...] Isso é uma apropriação do lado de lá [psicologia]; você vai se apropriar com outros autores do lado de cá. [...].

Os motivos da "não utilização do termo subjetividade", no Serviço Social, são percebidos de diferentes formas pelos assistentes sociais: ora como "*punição*" *e* "*tabu*" já observado nos relatos de D2; ora como "*censura*" *e* "*interdição*" subentendido na fala de D5.

Para M6 a "ausência do termo subjetividade" resulta, por um lado, numa construção que o Serviço Social vem fazendo ao longo do tempo e na possibilidade desse termo remeter à psicologia.

> Talvez a gente não chame subjetividade, mas a gente vem construindo o lugar de interlocução com o outro, o lugar de relações sociais que não está longe dessa subjetividade que você estuda; talvez você não encontre no Serviço Social esse termo, porque daí entra, talvez, nessa questão que ela estava colocando, talvez isso remeta à psicologia... E ai gente meio que dá uma de gato escaldado, a gente num vai, mas a gente trabalha. Eu acho que o que cada um está falando aqui numa perspectiva, mas todos passaram pela interlocução com o outro, pelo ser social, então acho... Ok, esse termo talvez não seja que a gente faz de uso cotidiano, mas cotidiano, sociabilidade, relações sociais, acho que cai tudo no mesmo lugar. (Sujeito M6).

Se o Serviço Social aborda a subjetividade a partir de outros nomes, termos ou conceitos de acordo com M6, por que não utiliza o termo subjetividade conforme as

indagações de D2 e D5? A ideia de que este termo remete à psicologia, por si só, não explica essa questão, principalmente se for levado a sério o caráter interdisciplinar da profissão.

Talvez o receio de entrar em "outro campo", "outra área" de conhecimento desconhecida do Serviço Social faz com que se criem, de fato, as "fronteiras do conhecimento" como uma espécie de cercado que separa aquilo que é considerado como "pertencente do lado de lá", daquilo que é considerado como "pertencente do lado de cá".

Ainda que a subjetividade seja considerada o objeto de estudo da Psicologia (cf. Sanches e Kahhale, 2003), *não se trata de exclusividade*, mas de uma forma particular de apreensão desse objeto na realidade. Da mesma forma, o próprio Serviço Social tem sua *particularidade* (cf. Montaño, 2007) no trato com as expressões da questão social, dentro das chamadas ciências sociais aplicadas, mas sua "especificidade" não se refere à exclusividade (cf. Lopes, 1979).

Os significados das dificuldades do Serviço Social não apenas com o "termo subjetividade", mas com o complexo campo que este representa estão subjacentes na fala dos sujeitos, mas vão se desvelando à medida que aprofundam o nível da reflexão coletiva e da confrontação com outros posicionamentos convergentes ou antagônicos.

Para o sujeito D3 a subjetividade faz parte da prática do assistente social e seu debate está presente nas diversas dimensões da profissão, de modo que as dificuldades da categoria profissional estariam relacionadas à apreensão da categoria totalidade e não necessariamente em relação à dimensão subjetiva:

> [...] eu não consigo compreender essa dissociação, né? Ah, "o Serviço Social tem dificuldade de lidar com a subjetividade" eu tenho dificuldade de compreender isso, porque é uma relação minha; eu acho que a gente poderia explorar mais a perspectiva de totalidade, eu acho que aí que está a grande chave, eu acho que não é dar conta do que é subjetivo ou do que é objetivo do que é subjetivo, mas eu acho que é dar conta, por exemplo, num trabalho profissional como que a gente compreende a perspectiva de totalidade, né? E a perspectiva de totalidade, ela perpassa por ações que são singulares, e por ações que tem sua particularidade e a totalidade em si, nessa relação. Eu acho que eu deslocaria sim a dificuldade do Serviço Social muitas vezes no seu trabalho cotidiano de se apropriar da perspectiva de totalidade do que necessariamente do subjetivo, porque o subjetivo ele é expressão das relações, e não tem como você pensar num trabalho que envolve seres humanos, sujeitos sociais, sem pensar que a perspectiva de objetividade-subjetividade não está presente, inclusive a subjetividade do próprio agente profissional, né? [...] (Sujeito D3).

Embora o posicionamento de D3 seja divergente dos demais em relação a alguns problemas que seriam enfrentados pelo Serviço Social no trato com a questão da

subjetividade, o desencadeamento da pesquisa vai revelando que, em alguma medida, o Serviço Social experimenta algum grau de dificuldade relacionado a essa dimensão, seja nos aspectos relativos à restrição do uso do termo, na conceituação, na discussão ou na abordagem específica dos conteúdos presentes nesse campo. Além disso, a concepção de totalidade não se apresenta de forma mágica e não abarca todos os conhecimentos necessários aos usuários com os quais trabalhamos, pois o subjetivo não é apenas "expressão das relações", mas também constituinte de relações em determinado tempo histórico. É preciso novas mediações.

Os relatos finais de alguns sujeitos sobre a questão da subjetividade no cotidiano da prática do assistente social, na interface com a Psicologia, reafirmam as dificuldades do Serviço Social acerca da produção e apropriação de conhecimentos relativos a esse campo nessa relação interárea:

> Eu fiz algumas disciplinas na psicologia social. O que eu acho da psicologia é assim. A psicologia tem; eles conseguem levar os autores e falar: bom, isso me basta até aqui, e fazer a crítica. Aqui [no Serviço Social] a gente não lê. A gente nem lê, entendeu? Então, certas coisas, e aí entra a própria questão da momenclatura. Aí não vai ser abordada. (Sujeito M6).

Ao término do grupo de reflexão, após se certificarem de que o gravador estava desligado, dois participantes comentaram sobre algumas das dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social relacionadas à questão da subjetividade:

> Há um posicionamento hegemônico na profissão que não permite enxergar outros posicionamentos... (Sujeito M6).
>
> A dificuldade de se falar em subjetividade está no medo de voltar à fenomenologia... (Sujeito D4).

Aqui parece haver um grande hiato entre reconhecer a indiscutível presença da subjetividade nas práticas cotidianas do assistente social, e por outro lado admitir, sem tergiversações, as dificuldades do Serviço Social relacionadas aos conteúdos dessa dimensão por motivos desarrazoados e contrários à sua maturidade crítica e ao estatuto teórico da profissão.

As dificuldades do Serviço Social não são desconhecidas pelos profissionais: o "receio" da profissão em utilizar o termo "subjetividade" e dialogar com autores da psicologia, por exemplo, é visto por D5 como uma "caixinha muito fechadinha"; para M6 a dificuldade do Serviço Social enxergar outros pontos de vista é resultado de "um posicionamento hegemônico na profissão que não permite enxergar outros posicionamentos",

e para D4 a dificuldade de falar em subjetividade se traduz “no medo do retorno ao chamado passado conservador”.

O reconhecimento de que a subjetividade faz parte da prática do assistente social — porque “*passa pelo humano*” — não pode prescindir de estudos teóricos específicos sobre essa temática, sob o risco de tratar a subjetividade como algo demasiadamente genérico que não se ancora em nada específico e concreto. A necessidade de estudos sobre essa questão se concretizou na segunda categoria de análise intitulada: “entendimento teórico da subjetividade”.

4.2. Entendimento teórico da subjetividade.

O entendimento teórico da subjetividade pressupõe o estudo e conhecimento de autores que tratem dessa temática.

Ao colocarmos para reflexão a questão da subjetividade no processo de formação do assistente social, indagamos os participantes sobre que autores eles recordavam ter estudado sobre este tema. Alguns sujeitos nomearam autores que, em sua visão, tratam de subjetividade:

> [...] nós vamos estudar um pouquinho da subjetividade chamada cotidiano com o José Paulo Netto, naquele livrinho cotidiano; ali você vai entendendo um pouquinho do que é subjetivo, do que é individual, do que é esse processo, do que é a dialética. Então, quando você vai perguntando, eu vou fazendo menção desse livro; foi um livro que me deu um estalo assim, pra gente pensar na subjetividade, mas com o nome de cotidiano. [...] (Sujeito D5)
>
> Pra mim todos eles [autores do Serviço Social] têm essa possibilidade de fazer essa reflexão. Mais especificamente na teoria marxista, por exemplo, a gente tem Wallon. Wallon vai fazer essa discussão mais subjetiva. (Sujeito D3)
>
> A própria Heller. Eu acho quando ela começa a estudar um pouco de cotidiano, a ideia de preconceito, de ver de onde começa o preconceito, de onde surge. Eu acho que está permeando por ai. [...] Então como autores, [...] acho que qualquer um que esteja discutindo desde trabalho e sociabilidade a gente pode colocar a questão subjetiva ai. [...] (Sujeito D4)

Os sujeitos revelaram que os autores citados tanto do Serviço Social quanto de outras áreas do conhecimento tratam de subjetividade. A possibilidade de abordagem e reflexão teórica da dimensão subjetiva colocada por D3 e D4 indistintamente e de forma ampla, entre os mais diversos autores do Serviço Social, revela o entendimento generalizado e impreciso sobre estudos de subjetividade no campo de produção de conhecimentos em Serviço Social.

A associação abrangente e indeterminada sobre o campo da subjetividade e a área de estudos do Serviço Social parece se ancorar apenas na ideia genérica de que o subjetivo é subjetivo porque "passa pelo humano".

A percepção de D1 e D2 acerca da ausência de referenciais teóricos específicos no Serviço Social faz com que não tenham nenhuma referência teórica sobre o assunto na profissão.

> [...] eu não me lembro de nenhum momento falar sobre isso, tipo assim, específico, né? Hoje vamos discutir a subjetividade (Sujeito D1).
>
> Eu, de verdade, não estudei. Não lembro. [...] Eu também tive psicologia, antropologia que vai dando base, mas que entrasse de fato nisso, na discussão mais fundamentada, não. Não tive. [...] (Sujeito D2).

A incerteza e a insegurança sobre os aportes teóricos relacionados ao campo subjetivo se constituem em obstáculos para que o assistente social se aproprie do debate da subjetividade, inclusive no campo dos marxismos, apesar de muitos autores já terem elaborado diversas reflexões nesse sentido (cf. Schaff, 1967; Sève, 1979; Doray e Silveira, 1989; Vasconcelos, 2010; Chagas, 2013), entre outros.

O sujeito D5cita sua acessibilidade para compreender a questão da subjetividade na área de conhecimento da psicologia social, devido às construções teóricas dessa área se dar no âmbito do "marxismo"; o que evidencia, nesse sentido, o grande potencial que o Serviço Social poderia desenvolver nesse campo por sua maturidade intelectual em face da teoria social crítica que adotou.

> [...] É na pós que a gente estuda profundo o que é a subjetividade. Não tive dificuldades porque a nossa profissão já tem a criticidade e eles [psicologia] são embasados no marxismo, mas eu vi com um outro olhar; pode ser uma posição só minha, mas eu vi que até o pessoal da psicologia ainda tem muita dificuldade nessa questão da subjetividade. Eu fui até pra psicologia, estudei lá na psicologia social e eu conversava com a Graça, orientadora, e falava: Graça, eles [psicólogos] têm uma dificuldade que eu acho que é uma visão que a gente já tem do Serviço Social, que a gente já tem essa visão crítica do marxismo, da dialética, da aparência, mas eles, enquanto subjetividade, eles ainda não conseguiam ter... Não sei se é uma visão à frente, não sei se é isso, mas acho que a nossa formação, ela traz um outro viés e a gente consegue dar conta da subjetividade. A psicologia social ainda caminha, acho que pelos autores serem diferentes, por ter uma outra visão. Aprendi muito, mas eu fiquei com essa sensação que eu até conversava com a Graça depois sobre a dificuldade deles nessa questão da subjetividade; porque ainda está sendo introduzido toda essa questão, acho que a fundo da questão marxista, da dialética.[...] (Sujeito D5).

O entendimento de D5 acerca das possibilidades do Serviço Social em se apropriar do debate da subjetividade, com base nos pressupostos do materialismo histórico e dialético, –

visto do chamado "*lado de lá, da psicologia*"– revela a grande capacidade da profissão não só em compreender, mas em refletir histórica e criticamente o campo da subjetividade.

No entanto, apesar do potencial do Serviço Social e de seus avanços críticos percebidos por D5, os relatos de M6 e D2, do "*lado de cá*" revelam, paradoxalmente, o distanciamento teórico do Serviço Social em relação à subjetividade em qualquer campo do conhecimento humano, inclusive do próprio "marxismo" e que repercute na formação profissional do assistente social.

> Falam que Marx fala de subjetividade, mas ninguém tem propriedade disso. (Sujeito M6).
>
> Ninguém trabalha com a gente, isso. Concordo. Todo mundo fala, Marx... Tá bom, então me coloca, me explica... Não, não tem. E mesmo quando a gente fala pros alunos, mesmo como professor... Bom, eu não lembro na minha graduação de ter estudado nenhum autor que vá falar sobre isso. Eu ouvi dizer (Sujeito D2).

Eduardo Mourão Vasconcelos (2010a) surpreendentemente já havia constatado essa incongruência do Serviço Social brasileiro e suas dificuldades no campo da subjetividade o que o levou a acreditar que esta seja uma característica mais geral da esquerda, principalmente de marxistas ortodoxos:

> Esta "[...] resistência era esperada das profissões e abordagens mais conservadoras, mas a nossa surpresa foi encontrá-la entre setores mais ortodoxos da esquerda, que reivindicavam o marxismo como base teórica de sustentação de sua prática profissional e militância social. Encontrei talvez o melhor exemplo disso a partir de meu engajamento no Serviço Social brasileiro, que vem experimentando um processo impressionante e louvável de politização, de qualificação de seu projeto ético-político e de suas práticas profissionais nas últimas três décadas, por meio da adoção do marxismo como base teórica principal. Entretanto, [...] pude constatar que, apesar de tais avanços, a categoria não mais investiu na produção teórica no campo da subjetividade em suas várias dimensões e em saúde mental em particular, e tem enorme dificuldade de incluir estes temas em sua formação profissional e na operacionalização de suas práticas, gerando enorme empobrecimento para os assistentes sociais que se engajam em campos de trabalho que exigem intervenção e familiaridade com o campo da subjetividade. (p.20)

Se o Serviço Social tem dificuldade de se apropriar do debate da subjetividade dentro do próprio "marxismo", sua base teórica principal, maior será seu desafio em transitar nesse campo complexo, contraditório e interteórico sem uma maior abertura para essas questões (cf. Vasconcelos, 2010b).

Embora os diversos conteúdos trabalhados pelo Serviço Social sejam marcados por dimensões subjetivas, nem sempre essa dimensão é explorada. E por que não é explorada? (esperamos ao final deste estudo achar possíveis respostas para essa questão). Mas por ora

aventamos a possibilidade de que *há um discurso único, uma teoria única* no Serviço Social *que limita ou dificulta um diálogo mais aberto e plural com as dimensões da subjetividade.*

Para D2 a discussão mais específica sobre subjetividade aparece apenas na pós-graduação e não alcança quem está se formando nem a maioria dos assistentes sociais que estão nos campos da prática profissional.

> Eu concordo, mas ao mesmo tempo eu fico pensando que essa discussão só vem na pós-graduação. Porque, por exemplo, a Agnes Heller a gente não estuda na graduação. Mesmo com Netto, a história oral, a gente vai estudar isso na pós. E quem é que chega na pós? É muito pouco daqueles que são formados. Então, quando ele pergunta se... Não. Na graduação, não. Na pós, sim. (Sujeito D2).

O reconhecimento de que a subjetividade não é muito discutida na formação e de que o assunto só aparece na pós-graduação cria certo sentimento de dever para aqueles que estão na academia se formarem, para em seguida formar aqueles que não terão essa mesma oportunidade de estar onde estes estão.

> [...] pensando na minha pesquisa; eu fiquei um ano acompanhando quatro turmas e os professores não falam de subjetividade, e são períodos diferentes, disciplinas diferentes. (Sujeito D1).
>
> Mas talvez seja exatamente por isso; é um assunto que não é muito discutido. Então se a gente começa a se formar nesse sentido, talvez a gente possa levando e formando outras... Nesse sentido. (Sujeito D4).

Para D3 a subjetividade atravessa todos os conteúdos da profissão; e todos os autores do Serviço Social têm a possibilidade de fazer essa reflexão sobre a dimensão subjetiva do ponto de vista do conteúdo. No entanto, apesar de admitir ter tido toda a sua formação em Serviço Social permeada por essa reflexão, reconhece que a depender da abordagem essa discussão pode vir a ser comprometida.

> [...] do início ao fim da formação de Serviço Social, pra mim tudo foi permeado pela discussão e reflexão da subjetividade. [...] Existem abordagens, formas de acontecer, ai eu acredito que tem sim; você pode estudar isso de uma maneira completamente cronologia, linear, fixa, né? Sem essa reflexão, ou você pode fazer uma reflexão do ponto de vista do que isso significa na vida das pessoas. [...] Então eu penso que do ponto de vista do conteúdo, há sim total condição da gente fazer o debate sobre subjetividade. (Sujeito D3)

A possibilidade ou não de abordar esses conteúdos passa inevitavelmente pela forma como a profissão é compreendida, seus fundamentos e sua natureza e disso resulta a própria formação do assistente social que pode ser permeada por essas discussões ou pode acontecer sem que este tenha a possibilidade de refletir sobre essa dimensão, em razão de como o

Serviço Social foi pensado e vem se construindo ao longo do tempo e das posições que assumiu.

> [...] nós fomos ao longo do tempo, historicamente, nós fomos nos distanciando de algumas coisas e fomos tomando posições que foi limitando, foi castrando, nos castrando nesse processo, e a gente foi deixando a subjetividade de lado. Fomos fazendo um monte de coisa e fomos deixando... E a gente não discute isso. A gente não fala, mesmo trocando a palavra por cotidiano, a gente não discute. Então a gente foi deixando de lado porque a gente foi assumindo outras posições politicamente; uma série de outras coisas, a gente foi assumindo isso. Eu atribuo à categoria. [...] (Sujeito D2).

Como resultado desta análise, emerge a terceira categoria relacionada a esse processo de formação profissional do assistente social.

4.3. A formação do assistente social e a subjetividade.

> Há um sentido muito material na nossa formação. Há uma construção material. [...] Há uma formação; quando eu falo da sociabilidade é no sentido material também. Porque isso perpassa... Entendeu? É muito valorizado essa construção, trabalho, da parte material, dessa relação teórico metodológico, de materialismo histórico e dialético. [...] (Sujeito M6).

A percepção e reconhecimento dos aspectos que envolvem a formação do assistente social forjam uma identidade que vai demarcando o alcance e limite da intervenção profissional. Em rigor, a materialidade não se constitui num obstáculo para a prática do assistente social no campo da subjetividade; pelo contrário, é na objetividade material de determinado modo de produção, em determinado tempo histórico que se produz os processos de subjetivação e produção de subjetividades. A questão talvez esteja no entendimento do que vem a ser essa "materialidade" e como ela impacta a formação e intervenção profissional.

Se a materialidade for entendida como uma interpretação da história a partir de seu aspecto material, ou seja, da forma como a sociedade se organiza para produzir materialmente suas formas de subsistência — e não uma "formação material do assistente social" — pode-se dizer que este entendimento está em perfeita consonância com o que estamos propondo desde o início deste estudo, haja vista que o aspecto econômico (material) determina todas as demais relações sociais não de modo economicista, mas no sentido em que o modo de produção capitalista é também e, sobretudo, modo de pensar e de produzir subjetividades (cf. Martins, 1978).

> [...] O conteúdo do Serviço Social é riquíssimo, mas é um conteúdo bem difícil, entendeu? Não sei se isso é acessível pra muita gente; [...] Então eu acho meio... E é uma coisa, uma base muito material, né? Muito material, começa a discutir a

> mercadoria... Então assim, eu não sei, pensar nessas coisas... Eu estou pensando num ambiente bem chão assim de atuação, tal, mas isso se materializa na prática? Num sei, eu não vi nada assim, nesse sentido... (Sujeito M6).

A teoria marxista que orienta a formação do assistente social tem como suporte o materialismo histórico. Este referencial revela como nossas relações possuem algum tipo de fator econômico que a determina e ao mesmo tempo possibilita que essas relações aconteçam. Afinal, relações sociais, — contexto em que se inscreve a inserção do Serviço Social e da prática profissional do assistente social — são essencialmente relações de produção, mas que se desdobram para além do aspecto econômico e contempla aspectos afetivos, emocionais, mitológicos, religiosos, históricos e sociais, entre outros. Se o ensino dessa teoria adotada pela profissão gera conflitos, dúvidas e inseguranças na formação e na prática do assistente social relacionada ao campo da subjetividade, então é preciso rever estes aspectos formativos, pois subjetividade não é oposta à objetividade e nem à materialidade da realidade.

Para D3 a "dificuldade de apreensão dos conteúdos" é legado das condições de vida e trabalho impostos à classe trabalhadora e que "impede" o assistente social, como tal, de absorver e assimilar os elementos da subjetividade em seu cotidiano profissional.

> [...] Eu acho que há uma dificuldade de apreensão dos conteúdos pelas condições de trabalho e vida, pelas condições de precarização da formação, pela oportunidade de acesso à educação permanente que é uma questão colocada. Eu acho que existem outros aspectos materiais e objetivos concretos que vão colocando dificuldades pra nossa classe, né? Pra nossa classe se apropriar de elementos teóricos de reflexão crítica que à classe trabalhadora tá colocada, porque tem que trabalhar em dois empregos, porque é Uber, porque é isso, e eu acho que as próprias condições de vida das pessoas vão deixando a gente menos reflexivo, né? [...] (Sujeito D3).

Para D5 e D2 o posicionamento crítico da categoria profissional, presente na formação, evidencia o quanto alguns profissionais, *em nome da crítica*, se esqueceram ou se afastaram deliberadamente de algumas questões na profissão, entre elas a própria questão da subjetividade.

> [...] Eu também penso que nós, enquanto categoria crítica, reflexiva, na nossa formação, pra tentar sair nesse movimento de reconceituação, muitos outros profissionais ficaram um pouquinho pra trás nessa questão da gente ser crítico, reflexivo. Então nós fomos construindo material próprio, pensamentos mais democráticos, podemos dizer mais revolucionários. Então eu acho que nós fomos esquecendo algumas coisas é.., subjetividade, o ser enquanto ser. Fomos pensando nessa questão do capitalismo, na barbárie que reconstrói na reprodutividade da reprodução, do trabalho enquanto a questão central da nossa categoria. Então eu acho que nós fomos muito nessa toada e hoje com esse atual cenário, essa toada vai permanecendo, por mais que a gente traz o indivíduo pra dentro do cenário nós, às vezes, nos esquecemos que esse indivíduo, ele também reproduz na sociedade enquanto indivíduo, enquanto ser pensante. [...] (Sujeito D5).

> [...] A categoria assumiu uma posição crítica, radical e a partir daí a gente vem construindo os cursos, graduações, até a pós, nem tanto, mas construindo em cima dessa radicalidade. Então não pode discutir subjetividade. Não pode falar; ou se falar, fala com outro nome. A gente não dialoga com a psicologia. A gente não dialoga com os outros; a gente fica só entre nós. A gente não conversa com os outros. A gente tem problema pra trabalhar, por exemplo, com a interdisciplinaridade. A gente tem problema em entender o que é pluralidade. Então a gente tem vários problemas. Então eu vou atribuindo, na minha visão, à categoria. Nós fomos deixando coisas muito sérias pra trás; colocamos tudo na caixinha do conservadorismo. Tudo que foi pensado, tudo que foi estudado, tudo que foi construído, colocamos tudo na caixinha do conservadorismo; agora isso não serve mais, vamos passar para outra coisa. [...] (Sujeito D2).

De outro lado, a formação do assistente social expressa uma tendência teórica e crítica que revela, paradoxalmente, perspectivas (categorias) que se melhor apropriadas poderiam auxiliar o assistente social na compreensão da subjetividade enquanto campo de dimensão concreta e social no qual se constitui.

> [...] eu acho que a gente poderia explorar mais a perspectiva de totalidade, eu acho que ai que está a grande chave, eu acho que não é dar conta do que é subjetivo ou do que é objetivo do que é subjetivo, mas eu acho que é dar conta, por exemplo, num trabalho profissional como que a gente compreende a perspectiva de totalidade, né? E a perspectiva de totalidade, ela perpassa por ações que são singulares, e por ações que tem sua particularidade e a totalidade em si, nessa relação. Eu acho que eu deslocaria sim a dificuldade do Serviço Social muitas vezes no seu trabalho cotidiano de se apropriar da perspectiva de totalidade do que necessariamente do subjetivo, porque o subjetivo ele é expressão das relações, e não tem como você pensar num trabalho que envolve seres humanos, sujeitos sociais, sem pensar que a perspectiva de objetividade-subjetividade não está presente, inclusive a subjetividade do próprio agente profissional, né?[...] (D3)

No limite, a própria possibilidade de explorar e se aprofundar mais na perspectiva de totalidade talvez permitisse ao assistente social melhor compreender a subjetividade, visto que os conceitos principais de Marx, mesmo relacionados à estrutura, não ignoram o indivíduo e as relações na base da superestrutura, entre elas, a própria subjetividade humana.

A rigor, a categoria marxiana de totalidade não dissocia objetivo do subjetivo, visto que "questões do indivíduo" não são incompatíveis com os projetos coletivos. No entanto, as perspectivas de *materialidade* e de *totalidade* difundidas entre os assistentes sociais parecem se apresentar como uma realidade ainda estritamente concreta e objetiva que pouco dialoga com a subjetividade para além dos aspectos macrossociais e que "não abarca a relação do todo nas partes e das partes no todo" (cf. Faleiros, 2019).

O desencadeamento dessa interpretação se materializou na quarta categoria de análise que trata da relação macro e microssocial no exercício profissional

4.4. A força do macro em oposição ao micro?

O contexto macro orienta o assistente social a situar os indivíduos nessa importante esfera de atuação profissional; porém, em que medida esse macro pode dificultar ou limitar a expressão do micro na relação dialética que estabelecem?

Para M6 a compreensão do indivíduo e de sua subjetividade acontece dentro desse contexto macrossocial.

> [...] [No] nosso Serviço Social a gente têm um contexto macro, a gente vai pensar esse sujeito? Sim. Vai passar pela subjetividade dele, mas inserido num contexto social, como esse contexto rebate pra ele. (Sujeito M6).

Essa forma de compreender o sujeito e a subjetividade situada num determinado contexto social, constitui um importante passo para o assistente social evitar cair em reducionismos subjetivistas. No entanto, é preciso evitar também os reducionismos objetivistas e unilaterais que enxerga apenas um lado dessa relação.

O contexto macro é indiscutivelmente fundamental para entender o sujeito e a subjetividade social, porém é preciso entender de igual modo o contexto micro das relações. O relato de D2 expressa essa necessidade de inter-relação entre contexto macro e micro e revela a dificuldade dos assistentes sociais de fazer essa necessária articulação.

> [...] o Serviço Social pouco dialoga sobre subjetividade, mesmo que a gente sempre tem é.., bom, essa dimensão muito macro das coisas, não na individualidade, mas trazendo esse sujeito pra um contexto em que ele faz parte. E nós, enquanto profissional, dentro da academia e mesmo fora temos dificuldade de fazer essa fala, né? De trazer esse sujeito não só pro contexto macro, mas pro contexto micro das relações. (Sujeito D2)

A atuação do assistente social não acontece apenas no contexto macrossocial, em sua amplitude estrutural, mas também e, sobretudo, na esfera microssocial na complexidade dessa relação. Portanto, é necessária uma maior articulação, junção e recomposição desses elementos distintos, mas constitutivos do todo complexo que configura e dá sentido à prática profissional.

> Assim, o exercício profissional traduz-se por um conjunto de ações, na *complexidade das relações micro e macrossocial e conjuntural*. Há uma *tensão* e uma *solidariedade* oculta entre os planos micro e macrossocial; a organicidade desses planos nos conduz à necessária conjugação de seus elementos constituintes – o político, o econômico, o sociológico, o afetivo, o mitológico, o subjetivo... –, que mantêm continua ligação, interação e interdependência entre si, entre a parte e o todo, entre o todo e as partes. (Rodrigues, 2016, p.15-16; grifos do autor).

Observamos que no processo de formação os assistentes sociais são norteados com muito afinco em direção à dimensão política da profissão, na relação da luta de classes própria das relações desse modo de produção; a reconhecer e atuar sobre os movimentos históricos e contraditórios do capitalismo que majoram ainda mais as expressões da questão social. No entanto, parece haver pouco estímulo que oriente uma prática que considere e trate esses aspectos no plano também microssocial da atuação profissional.

Para o sujeito M6 é recente a aproximação, embora macro, do Serviço Social com o indivíduo, – àquilo que temos considerado como questões que também dialogam com os "aspectos do micro", – pois considera que o trabalho do assistente social é sempre com a classe.

> Há uma questão na categoria. Por exemplo, há pouco tempo o Serviço Social voltou-se com aproximação, embora macro, ao indivíduo, porque o nosso trabalho é sempre com a classe, então por isso o discurso da totalidade. Totalidade. Sempre, totalidade. Agora, algumas questões têm despontado e alguns pesquisadores estão pensando sobre isso que é a questão da raça, a questão da etnia, a questão da mulher especificamente, mas sem essa dimensão do individualismo no sentido.., nem é individualismo, do subjetivismo, tipo ah, você sozinho. É sempre no nosso contexto relacional. A gente sempre está fazendo esse movimento para entender o que é do sujeito, mas esse sujeito inserido numa sociedade. Não é ele nele mesmo. Então é esse movimento que a gente vai tentando. Agora isso são passos que nós temos dado agora, de aproximação recente, porque até pouco tempo atrás se você desse uma dessa, você estaria saindo da categoria classe. E num saindo da classe, isso já não é bem visto. (Sujeito M6)

No relato de M6 estão implícitas duas questões paradoxais nessa relação intrínseca do Serviço Social com o "macro": a primeira se refere à complexidade dos temas que tem sido tratados pelo Serviço Social e que, a nosso ver, exigem uma abordagem mais específica não se limitando ao contexto macro adotado pela profissão; a segunda se refere à aproximação "recente a essas temáticas" de forma ampla, o que revela ainda certo receio profissional de estabelecer diálogos para além do macro, pois "*sair da categoria classe não é bem visto na profissão*".

Esse entendimento reforça a ideia de que o Serviço Social ainda apresenta dificuldades de dialogar com outros temas para além da ampla questão de classes e de aspectos macrossociais e estruturais que regem a sociedade capitalista. E estas dificuldades, como até aqui temos observado, não parecem se resolver na apreensão e apropriação da categoria totalidade, ao menos na forma como esta tem sido compreendida pelos sujeitos.

Nessa relação em que se insere o Serviço Social estaria o macro em oposição ao micro, ou seria o micro apenas um aspecto presente, porém ofuscado ou deixado de lado em nome de algo muito maior almejado pela profissão?

O relato de D4 parece sugerir que o Serviço Social deslocou os "*aspectos micro*" (e com ele a dimensão da subjetividade), — como se estivessem circunscritos ao passado da profissão — e sobrepôs os "*aspectos macro*" (sua atual preocupação) ao invés da necessária articulação entre esse dois pólos indissociáveis na atuação profissional.

> [...] Talvez eu fale besteira, mas se a gente pensar no Serviço Social de casos, a gente tinha um pouco mais de subjetividade nesse período, porque a gente tinha ali o processo do ouvir, compreender e agir e ai a gente foi abandonando essa relação pra pegar uma ideia muito mais de totalidade, muito maior. (Sujeito D4).

O macro não é macro em si mesmo, do mesmo modo que o micro não é micro em si mesmo a não ser na complexa relação de tensão e solidariedade que simultaneamente estabelecem entre si e que dão sentido à prática do assistente social. "[...] A atuação do Serviço Social não se limita à esfera macro-social (conjuntural, estrutural), mas é na esteira das relações também micro-sociais que concretiza ou cumpre sua 'vocação' profissional. [...]" (Rodrigues, 1995, p.154).

Nessa relação indissociável entre macro e micro na atuação profissional é que se concretiza a última categoria de análise denominada: "exercício sócio-operativo e a subjetividade".

4.5. O exercício sócio-operativo e a subjetividade

As reflexões sobre subjetividade encaminham a discussão para o ponto nevrálgico da atuação do assistente social: *a prática profissional*. Mesmo que a profissão não seja *exclusivamente interventiva* é da natureza da prática que emergem os problemas da vida, os quais se tornam objeto de estudo e reflexão sistemática de determinada área.

Para D3 a dimensão técnico-operativa é compreendida de forma una e inseparável das demais dimensões da profissão e envolve não apenas os aspectos da prática, mas os próprios aportes teóricos e metodológicos do Serviço Social.

> [...] Pra mim é uma dimensão muito una, a dimensão técnico-operativa, mas se ela também for esvaziada de sentido, quer dizer... Não é que falar sobre subjetividade só esteja no campo do técnico-operativo, de como que eu vou chegar nesse usuário, nesse sujeito. A própria escolha teórico-metodológica que eu tenho, enquanto

> profissão, diz muito da forma com que eu me relaciono com o sujeito. [...] (Sujeito D3).

No entanto, apesar dos posicionamentos atuais que ratificam, no "plano discursivo", essa relação indivisível entre as dimensões da profissão; no "plano prático", porém, o *técnico-operativo* em seus múltiplos aspectos ainda é percebido como algo carente de discussão pelos sujeitos.

> [...] nós não podemos esquecer uma coisa: nós podemos ser políticos, podemos militar, podemos fazer cinquenta milhão de coisas, mas a natureza da nossa profissão é a intervenção. Eu não posso jamais perder isso. E a natureza da intervenção pressupõe trabalhar com o outro e o outro é todo. É ele, as relações dele, tudo. É isso. Eu não estou me formando; não sou assistente social só pra militar ou só pra defender. Ela faz parte. Mas quando eu me formei, a minha profissão, ela pressupõe a natureza. Ela é interventiva. Ponto. É isso que gente precisa discutir. O que é essa intervenção? Como eu faço? Como eu ouço? Como é que eu trabalho? Como medeio isso? (Sujeito D2).

As indagações de D2 indicam, talvez, um dos grandes dilemas enfrentados por muitos assistentes sociais relacionados ao fazer profissional, sobretudo no que se refere ao campo da subjetividade; expõe a fragilidade de uma profissão eminentemente interventiva que "não discute suas próprias práticas ou metodologias de ação" deixando seus profissionais "perdidos"; expressão utilizada pelos sujeitos no início desta análise para indicar as dúvidas, incertezas e inseguranças para atuar nessa dimensão da profissão.

> [...] Não está claro pra quem está se formando. Não está claro pro profissional, porque ai ele não sabe o que fazer, porque ele não consegue... Bom, não tá claro, e ai vem a punição. [...] (Sujeito D2).

Para o sujeito M6 o Serviço Social apresenta dificuldades de discutir o técnico-operativo, sendo percebido como algo "marginalizado dentro da profissão".

> [...] Eu acho que o Serviço Social talvez não tenha clareza da habilidade que ele tem para fazer essas coisas, ai é uma questão, entendeu? Porque a gente tem uma dificuldade de discutir o técnico-operativo. A gente não quer dar a receita de bolo, mas também a gente não quer explicar minimamente. Então a gente tem uma dificuldade de lidar com técnico-operativo; é bem marginalizado dentro da profissão o técnico-operativo, pelo menos na minha visão, né? [...] (Sujeito M6).

Essa percepção de M6 faz lembrar a chamada "depreciação da prática" na profissão a partir das justas críticas aos modelos tradicionais imediatistas, a-críticos e despolitizados da intervenção no passado da profissão. No entanto, a presença desse "caráter desqualificador" da prática na atualidade, revela o traço paradoxal de uma profissão eminentemente interventiva.

Myrian Veras Baptista (1992) já havia constatado as implicações desse processo de desqualificação da intervenção profissional que, em nome da crítica intelectiva, preteriu as práticas e as propostas de ação, dentro da profissão, que até hoje se traduzem na fala dos sujeitos como "falta de discussão do técnico-operativo":

> [...] Durante largo tempo, a ação interventiva foi desqualificada e a produção profissional teve como eixo os fundamentos teóricos para a leitura do real e, aos poucos, o nível de sua intervenção foi tomando tal complexidade que foi se tornando um discurso para iniciados e gerando uma força na relação saber/poder interna à categoria: os assistentes sociais "práticos" se vêm alijados da competência cognitiva e desarmados dos poderes e status que ela confere. No entanto, para os assistentes sociais, essa leitura do real, por mais competente que seja, não resolve: há que haver, em conseqüência, uma proposta coerente de ação" (p. 93).

Há a urgente necessidade de articular o técnico-operativo ao teórico-metodológico e as demais dimensões da profissão (sejam relacionadas ao campo da subjetividade ou não); é necessário avançar para além do discurso, mas ainda permanece na atualidade, mais um desafio a ser enfrentado pelo Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inquietações e as indagações que nos levaram a pesquisar o tema da subjetividade no Serviço Social surgiram em nossa prática profissional, diante da constatação de que há uma lacuna na profissão que se expressa na ausência de referenciais teóricos sobre esta temática que repercute, inevitavelmente, na formação e na prática do assistente social.

Neste contexto de escassa produção teórica e ausência de formação específica voltada aos aspectos da subjetividade, duas questões fundamentais se colocaram: a primeira, entender por que o Serviço Social não dá atenção a essa dimensão, mesmo ela estando presente no cotidiano de atuação profissional; e segunda, compreender como o assistente social realiza sua prática diante das demandas ineliminâveis de seu cotidiano sem ter formação e conhecimento para tal.

O caminho que percorremos permitiu observar situações que ainda são incomodas e embaraçosas à profissão relacionadas à posição que assume diante das práticas mais recorrentes no âmbito da subjetividade, e que são claramente percebidas por muitos profissionais como negligência e/ou abandono de aspectos fundamentais à prática do assistente social na contemporaneidade.

Apesar de tais percepções, a temática da subjetividade e as implicações de sua ausência na formação e na prática do assistente social não ocupam um lugar de importância no Serviço Social; há um silenciamento na categoria profissional sobre essa questão como se não falar deste assunto fosse a chave para não retroagir ao passado e eliminar seus problemas na realidade.

Percebemos que entre os profissionais de Serviço Social poucos são aqueles, dentro da profissão, que têm a audácia de “expor e apontar” essas dificuldades muitas vezes “ocultadas pelo discurso político e ideológico da profissão”, e que admitem francamente os problemas para lidar com a dimensão subjetiva do homem. O discurso hegemônico e a teoria única que tende a privilegiar a luta de classes, muitas vezes em detrimento de aspectos e categorias igualmente importantes para a construção de uma nova ordem societária e de ampliação dos processos de emancipação humana, fazem com que a profissão desconheça os indispensáveis processos de subjetivação ao “concentrar no capitalismo todos os males que afligem a humanidade” (cf. Morin, 2002).

O estreito espaço para transitar com esta temática na profissão sem esbarrar nos preconceitos e rótulos previamente estabelecidos, causam receios em muitos assistentes sociais. As “denúncias” mais contundentes sobre o distanciamento teórico do Serviço Social em relação às temáticas da subjetividade vêm sendo feitas principalmente por psicólogos, psicanalistas e assistentes sociais com ampla formação, ligados principalmente à área social no contexto da saúde e da saúde mental.

No entanto, notamos com a pesquisa que apesar dessas “denúncias” acerca das consequências desse distanciamento, as dimensões da subjetividade permanecem como uma problemática não solucionada no interior da profissão: as múltiplas dimensões do humano continuam pouco conhecidas, configurando um campo praticamente inexplorado pelo Serviço Social.

Os conhecimentos correlatos à subjetividade sofreram forte reducionismo no interior da profissão, transformando todas as abordagens e teorias relativas a esse tema como mero psicologismo adaptacionista, com ressonância na categoria profissional até hoje. No atual cenário em que cada vez mais buscamos refletir criticamente sobre o homem e sua dimensão subjetiva articulada aos processos políticos e econômicos, organizacionais e históricos culturais, esta postura e discurso nos parece mais uma evasiva útil para “dispensar” o Serviço Social do complexo debate neste campo. Esta postura, em última instância, escamoteia a maior dificuldade do Serviço Social brasileiro frente às demandas e exigências de conhecimentos sobre a subjetividade humana: maior diálogo e abertura interteórica com os diversos campos do conhecimento humano, sem preconceitos infundados que até aqui só serviram para recusar ou limitar o debate das dimensões da subjetividade.

Talvez, as reflexões aqui apresentadas possam trazer alguma luz à profissão sem se afastar dos pressupostos de seu projeto ético-político, criando a possibilidade de qualificá-lo rumo ao tipo de sociedade que almeja. Para isso, é preciso que o Serviço Social assuma o compromisso ético e político com este campo comum do conhecimento humano, enfrentando seus desafios teórico-práticos, formando profissionais capacitados para atuar com maior qualidade com suas demandas e usuários de seus serviços.

Nestas considerações finais, sem o objetivo de concluir algo acerca de um objeto tão complexo do ponto de vista do conhecimento humano e de seu devir histórico, é que consideramos este campo como algo aberto e inacabado.

Estudar o processo de produção de subjetividades pode evidenciar não apenas o modo de vida particular dos sujeitos, mas o desejo e a potência de vida das classes dominadas em seu aspecto mais revolucionário. Não basta apenas constatar que o modo de produção capitalista é também modo de vida, modo de se relacionar; é preciso compreender como esse modo capitalista faz pensar, — que determina as relações sociais — como é incorporado pelas classes subalternizadas, qual o significado social dessa relação, suas implicações concretas na e para sociedade e seus possíveis projetos coletivos.

Se os caminhos a serem trilhados pela profissão passam inevitavelmente pelo campo da subjetividade humana, então o Serviço Social precisa refazer urgente sua trajetória teórica e metodológica, ética e política; do contrário, seu projeto de emancipação e defesa intransigente dos direitos humanos "não passará de mero idealismo", pois o direito antes de tudo é subjetivo e fundamentalmente intersubjetivo nas relações sociais em que atua o Serviço Social, e qualquer que seja a revolução ou formas de dominação passam pelos processos de subjetivação e produção de subjetividades.

Ao expormos a fratura existente, porém fechada no invólucro do Serviço Social — que de forma incompreensível ainda resiste a essa realidade já manifesta em outras áreas do conhecimento, — abre-se aqui o precedente para a possibilidade de novos estudos que venham descortinar cada vez mais a importância do Serviço Social ampliar seu campo de conhecimento e de atuação, realizando a difícil tarefa de religar teorias e saberes sem perder sua proposta social e humana.

REFERÊNCIAS

ABAS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais). *Código de Ética Profissional*, 1948.

ALVES, G. *Trabalho e Subjetividade*: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília, 2008.

_____.*Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório*: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Revista da RET, ano v, n. 8, 2011.

BAPTISTA, M. V. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. In: *a produção do conhecimento no Serviço Social*. *Cadernos ABESS nº 5*. São Paulo, Cortez, maio de 1992.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social*: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010.

BATTINI, O. O lugar da prática profissional no contexto das lutas dos assistentes sociais no Brasil. In: M. V. BAPTISTA; BATTINI, O. *A prática profissional do assistente social*: teoria, ação, construção de conhecimento. Vol. I; São Paulo: Veras, 2009.

BISNETO, J. A. *Serviço Social e saúde mental*: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.

BOCK, A. M. B. et., al. *Psicologias*: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____.Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M.B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica*: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

CARRETERO, G. H. Psicologia e assistência social: o sofrimento ético-político e a escuta, ação e garantia de direitos. In: SAWAIA, B. B.; ALBUQUERQUE, R; BUSARELLO, F. R. (orgs.). *Afeto & comum*: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

CARVALHO, E. A. *Edgar Morin, a dialogia de um Sapiens-demens*. Margem, São Paulo, nº 16, p. 167-170, Dez, 2002.

CHAGAS, E. F. *O pensamento de Marx sobre a subjetividade*. Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, Maio/Ago., 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. Brasília, CFP/CFESS, 2007.

DORAY, B; SILVEIRA, P. *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989.

DUARTE, M. J. O. *A outra face da formação profissional*: a produção de subjetividade. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) UFRJ, 1993.

_____.*Subjetividade, marxismo e Serviço Social*: um ensaio crítico. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 101, p. 5-24, jan./mar.2010.

ESTEVÃO, A. M. R. *O que é Serviço Social*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FALEIROS, V. P. *A Política social do Estado capitalista*: as funções da previdência e assistência sociais. São Paulo: Cortez, 2009.

_____.*Globalização, correlação de forças e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2013.

_____.*Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____.Profissão e ciência: desafios da poética. In: RODRIGUES, M.L. (org.). *O Ensino Superior e a Formação Docente em Serviço Social*. Curitiba, Ed. Appris, 2019.

FERREIRA, M. G. *Concepções de subjetividade em psicologia*. Campinas, São Paulo: Pontes, CEFET, 2000.

FROMM, E. *Conceito Marxista do Homem*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. M.B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica*: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILLI, R. M. L. *Desigualdades Sociais, Subjetividade e Saúde Mental*: desafios para o Serviço Social. Ser Social, Brasília, v. 13, n.28, p. 210-230, jan./jun.2011.

_____.*Sociabilidade e Subjetividade*: aproximações para o Serviço Social. Texto & Contexto. Porto Alegre, v.12, n. 2, p. 312-324, jul./dez. 2013.

GONÇALVES, M. G. M. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____.; BOCK, A. M.B. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: BOCK, A. M.B.; GONÇALVES, M. G. M. (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade*: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

_____.; BOCK, A. M.B. Indivíduo-sociedade: uma relação importante na psicologia social. In: BOCK, A. M.B. (org.). *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. L. *O social na psicologia e a psicologia social*: a emergência do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. *Sujeito e subjetividade*: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson, 2003.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M; BACKX, S. GUERRA, Y. (orgs.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

_____.*Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 2011.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSÍK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (orgs.). *Psicologia Social*: o homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LOPES, J. B. *Objeto e especificidade do Serviço Social*: pensamento latino-americano. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

MARTINELLI, M. L. (org.). *Pesquisa qualitativa*: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____.*Serviço Social*: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.

_____.*Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo, Hucitec, 1978.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.

MONTAÑO, C. *A Natureza do Serviço Social*: um ensaio sobre a gênese, a "especificidade" e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, E. *Em busca dos fundamentos perdidos*: textos sobre o marxismo. RODRIGUES, M. L; CARVALHO, E. A. (orgs.). Trad. Salma Tannus Muchail e Maria Lucia Rodrigues. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____.*Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NICÁCIO, E. M. *Serviço Social e subjetividade*. Praia Vermelha — Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, n. 18, segundo semestre, p. 46-70, 2008.

PAULINO, S. E. Serviço Social e o atendimento socioindividual. In: RODRIGUES, M. L. (org.). *Serviço Social e sua reconstrução técnico-operativa*. São Paulo: Educ: Fapesp, 2016.

PISCITELLI, A. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.* Sociedade e cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

RODRIGUES, M. L. (org.). *Serviço Social e sua reconstrução técnico-operativa*. São Paulo: Educ: Fapesp, 2016.

_____.Dificuldades para a formação interdisciplinar e transdisciplinar em Serviço Social. In: RODRIGUES, M.L. (org.). *O Ensino Superior e a Formação Docente em Serviço Social.* Curitiba, Ed. Appris, 2019.

_____.O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, M. L.; RODRIGUES, M. L.; MUCHAIL, S. T. (orgs.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez/Educ, 1995.

_____.Prática Profissional: reinventando o espaço da microatuação. In: *Revista Serviço Social & Realidade*. Publicação especial de 20 Anos, Unesp/Franca, Vol. 6, 1998.

_____. Raízes marxistas no pensamento de Edgar Morin. In: ALMEIDA, C. E; PETRAGLIA, I. (orgs.). *Revista Estudos de Complexidade 2*. São Paulo, Ed. Xamã, 2008.

ROSA, E. Z.; ANDRIANI, A. G. P. Psicologia Sócio-Histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica. In: KAHHALE, E. M. P. (org.). *A diversidade da Psicologia*: uma construção teórica. São Paulo: Cortez, 2011.

SANCHES, S G.; KAHHALE, E. M. P. História da psicologia: a exigência de uma leitura crítica. In: BOCK, A. M.B. (org.). *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SAWAIA, B. B. introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In: SAWAIA, B. B. (org.). *As artimanhas da exclusão* – análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____.O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.). *As artimanhas da exclusão* – análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____.; SILVA, D. N. H. A subjetividade revolucionária: questões psicossociais em contexto de desigualdade social. In: TOASSA, G; SOUZA, T. M. C.; RODRIGUES, D. J. S. (orgs.). *Psicologia sócio-histórica e desigualdade social*: do pensamento à práxis. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019.

SCHAFF, A. *O marxismo e o indivíduo*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SÈVE, L. *Marxismo e teoria da personalidade*. Lisboa: Horizonte, 1979.

SILVA e SILVA, M. O. *O Serviço Social e o popular*: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, F. G. *Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade*: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. Pisc. da Ed., São Paulo, 28, 1º sem, 2009.

SILVEIRA, M. L. S. *Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo*. Revista outubro, n. 7, 2002.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Unesco, 2009. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/aa_diversos/UNESCO%20-%20gestao%20protecao%20social.pdf . Acesso em 03/03/2016.

VASCONCELOS, E. M. (Org.). *Saúde mental e Serviço Social*: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2002.

_____.*Karl Marx e a subjetividade humana vol. I*: a trajetória das ideias e conceitos nos textos teóricos. São Paulo, Hucitec, 2010a.

_____.*Karl Marx e a subjetividade humana vol. III*: balanço de contribuições e questões teóricas para debate. São Paulo, Hucitec, 2010b.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2016.

ANEXOS
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Erivaldo Santos Morais, mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP venho por meio deste termo convidá-la (o) para participar da pesquisa intitulada: "Subjetividade e Serviço Social: desafios multidimensionais para a prática do assistente social na contemporaneidade". Há poucos estudos nesse campo e nosso objetivo é compreender e analisar o significado da subjetividade na formação e prática do assistente social.

Sua colaboração é voluntária e se dará por meio de um grupo de reflexão e/ou entrevista a ser gravado em áudio, autorizado por você a partir de sua assinatura deste termo de consentimento livre e esclarecido. Os riscos decorrentes de sua participação nesse grupo e/ou entrevista são mínimos e você poderá sentir-se desconfortável. Caso isto venha a ocorrer, lhe é facultado, a qualquer momento da pesquisa, solicitar seu desligamento sem nenhum ônus.

Mesmo depois de ter consentido em participar desta pesquisa você poderá a qualquer momento retirar seu consentimento independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e também não será remunerado. Os resultados serão analisados e publicados, mas sua identidade será mantida em sigilo.

Os benefícios esperados desta pesquisa estão relacionados à possibilidade de investigar um campo ainda pouco explorado no âmbito do Serviço Social, cujos resultados poderão trazer contribuições para a profissão e prática do assistente social.

Se concordar em participar, basta preencher seu nome e assinar a declaração de aceite. Você receberá uma cópia deste termo onde constam o nome e telefone do pesquisador e poderá obter outras informações sobre a pesquisa e sua participação.

Pesquisador responsável: Erivaldo Santos Morais - Telefone: (11) 96616-7158

Comitê de Ética Em Pesquisa PUC-SP: Rua Ministro de Godói, 969, Perdizes, São Paulo – SP, telefone: (11) 3670-8466. E-mail: cometica@pucsp.br

O Comitê de Ética em Pesquisa - CEP se constitui num colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (conforme diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos – Res. CNS/MS nº 466/2012, complementada pela Res. CNS/MS nº 510/2016).

Consentimento em participar da pesquisa

Eu, _____

Declaro que fui informada (o) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento sem sofrer nenhum prejuízo, sanção ou constrangimento. Também fui informada (o) de que minha participação é voluntária e não receberei nenhuma remuneração. Declaro ainda que entendi o objetivo da pesquisa e por isso concordo em participar desse estudo.

_____ Data: ____ /____ /____

Assinatura do participante

ANEXO B – TÓPICOS DISPARADORES PARA GRUPO DE REFLEXÃO

1 - A presença da subjetividade no cotidiano da prática do assistente social - Você percebe a presença da subjetividade no cotidiano da prática do assistente social? Dê um exemplo.

2 - A questão da subjetividade no processo de formação do assistente social – Que autores você se recorda de ter estudado sobre este tema

3 - A ausência da temática subjetividade no Serviço Social – Em caso afirmativo, a que você atribui essa ausência?

4 - Percepção de conteúdos relativos ao campo da subjetividade no âmbito dos conhecimentos em Serviço Social.

Narre uma prática em que você tenha se remetido aos conhecimentos sobre subjetividade para o exercício da intervenção em Serviço Social

ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DA DINÂMICA DO GRUPO DE REFLEXÃO

A presença da subjetividade no cotidiano da prática do assistente social. Você percebe a presença da subjetividade no cotidiano da prática do assistente social? Dê um exemplo.

Não tem como pensar o sujeito fora da sua subjetividade. As coisas que ele coloca passam pela subjetividade dele; o xis é o tratamento que nós, enquanto assistentes sociais, vamos dar a essa relação. Talvez.., vou pegar uma pouco do que você falou sobre o campo de trabalho, né? Talvez em relação ao seu campo de onde você estava, nesse campo de trabalho, o termo subjetividade tenha sido empregado no sentido de atendimento psicológico, e isso não nos compete. Porque é estranho pra mim pensar porque a gente tem a nossa questão dos vínculos, que nós atendemos pensando na política de assistência, né? Vínculo é uma construção que o Serviço Social tem feito para pensar sobre segurança de convívio, de acolhida, tal. A nossa perspectiva, eu acho de pensar, talvez não seja essa que era dada no seu local de trabalho, e eles tinham essa temática como pensar a individualidade na forma de como você é afetado, e o nosso Serviço Social a gente têm um contexto macro, a gente vai pensar esse sujeito? Sim. Vai passar pela subjetividade dele, mas inserido num contexto social, como esse contexto rebate pra ele. (Sujeito M6)

É, eu acho que... Tem uma coisa que é muito importante que é isso, né? Mas que o Serviço Social pouco dialoga sobre subjetividade, mesmo que a gente sempre tem é.., bom, essa dimensão muito macro das coisas, não na individualidade, mas trazendo esse sujeito pra um contexto em que ele faz parte. E nós, enquanto profissional, dentro da academia e mesmo fora temos dificuldade de fazer essa fala, né? De trazer esse sujeito não só pro contexto macro, mas pro contexto micro das relações. A gente tem uma dificuldade de discussão disso; não é a toa que a gente, por exemplo, família, é uma coisa que a gente pouco estudou, e assim, estudamos por muito tempo e a gente abandonou e agora a gente retoma de novo, e a subjetividade ela tá presente em todos os momentos, em todos os atendimentos, ela perpassa. Não tem como, principalmente na questão da violência, né? Acho que não tem como a gente não olhar pra esse sujeito mesmo em seu contexto macro, mas também no seu contexto micro, como ele se enxerga nessa relação, como ele se coloca nessa relação e a partir daí fortalecer aquilo que a microrrelação quer dele, entendeu? Então, não sei, fico pensando que a gente tem uma falha ai, né? De não trazer essa discussão, não se aprofundar enquanto profissional e a gente trabalha com isso. Então, mesmo na assistência ou mesmo na saúde, na saúde mais ainda, porque na saúde nos somos profissionais teoricamente do cuidado; nós estamos ali pra cuidar nessa relação, daquele sujeito que está ai, eu penso que é isso (Sujeito D2)

Eu percebo a mesma coisa, só que sempre que fala subjetividade, dentro do Serviço Social, eu sempre fico na dúvida se estamos falando da individualidade ou da autonomia desse assistente social. Então, o que é essa subjetividade no âmbito da atividade profissional? Eu tô falando desse indivíduo assistente social, profissional, ou eu tô falando da autonomia dele poder fazer as coisas que ele pensa ou que ele queira? Então acho que falar de subjetividade perpassa vários outros caminhos que é, talvez, a complexidade do tema, né? Mas é por ai. (Sujeito D4)

Eu acho que é assim, né? Eu tenho dificuldade de poder pensar o trabalho do assistente social sem a perspectiva da subjetividade. Eu não consigo conceber que trabalho que é esse que não leva em consideração a subjetividade do sujeito que você está atendendo; pra mim eu tenho essa dificuldade, porque a nossa perspectiva de sujeito não dissocia objetivo do subjetivo. Acho que a nossa capacidade de poder perceber que aquilo que é concreto, aquilo que é objetivo, aquilo que é material, inclusive influencia na formação da subjetividade. Nada é tão subjetivo que não tenha uma construção material que a indique, né? Então, por exemplo, as

vezes eu sinto, da perspectiva do sentimento, da perspectiva... Se a gente pudesse chamar a subjetividade dessa questão mesmo das relações, das violências, ela tem um dado de objetividade, de materialidade muito grande: o lugar que você nasceu, a família que você cresceu, a cidade que você veio, se é no centro, se é na periferia, se é no interior, se é na capital. Todos esses dados, que na minha opinião são materiais, são objetivos, eles constituem também a subjetividade, por isso que eu não consigo compreender essa dissociação, né? Ah, "o Serviço Social tem dificuldade de lidar com a subjetividade" eu tenho dificuldade de compreender isso, porque é uma relação minha; eu acho que a gente poderia explorar mais a perspectiva de totalidade, eu acho que ai que está a grande chave, eu acho que não é dar conta do que é subjetivo ou do que é objetivo do que é subjetivo, mas eu acho que é dar conta, por exemplo, num trabalho profissional como que a gente compreende a perspectiva de totalidade, né? E a perspectiva de totalidade, ela perpassa por ações que são singulares, e por ações que tem sua particularidade e a totalidade em si, nessa relação. Eu acho que eu deslocaria sim a dificuldade do Serviço Social muitas vezes no seu trabalho cotidiano de se apropriar da perspectiva de totalidade do que necessariamente do subjetivo, porque o subjetivo ele é expressão das relações, e não tem como você pensar num trabalho que envolve seres humanos, sujeitos sociais, sem pensar que a perspectiva de objetividade-subjetividade não está presente, inclusive a subjetividade do próprio agente profissional, né? E como que a gente lida com a nossa subjetividade diante de alguns aspectos do ponto de vista profissional. Então, é.., eu não vejo assim uma separação no nosso trabalho. (Sujeito D3)

Por isso que eu acredito que a ideia seja mais autonomia ou não autonomia do assistente social por conta exatamente dessa não divisão de subjetividade, né? Não tem como tirar a subjetividade do profissional porque ele só tá ali trabalhando, mas não tem como diferenciar o profissional daquele sujeito que está ali também inserido diante de uma sociedade, digamos, trabalhando no trato com o usuário de assistência. Ele não vai deixar; oh, agora vou deixar minha subjetividade em casa e aqui eu sou profissional. Então é por isso que eu parto da ideia de autonomia, né? Será que eu posso realmente exercer minha autonomia nesse ambiente de trabalho ou não posso? Ai não sei como você tá pensando da pesquisa nesse sentido. Então, ai é onde está a grande questão na verdade, porque assim, você ter realmente autonomia é... Não sei, vai variar muito da equipe profissional, né? Por mais que tenha contido no código de ética a autonomia, tal é... Eu acho que há limites a partir também da equipe. (Sujeito D4)

Até porque depende também do que o profissional entende o que é subjetividade. Acho que esse é também o grande xis da questão, porque acho que quando faz a intervenção, acho que automaticamente você não pensa nessas questões subjetivas quando você está atendendo (Sujeito D1)

Eu acho que a realidade vai colocando condições, né? Então, o assistente social é carregado de subjetividade, ele é carregado de objetividade. Então, quando ele tenta sobrepor tudo isso pra, sei lá, fazer alguma atividade com aquele usuário da política, só que tem... É isso que coloco, a questão da autonomia vem barrando isso ai em algumas equipes profissionais. Eu digo isso, por exemplo, a minha própria prática há três, quatro anos atrás que as vezes eu queria fazer alguma coisa, mas a equipe dizia: não dá. Não vai fazer porque assim, tem todo um ritmo e as burocracias. Eu trabalhava na secretaria de saúde. Então as burocracias acabavam barrando essa prática. Então é onde a gente começa a ficar no meio do caminho, talvez. (Sujeito D4)

Quando você fala da subjetividade (D2) eu partilho mais da sua opinião. Quando você fala subjetividade partindo do psicólogo eu não consigo pensar em outro tipo de raciocínio, por exemplo, que não seja a subjetividade que você tem de área de atuação da psicologia. Se a

gente pensar em subjetividade no campo que ela (D3) está colocando, na perspectiva da totalidade, todas as profissões vem, porque passa pelo humano; então ai cai por terra qualquer.., né? Você não tem um lastro de pensar um caminho próprio de uma profissão, mas é... Eu penso também... Eu não consigo acompanhar esse raciocínio do (D4) de subjetividade no sentido de autonomia. São coisas pra mim totalmente distintas, no meu ponto de vista, tá? O que eu penso, assim, quando você propôs essa primeira questão me vem a ideia, tomando como exemplo seu campo de trabalho, que a instituição tinha que separar o atendimento subjetivo, pensando na violência, no sentido que, claro, tudo perpassa por uma condição de totalidade, mas assim é... Atendimento clínico. Coisa que o assistente social não é habilitado a fazer. O atendimento clínico, o assistente social clínico, né? E pra nós, claro, nós vamos passar pelo indivíduo, não tem como, mas o nosso entendimento daquele indivíduo ele é contextualizado, não é dele pra ele mesmo, não é ele com os sentimentos dele: coitado, ou alegre, ou triste ou o que ele fez disso; é dentro de um cenário que conforme ela (D3) explicou de totalidade. Olha, como foi esse rebatimento. Olha, nesse mesmo momento que está acontecendo isso na vida desse indivíduo, politicamente o cenário que se desenhava era esse e a gente consegue fazer esse trânsito. Eu acho que o Serviço Social talvez não tenha clareza da habilidade que ele tem para fazer essas coisas, ai é uma questão, entendeu? Porque a gente tem uma dificuldade de discutir o técnico-operativo. A gente não quer dar a receita de bolo, mas também a gente não quer explicar minimamente. Então a gente tem uma dificuldade de lidar com técnico-operativo; é bem marginalizado dentro da profissão o técnico-operativo, pelo menos na minha visão, né? Em nome da autonomia, em nome de várias coisas a gente não discute minimamente. Então o referencial demanda muito do que o profissional aprende, mas também demanda muito da situação que ele se coloca, ai é fácil de se perder; começar a pegar coisas de outros campos e aplicar como se fosse assistente social, porque ai começa a se diferenciar de uma prática teórica, de uma bagagem teórica que nós temos. Então acho que nesse sentido, e ai quando se coloca a questão: o assistente social trabalha com a subjetividade? Olha, acho que isso é unânime, né? Todo mundo acha, de uma forma ou de outra, porque passa pelo humano; agora, o que vai ser feito dessa subjetividade é que nos difere enquanto profissionais. (Sujeito M6)

Eu acho que também há diferença entre o que é subjetivo; o que acho que é próprio disso, e o que são conteúdos emocionais. Nós não vamos atuar em conteúdos emocionais, né? Mas a subjetividade ela é presente nas relações. Então eu acho que às vezes a gente dá nome subjetividade a algo que não é só subjetividade, né? Quando a gente está falando de pessoas em sofrimento, a gente tá falando de conteúdos emocionais que essa pessoa traz na sua subjetividade, mas que não é sua subjetividade; porque ela não é só o seu sofrimento, ela é muitas outras coisas e eu acho que existe uma diferença entre aquilo que é subjetivo e aquilo que é o conteúdo emocional. O assistente social trabalha com a subjetividade? Na minha opinião trabalha. Ele trabalha sobre conteúdos emocionais? Não. Porque isso exige uma especialidade do trabalho que não é próprio da nossa natureza de profissão. Então eu penso assim... Minha opinião muito brevemente, minha opinião, até porque nunca estudei esse tema, mas eu acho que, às vezes, a gente chama de subjetividade muitas coisas e talvez o caminho fosse a gente nomear melhor algumas coisas que a gente tá querendo chamar a atenção, não sei. (Sujeito D3)

Até porque falta uma clareza do que é a subjetividade. Até porque a gente não estuda isso no Serviço Social; ela acaba aparecendo na prática, mas estudar... Ele, por exemplo, está fazendo um esforço de tentar entender isso, porque é difícil, né? (Sujeito D1)

Eu penso, por exemplo, que o técnico-operativo.., vamos pensar na prática como um todo. Quando a gente coloca que um dos instrumentos do Serviço Social é a escuta qualificada e

você se propõe a ouvir aquele indivíduo, a sua história de vida, o contexto da violência, seja o contexto como um todo a partir daquela fala dele; você tem um contexto maior nessa amplitude. Eu tenho essa leitura, mas quando aquele sujeito traz a sua própria história, a sua leitura daquele mundo; e ai você, a partir daquilo que ele traz, você começa a trabalhar com ele: olha, eu trago esse dado de realidade maior, mas eu também tento casar com a história dele, aquilo que ele está entendendo de realidade dele e o que tá grande. Isso pra mim é um pouco da gente trabalhar um pouco essa subjetividade. Porque a hora que eu faço isso, eu trago elementos concretos da realidade aqui, com a percepção dele enquanto indivíduo, mas eu vou trazendo ele pra esse contexto, eu vou trabalhando com a subjetividade dele. E ai quando a gente coloca, por exemplo, na política de assistência social o fortalecimento de vínculos, a gente coloca: nós vamos fortalecer... O que que é isso? É você partir dessa história que esse indivíduo tem, trazer a história da qual ele faz parte e conciliar e dizer: oh, criatura, você não está sozinho, têm várias pessoas juntas que estão compartilhando de etapas diferentes, mas esse coletivo.., Mas naquele momento que estou te ouvindo, eu me coloco nesse sentido. Eu estou trabalhando a subjetividade. Não tô só aqui. Não vou só encaminhar, mas eu paro e ouço você, porque a sua história de vida ela é importante pra mim entender como é que você faz a leitura daquilo que está acontecendo, e o meu papel como assistente social, como mediadora, é trazer isso; tem isso e mais isso, como é que agente constrói aqui. Então, pra mim, trabalhar a subjetividade é isso, mas quando eu estou com aquele indivíduo a história dele que é importante. (Sujeito D2)

Essa sua fala me remete a ideia que... A gente trabalha com a classe. A gente sai desse lugar desse fulaninho sozinho e a gente fala pra ele: oh, isso não é só na sua casa, isso daí não é com você, entendeu? Nós vamos fazer a mediação que daí o olhar sai e ai quando.., não sei, eu tenho a ideia que quando você... Talvez seja isso, talvez a falta de uma palavra mais adequada, quando da ideia de subjetividade, talvez seja mesmo que permeia a ideia de um tratamento clínico. E na verdade não é. Você direciona isso pra um outro sentido, porque se a gente trabalha com os indivíduos. Acho que todos trabalham, né? Se você for pensar no profissional todos trabalham. Agora o direcionamento nosso é esse, que elas estão, acho, colocando. (Sujeito M6)

Eu mesma, sempre que eu faço isso e eu digo pra fazer essa mediação, mas eu também digo pro sujeito: olha, é importante. Você é importante enquanto indivíduo. A sua história, ela é importante. Ela só não está sozinha, mas ela é sua, ela é importante. E isso faz a total diferença no atendimento, principalmente em situação de violência, porque aquela pessoa viveu aquilo; a dor é dela, daquele sentimento, o que ela passou...cinqüenta foram estupradas, ok, mas cada uma vai sentir isso de maneira diferente. Eu não vou trabalhar aquilo que é o conteúdo emocional, mas como cada um faz a leitura daquele ato, do movimento. O que eu preciso para poder, pra vencer aquilo é diferente. E eu preciso também dizer pra essa pessoa: tua história ela é importante, mas ela só não está descolada do todo, mas eu, enquanto profissional, estou te dando atenção. Eu vou fazer essa mediação, mas também fortalecendo... Dizendo: você é importante. Você faz parte também, por isso que nós temos problemas de discutir a subjetividade, porque, por exemplo, é isso que é: marginalidade. Gostei da marginalidade. A gente não discute isso. A gente só consegue fazer isso quando a gente está usando, por exemplo, a escuta qualificada. E quem é de vocês que estuda escuta qualificada? Não é nem como fazer receita de bolo, mas como me posiciono diante do outro? Como eu ouço o outro? O que o outro está me contando que é importante, que eu posso fazer a mediação? O que de fato eu quero? Eu vou para uma escuta muitas vezes sem objetivo nenhum e ai é fácil de se perder... Porque eu vou, né? Aí vou encaminhar? Não. Começou a chorar.., ah, vamos pro psicólogo. Não gente. Isso é do Serviço Social. Acolhe o choro. É importante. Mas percebe; é esse o meu papel aqui, de mediar. (Sujeito D2)

E a história de vida, né? E é uma coisa que eu acho que academicamente a gente vai descobrindo depois, porque no técnico-operativo você não vai falar: olha, a história de vida, ela pertence ao Serviço Social, porque ela vai contar quem é aquele indivíduo, e a gente tem o treinamento para mediação. Então, acho que nesse sentido, tem algumas coisas que profissionalmente a gente precisa se apropriar. Isso não nos deprecia enquanto profissão, ao contrário (Sujeito M6)

Se nós estamos perdendo campo, hoje, não é porque nós não estamos sabendo fazer; mas não estamos sabendo defender e dar nome àquilo que fazemos. Porque nós não podemos esquecer, e eu falo sempre pro alunos: mesmo na atuação, nós não podemos esquecer uma coisa: nós podemos ser políticos, podemos militar, podemos fazer cinquenta milhão de coisas, mas a natureza da nossa profissão é a intervenção. Eu não posso jamais perder isso. E a natureza da intervenção pressupõe trabalhar com o outro e o outro é todo. É ele, as relações dele, tudo. É isso. Eu não estou me formando; não sou assistente social só pra militar ou só pra defender. Ela faz parte. Mas quando eu me formei, a minha profissão, ela pressupõe a natureza. Ela é interventiva. Ponto. É isso que gente precisa discutir. O que é essa intervenção? Como eu faço? Como eu ouço? Como é que eu trabalho? Como medeio isso? (Sujeito D2)

Porque também não adianta você trazer uma pessoa simples, um usuário, até uma pessoa mais qualificada e falar determinadas coisas que nós... Olha, vou te falar sobre a estrutura social... A pessoa sai de lá com aquela cara... É verdade. É verdade. Isso é uma questão. (Sujeito M6)

Eu acho que também, assim.., os próprios conteúdos ético-políticos da profissão, eles só têm sentido se eles fazem sentido na vida das pessoas. Então eu defender a democracia só faz sentido se eu defendo a democracia nas minhas práticas profissionais. Então, eu não consigo entender que a gente... Pra mim é uma dimensão muito una, a dimensão técnico-operativa, mas se ela também for esvaziada de sentido, quer dizer... Não é que falar sobre subjetividade só esteja no campo do técnico-operativo, de como que eu vou chegar nesse usuário, nesse sujeito. A própria escolha teórico-metodológica que eu tenho, enquanto profissão, ela diz muito da forma com que eu me relaciono com o sujeito. Os meus princípios éticos dizem muito de como eu me relaciono. Então eu penso que hoje, a dificuldade que a gente tem é preencher de sentido essas dimensões, né? Não é nem se debruçar sobre uma ou sobre outra, mas como que a gente preenche de sentido. Porque a própria escolha teórico-metodológica que faço de minha atuação profissional diz de como eu vou olhar esse sujeito. A minha postura ética diz como é que eu vou receber. Se eu tenho o respeito pelo o outro como princípio ético ou não; enfim, se eu tenho a qualidade de serviço prestado à população como um princípio. Como é que eu me coloco nessa relação. Se o aprimoramento intelectual é um princípio ético, porque eu entendo que a minha relação com o outro pressupõe que eu me prepare para isso, também é uma forma de eu me colocar subjetivamente diante desse usuário. Então eu acho que as dimensões da profissão elas não podem ser esvaziadas de sentido, né? Que ai eu acho que o nosso trabalho profissional ele tem, pensando nessa polêmica que tem das práticas terapêuticas, do que é terapêutico e do que não é, eu penso que o nosso trabalho profissional ele tem uma tarefa de ampliar o repertório para contribuir com a subjetividade do outro, né? Então, ampliar repertório cultural, ampliar repertório político, ampliar repertório histórico, ampliar o repertório de direitos, de possibilidades pra que esse sujeito construa suas possibilidades e suas escolhas subjetivas. Eu não vejo o trabalho do assistente social como atuando na subjetividade do outro, mas como ampliando um repertório pra que ele construa as suas possibilidades a partir de suas escolhas, a partir da liberdade que ele tem de fazer essas opções. Então eu acho que a gente se relaciona com a subjetividade nesse sentido, ampliando esse repertório, mas não atuando, interferindo na subjetividade do outro. (Sujeito D3)

Mas quando eu amplio eu interfiro, né? Quando eu ofereço pra ele várias possibilidades eu tô interferindo, eu tô abrindo possibilidades, eu tô interferindo na subjetividade... (Sujeito D2)

Com a possibilidade dele fazer as escolhas. Sim, nesse sentido não tem como, uma relação sempre pressupõe, né? (Sujeito D3)

Acho que é um pouco mais que a ampliação. Nós ampliamos e estamos juntos, porque a gente não solta. Bom, estou dizendo pra você que tem xis caminhos aqui; tô ampliando seu repertório, mas eu tô junto com você. Então a partir do momento que eu tô junto, eu também tô interferindo na subjetividade dele, e ao mesmo tempo também estou me colocando como uma agente que está com ele, que constrói com ele e não para ele construir sozinho, mas para estar com ele, construindo com ele, eu não solto ele, tô junto. Porque dependendo da situação, você amplia e a pessoa da conta, faz suas escolhas sozinha, mas tem situações que não. Às vezes você precisa estar junto porque ele não dá conta; ele nem está ouvindo o que você está falando. Então, assim, você precisa, olha.., eu tô junto; quando você tá junto com o outro, você está atuando na subjetividade, não conteúdos emocionais. Mas você se faz presente naquele momento, porque ele não da conta nem de entender a compreensão do que está aqui; ele não consegue se colocar, então ele vai precisar de um suporte pra conseguir entender o que está acontecendo... Quando eu pego uma coisa muito simples, às vezes a gente pega para atender uma pessoa que é analfabeta, não sabe ler nem escrever; eu vou ampliar todo o repertório dele no sentido da orientação, mas só isso ele vai ser capaz de escolher sozinho? Muitas vezes não. Eu vou precisar estar com ele, ir lá, pegar o ônibus, ensinar a pegar o ônibus, isso não é assistencialista, ao contrário. Mas a hora que eu vou com ele, eu tô entendendo que ele é um ser humano, que ele tem dificuldade, eu tô mediando essa questão do direito, não vou dizer garantir, mas eu vou... Olha, tem essa possibilidade, mas agora a gente vai junto porque eu estou entendendo que você não consegue ir sozinho, mas você vai conseguir ir porque essa é a meta, mas nesse primeiro momento eu preciso ir junto e ai quando você vai junto com ele no ponto de ônibus, pega o ônibus, mostra pra ele: o número é esse, a cor do ônibus é essa, você está interferindo e você, além de interferir, você está junto. (Sujeito D2)

Só no seu atendimento a pessoa... Você já está interferindo, não tem como. Você não é o mesmo, ela não é o mesmo, não tem como. Isso é dialético, né? Acho que ok, acho que é nesse sentido mesmo (Sujeito M6)

A questão da subjetividade no processo de formação do assistente social. Que autores você se recorda de ter estudado sobre este tema?

Nenhum (Sujeito D2)

Nenhum (Sujeito D1)

Falam que Marx fala de subjetividade, mas ninguém tem propriedade disso. (Sujeito M6)

Ninguém trabalha com a gente, isso. Concordo. Todo mundo fala, Marx... Tá bom, então me coloca, me explica... Não, não tem. E mesmo quando a gente fala pros alunos, mesmo como professor... Bom, eu não lembro na minha graduação de ter estudado nenhum autor que vá falar sobre isso. Eu ouvi dizer. (Sujeito D2)

A gente tem as disciplinas de apoio, né? A psicologia social foi minha disciplina de apoio; a antropologia, sociologia... Disciplina de apoio. Beleza, mas aí acho que talvez eu tenha estudado centro de vida de criança, adolescente, a velhice... Mas não nesse contexto que a

gente está pensando a subjetividade, quanto às relações com o outro, recebendo esse nome; talvez não com esse nome, talvez a gente tenha estudado como relação social. Eu vou falar em sociabilidade; eu vou partir por esse caminho que você está chamando de subjetividade porque a sociabilidade se dá nas relações. E o trabalho. Aí eu vou entrar em temas que são pra mim extremamente confortáveis: trabalho, a sociabilidade, a relação que você estabelece nos diversos espaços, a sociabilidade enquanto relações sociais que no modo capitalista vai se dar de uma determinada forma. O trabalho enquanto composição do ser social, isso é um tema que pra mim... Estamos no nosso terreno. (Sujeito M6)

Eu, de verdade, não estudei. Não lembro. Eu fui me aproximar quando eu fiz o aprimoramento na Unicamp, no HC, porque aí você tem uma equipe multidisciplinar e você vai ter que conversar com os outros. Eu também tive psicologia, antropologia que vai dando base, mas que entrasse de fato nisso, na discussão mais fundamentada, não. Não tive. Mas eu fui no aprimoramento sim, ai eu me aproximei de outros autores que foi me dando subsídio, que eu fui entendendo como o processo se dá, porque eu fui fazer aprimoramento em violência urbana, então eu fui me aproximando disso, mas na graduação, não. E mesmo hoje, pra puxar com os alunos esta discussão é muito complicado, porque eles já vêm com uma formação.., "não professora, isso a gente não trabalha." Então, mesmo pra trabalhar hoje com os alunos é difícil do jeito que o curso está formatado; estou dizendo da minha experiência, de como o curso está formatado, de como as categorias vem reafirmando algumas coisas... Bom, não vou falar que é depreciar, mas assim, uso essa palavra: marginalizando outras coisas. A gente não pode discutir isso, não pode fazer aquilo, não pode fazer mediação... Bom, então até pra trazer isso pros alunos é bem complicado, mas eu, pra responder tua pergunta, não. (Sujeito D2)

Quando ela (M6) falou de trabalho e sociabilidade, eu tive essa disciplina, mas eu não me lembro de nenhum momento falar sobre isso, tipo assim, específico, né? Hoje vamos discutir a subjetividade (Sujeito D1)

Eu já acho diferente. Eu não consigo pensar os conteúdos do Serviço Social sem pensar a dimensão subjetiva. Por exemplo, fiquei pensando aqui: formação sócio-histórica do Brasil; quando a gente pensa isso, quando a gente faz a discussão da formação sócio- histórica a gente vê o nosso passado escravagista, o quanto que as relações étnico-raciais implicam hoje, na vida das pessoas, o genocídio da juventude negra. Eu não consigo ver que esse conteúdo não tem uma dimensão de subjetividade que possa ser explorada. Agora, se essa dimensão é explorada ou não, vai depender de uma série de questões; vai depender de uma série de abordagens, de como isso é feito, como não é feito. Eu acho que ai sim, mas eu não consigo ver do ponto de vista do conteúdo; pra mim isso é marcado por questões subjetivas, porque diz respeito à vida das pessoas. Quando a gente estuda fundamentos histórico-teórico-metodológicos que a gente vai falando da forma como, por exemplo, a religião implicou na gênese do Serviço Social; eu não consigo ver que isso está distanciado da subjetividade que construiu isso. Agora eu acho que existem diferenças nas abordagens disso, eu acho que há abordagens que vão abordar esses conteúdos de forma mais conteúdista, mais cronológica, alguma coisa nesse sentido e você vai ter abordagens que vão trabalhar isso numa perspectiva mais de fazer uma reflexão, mais de totalidade. Então eu acho que existem essas diferenças. Por exemplo: os conteúdos da ética, a ontologia do ser social, como que a gente concebe o ser humano como aquele que constrói a história; então o ser social.., não consigo compreender como que a gente fala de tudo isso sem um perspectiva subjetiva. Agora eu acho que tem abordagens que vão colocar isso numa perspectiva tão linear que não vai permitir esse tipo de reflexão, eu concordo, né? Mas eu penso que os conteúdos em si, eles são permeados dessa discussão. Acho que talvez o que a gente precisa-se, fizesse como reflexão é, duas coisas:

primeiro o que a gente está chamando de subjetividade. O que a gente está chamando desse caráter da formação profissional lidar com esse conteúdo de subjetividade. Acho que essa é a primeira coisa. Segundo, é se a gente está falando dos conteúdos ou das formas de refletir sobre esses conteúdos; porque eu, do início ao fim da formação de Serviço Social, pra mim tudo foi permeado pela discussão e reflexão da subjetividade. Direito social: como é que você discute direito social se você não está falando de direito social na vida das pessoas? Existem abordagens, formas de acontecer, ai eu acredito que tem sim; você pode estudar isso de uma maneira completamente cronologia, linear, fixa, né? Sem essa reflexão ou você pode fazer uma reflexão do ponto de vista do que isso significa na vida das pessoas. A educação popular: o que que é educação popular senão você trabalhar com conteúdos que as pessoas estão vivendo, que faz parte da vida das pessoas. Então eu penso que do ponto de vista do conteúdo há sim total condição da gente fazer o debate sobre subjetividade. (Sujeito D3)

Pra mim todos eles têm essa possibilidade de fazer essa reflexão. Mais especificamente na teoria marxista, por exemplo, a gente tem Wallon. Wallon vai fazer essa discussão mais subjetiva (Sujeito D3)

A própria Heller. Eu acho quando ela começa a estudar um pouco de cotidiano, a ideia de preconceito, de ver de onde começa o preconceito, de onde surge. Eu acho que está permeando por ai. Agora, talvez, a ideia seja entender realmente essa subjetividade de quem é. O que que a gente está falando de subjetivo? Das pessoas ou do profissional assistente social? O que é que você quer discutir como subjetivo? Então como autores, como ela (D3) falou, acho que qualquer um que esteja discutindo desde trabalho e sociabilidade a gente pode colocar a questão subjetiva ai. E ai a gente estava comentando, e ai eu lembrei muito do próprio Netto, né? O Netto é um... No núcleo da professora Martinelli e a gente discutindo sobre a oralidade, sobre a história oral é muito essa questão de você estar ali colocando inteiramente ouvidos pra o outro, né? Então quando você começa a ouvir, começa ali a discutir e trazer essa realidade pro cotidiano, a gente tá trabalhando também o subjetivo. Então eu acho que vai realmente dessa ideia que (D3) falou, de abarcar independente de quem seja, acho que o subjetivo perpassa toda sociabilidade. (Sujeito D4)

Eu concordo, mas ao mesmo tempo eu fico pensando que essa discussão só vem na pós-graduação. Porque, por exemplo, a Agnes Heller a gente não estuda na graduação. Mesmo com Netto, a história oral, a gente vai estudar isso na pós. E quem é que chega na pós? É muito pouco daqueles que são formados. Então, quando ele pergunta se... Não. Na graduação, não. Na pós, sim. (Sujeito D2)

Mas talvez seja exatamente por isso; é um assunto que não é muito discutido. Então se a gente começa a se formar nesse sentido, talvez a gente possa levando e formando outras... Nesse sentido (Sujeito D4)

É, mas eu acho que agora não. Estou dizendo assim, na minha opinião, tá? Mas acho que agora a graduação não trabalha. A pós, sim. (Sujeito D2)

Talvez não com esse nome (Sujeito D4)

Não. Mas acho que com nome nenhum. Sabe por que eu tô falando? Eu tô pensando na minha pesquisa; eu fiquei um ano acompanhando quatro turmas e os professores não falam sobre subjetividade, e são períodos diferentes, disciplinas diferentes (Sujeito D1)

Há um sentido muito material na nossa formação. Há uma construção material. Mesmo quando ele fala a ideia da história oral; essa história oral é relacionada historicamente, nunca é

o sujeito fechado nele mesmo. Há uma formação; quando eu falo da sociabilidade é no sentido material também. Porque isso perpassa... Entendeu? É muito valorizado essa construção, trabalho, da parte material, dessa relação teórico metodológico, de materialismo histórico e dialético. Até a dialética não é uma coisa que você vai aprender lá, na graduação. Você vai desenvolver a dialética lá na frente. De você raciocinar o que que é essa dialética. Senão os alunos vão sofrer pra ler José Paulo Netto. Não ia conseguir entender o que é síntese, antítese, né? Ia ser muito mais... Você concorda? Porque a pessoa sofre. Não é uma leitura fácil. Depois que você entende a dialética, você fala: oh, é isso! Aqui o que ele quis dizer. Mas antes disso, você fica ali é... O conteúdo do Serviço Social é riquíssimo, mas é um conteúdo bem difícil, entendeu? Não sei se isso é acessível pra muita gente; até pra mim se for pensar eu enquanto mestranda, pô, eu vejo umas discussões de galera ai que está discutindo Lukács e você fala: puta merda queria ser igual, entendeu? Porque o nível de conhecimento, de abstração que a pessoa alcança... E ai você fala: caraca.., entendeu? Mas isso é um exercício, né? Eu acho que um aluno de graduação ele dificilmente ele vai ler o Capital. Ah, ele é fragmentado; um professor ou outro que tira lá, olha... Isso daí não faz parte, né? Então eu acho meio... E é uma coisa, uma base muito material, né? Muito material, começa a discutir a mercadoria... Então assim, eu não sei, pensar nessas coisas... Eu estou pensando num ambiente bem chão assim de atuação, tal, mas isso se materializa na prática? Num sei, eu não vi nada assim, nesse sentido... (Sujeito M6)

No processo de formação não. Eu compactuo com o que eles trouxeram. Porque nós vamos estudar um pouquinho da subjetividade chamada cotidiano com o José Paulo Netto, naquele livrinho cotidiano; ali você vai entendendo um pouquinho do que é subjetivo, do que é individual, do que é esse processo, do que é a dialética. Então, quando você vai perguntando, eu vou fazendo menção desse livro; foi um livro que me deu um estalo assim, pra gente pensar na subjetividade, mas com o nome de cotidiano. Eu acho que é um pouco isso mesmo, a subjetividade, estudar, o nome subjetividade... (Sujeito D5)

Eu acho que esse debate não pode estar dissociado também da precarização da formação profissional, né? Porque você colocou como tópico a formação profissional. Como a gente não descola nada da realidade, a gente também não pode descolar a formação em Serviço Social desse processo que pelo menos ao longo dos últimos quinze, dez anos, há um processo gigantesco de precarização da formação profissional. Então hoje, no cenário, a gente já tem estados no Brasil, por exemplo, que não tem mais curso presencial. Então se já é difícil discutir essa tal de subjetividade, você faz ideia discutir essa subjetividade sem ter o subjetivo, sem ter a relação. Então já tem estados no Brasil que não tem curso presencial, né? Mato Grosso do Sul, por exemplo. Em São Paulo a quantidade de cursos fechando, todo semestre você tem três, quatro, cinco, seis cursos presenciais fechando; regiões do interior de São Paulo que já não tem mais curso presencial. Então esse debate não está dissociado disso também. No estado de São Paulo, por exemplo, a dificuldade que a gente tem com os cursos públicos federais; porque querendo ou não nesse contexto, em tese, nem é regra, mas em tese teria maiores condições de trabalhar, né? Com outras perspectivas. Quantos cursos de Serviço Social a gente tem a tríade: pesquisa, ensino e extensão? Porque a formação profissional que a gente defende é baseada nessas coisas, mas eu mesmo não tive essa possibilidade de ter ensino, pesquisa e extensão na minha formação profissional e isso na perspectiva do projeto ético-político que a gente defende compõe um processo de formação profissional. Agora, no estado de São Paulo, quem é que tem a oportunidade de ter isso do ponto de vista da precarização da formação? Então acho que tudo isso, e ai não dá pra culpabilizar os professores, que esse aqui aborda e o outro não aborda, mas o próprio contexto da precarização da formação, né? Que não dá condições mesmo dos alunos que são trabalhadores, estudantes trabalhadores que tem que ler o texto, tem que chegar e são

conteúdos densos e que tem que dá conta da discussão, mas nem sempre consegue diante desse cenário. (Sujeito D3)

Eu acho também que a nossa profissão, ela estuda muito a questão do marxismo, né? Essa coisa da dialética. Ai isso esconde um pouco a questão subjetiva; que a gente vai nessa coisa de sair da aparência, ir pra essência e às vezes o subjetivo está escondido nisso. A gente fica na aparência, na essência, na dialética, como é que trabalha e às vezes a gente esquece um pouco essa questão da subjetividade. Eu vim aprender mesmo no mestrado de psicologia social, na pós graduação; porque na graduação a gente fica no crítico, que a gente sai daquele senso comum e vem.., Eu acho que vai desenvolvendo mais o nosso lado crítico, reflexivo, não imediatista; sair da aparência, ir pra essência, mas o subjetivo ele está ali oh, mas a gente vai trabalhando aparência, essência, dialética. Sai trabalho, é crítico, senso crítico, mas eu vim descobrir a subjetividade em si, que eu acho que está perdida ai nessa dialética, que a gente... Mas eu acho que não é a mesma subjetividade que eu estudei no mestrado. (Sujeito D5)

Mas tudo isso é subjetivo. Acho que é o foco, né? A abordagem que se coloca sobre o assunto. É que não tem o termo subjetividade. Mas vamos ser críticos, não vamos ser críticos se trata de subjetividade. (Sujeito D4)

Mas eu posso ser crítico sem subjetividade. Tem pessoas que elas trabalham com a crítica, mas ela não consegue enxergar o subjetivo. Aprendi isso no mestrado também. A Graça tudo bem, dava uns textos maravilhosos e a gente conseguia ver isso. Porque eu consigo ser crítico e continuar no imediatismo. Eu consigo ser crítico e continuar no fatalismo. (Sujeito D5)

Se você tem uma perspectiva crítica, mas você fica no imediatismo, então você não está sendo crítico, na radicalidade da questão, entendeu? (Sujeito D3)

Eu vi diferença estudando subjetividade do que eu estudava na graduação. Eu vi uma certa diferença. É o que você traz. É na pós que a gente estuda profundo o que é a subjetividade. Não tive dificuldades porque a nossa profissão já tem a criticidade e eles [psicologia] são embasados no marxismo, mas eu vi com um outro olhar; pode ser uma posição só minha, mas eu vi que até o pessoal da psicologia ainda tem muita dificuldade nessa questão da subjetividade. Eu fui até pra psicologia, estudei lá na psicologia social e eu conversava com a Graça, orientadora, e falava: Graça, eles têm uma dificuldade que eu acho que é uma visão que a gente já tem do Serviço Social, que a gente já tem essa visão crítica do marxismo, da dialética, da aparência, mas eles, enquanto subjetividade, eles ainda não conseguia ter... Não sei se é uma visão à frente, não sei se é isso, mas acho que a nossa formação, ela traz um outro viés e a gente consegue dar conta da subjetividade. A psicologia social ainda caminha, acho que pelos autores serem diferentes, por ter uma outra visão. Aprendi muito, mas eu fiquei com essa sensação que eu até conversava com a Graça depois sobre a dificuldade deles nessa questão da subjetividade; porque ainda está sendo introduzido toda essa questão, acho que a fundo da questão marxista, da dialética. Então a gente estudava textos nos quais eu já tinha lido. Você estava lá também, né? E ai eu não sei a sua posição, mas eu senti que ficou um pouquinho aquém. É muito o que eu conversava isso com a Graça, tanto que agora, nesse semestre, ela deu um texto maravilhoso que é marxismo e o subjetivo e a subjetividade no marxismo. Achei aquele texto maravilhoso e eu não sei... Fiquei com essa sensação, mas isso pode ser um posicionamento meu também. (Sujeito D5)

Na graduação a gente não trabalha com essa questão da subjetividade. Isso na prática, ela vai reverberando. E também... Gente os trabalhos são precarizados; o dia a dia ele é terrível, tem que dar conta de números ao invés de pessoas. Então, acho que um pouco a gente cai nessa produtividade sem ter um tempo de apreensão, suspensão e ai você não consegue realmente

relacionar muitas coisas, mas na subjetividade em si, gente eu vou dizer: a gente não trabalha, a gente não pega, a gente não sente a subjetividade ali, em si; pra mim ela ainda está ali escondidinha nessa dialética, nesse movimento de ida e vinda, da tese, da síntese e da antítese, do conservadorismo pra uma coisa mais democrática. Eu não consigo olhar o nome subjetividade dentro, ali, da nossa formação enquanto graduação. (Sujeito D5)

A ausência da temática subjetividade no Serviço Social. Em caso afirmativo, a que você atribui essa ausência.

Eu atribuo à categoria, como um todo; à categoria profissional. É minha posição. Porque nós fomos ao longo do tempo, historicamente, nós fomos nos distanciando de algumas coisas e fomos tomando posições que foi limitando, foi castrando, nos castrando nesse processo, e a gente foi deixando a subjetividade de lado. Fomos fazendo um monte de coisa e fomos deixando... E a gente não discute isso. A gente não fala, mesmo trocando a palavra por cotidiano, a gente não discute. Então a gente foi deixando de lado porque a gente foi assumindo outras posições politicamente; uma série de outras coisas, a gente foi assumindo isso. Eu atribuo à categoria. A categoria assumiu uma posição crítica, radical e a partir daí a gente vem construindo os cursos, graduações, até a pós, nem tanto, mas construindo em cima dessa radicalidade. Então não pode discutir subjetividade. Não pode falar; ou se falar, fala com outro nome. A gente não dialoga com a psicologia. A gente não dialoga com os outros; a gente fica só entre nós. A gente não conversa com os outros. A gente tem problema pra trabalhar, por exemplo, com a interdisciplinaridade. A gente tem problema em entender o que é pluralidade. Então a gente tem vários problemas. Então eu vou atribuindo, na minha visão, à categoria. Nós fomos deixando coisas muito sérias pra trás; colocamos tudo na caixinha do conservadorismo. Tudo que foi pensado, tudo que foi estudado, tudo que foi construído, colocamos tudo na caixinha do conservadorismo; agora isso não serve mais, vamos passar para outra coisa. Só que assim, não tô dizendo que é pra gente fazer, mas negar esse conhecimento do já tinha sido feito, já vinha um estudo e dizer que nada serve; pra mim isso é demais, entendeu? Então, na minha visão, pra mim é a categoria. Você vai numa reunião da ABEPSS, e você colocou pra discussão: olha, vamos pensar sobre subjetividade? Pronto. Você é cacetado de todos os lados. O pessoal não discute isso. A gente pode discutir cotidiano, a gente pode discutir outra coisa, a gente pode falar de trocentos milhões de coisas, mas a gente não discute, né? E a gente não pode falar. Então, bom, eu atribuo à categoria. (Sujeito D2)

Bom, faz sentido mesmo. Talvez eu fale besteira, mas se a gente pensar no Serviço Social de casos, a gente tinha um pouco mais de subjetividade nesse período, porque a gente tinha ali o processo do ouvir, compreender e agir e ai a gente foi abandonando essa relação pra pegar uma ideia muito mais de totalidade, muito maior. (Sujeito D4)

Eu vou pro outro lado. Eu acho que nós, desde o começo que estamos falando aqui, pelo meu entendimento, nós trouxemos sim questões da subjetividade; isso foi comum a todos. O que nós estamos dizendo pra você, é o seguinte: a gente não usa esse termo subjetividade; nós trabalhamos com outras categorias que satisfazem nossa forma de atuação, mas a gente não vai usar esse termo subjetividade. Mas vamos falar de outra coisa. Então, desde o começo quando a gente iniciou a discussão, nós estamos falando: olha, nós trabalhamos com isso sim, a questão é o nomear e ai alguns colegas aqui já falaram: o que você está chamando de subjetividade? É por parte do profissional ou por parte do atendimento com o usuário? Entendi que é por parte do atendimento com o usuário. Talvez a gente não chame subjetividade, mas a gente vem construindo o lugar de interlocução com o outro, o lugar de relações sociais que não está longe dessa subjetividade que você estuda; talvez você não

encontre no Serviço Social esse termo, porque daí entra, talvez, nessa questão que ela estava colocando, talvez isso remeta à psicologia... e ai gente meio que dá uma de gato escaldado, a gente num vai, mas a gente trabalha. Eu acho que o que cada um está falando aqui numa perspectiva, mas todos passaram pela interlocução com o outro, pelo ser social, então acho... ok, esse termo talvez não seja que a gente faz de uso cotidiano, mas cotidiano, sociabilidade, relações sociais, acho que cai tudo no mesmo lugar. (Sujeito M6)

Eu não vejo a ausência e eu acho que talvez, se pudesse contribuir, é pegar os últimos documentos oficiais, os próprios subsídios da ABEPSS, agora, recém lançados. Eu não vejo nenhum documento da categoria profissional que não leve em consideração a dimensão da totalidade e a dimensão da subjetividade como parte disso. Ao falar de desemprego, ao falar da condição da mulher, tudo isso são aspectos da subjetividade tratados. Então eu penso que uma pesquisa documental, por exemplo, dos últimos documentos da categoria vão evidenciar que a subjetividade não é um tema abandonado na categoria profissional, né? Pelo contrário, eu não vejo um documento que não tenha uma dimensão da subjetividade ali colocada de alguma forma, chamando à atenção da categoria pra essa discussão. Eu acho que há uma dificuldade de apreensão dos conteúdos pelas condições de trabalho e vida, pelas condições de precarização da formação, pela oportunidade de acesso à educação permanente que é uma questão colocada. Eu acho que existem outros aspectos materiais e objetivos concretos que vão colocando dificuldades pra nossa classe, né? Pra nossa classe se apropriar de elementos teóricos de reflexão crítica que à classe trabalhadora tá colocada, porque tem que trabalhar em dois empregos, porque é Uber, porque é isso, e eu acho que as próprias condições de vida das pessoas vão deixando a gente menos reflexivo, né? O celular, as imagens rápidas, o vídeo de um minuto que se tiver um minuto e meio eu nem assisto mais. Eu acho que são outros condicionantes, mas não que o debate não esteja presente. Eu não consigo ver um debate que não tem essa dimensão. Uma análise de conjuntura, uma análise de conjuntura tem elementos da subjetividade das pessoas, da vida das pessoas e eu acho que existem outros condicionantes que nos impedem muitas vezes de apreender esses elementos, né? (Sujeito D3)

Eu acho que o que a (M6) traz é isso mesmo. É a questão da momenclatura. É uma questão que eu venho trabalhando no doutorado, saindo da psicologia social. Ai quando chegou no doutorado falou: ah, não, a subjetividade... Não é esse nome aqui. Aqui não se usa esse nome. Entende? Então é um pouco isso. Isso é uma apropriação do lado de lá; você vai se apropriar com outros autores do lado de cá. Então que nome se dá a subjetividade? Eu acho que é um pouco isso que eu trouxe: é cotidiano, é na dialética, é na essência, mas não pode chamar de subjetividade porque remete, e é isso mesmo, remete à psicologia do lado de lá. Cara, subjetivo é subjetivo. Não importa quem seja, por mais que nós vamos trabalhar com outros autores do nosso serviço [social], a gente não pode dialogar com autores do outro, da psicologia? Como que é feito isso? E eu vou conversando no doutorado por que não podemos usar subjetividade, mas é um outro nome, e qual é o problema, né? E ai eu fico pensando também no que a (D3) trouxe, nessa questão dos documentos, que essa dimensão está lá, mas não é claro pra todo mundo. Por mais que você faça uma conjuntura da totalidade, por mais que a gente trabalhe esse percurso histórico, a totalidade, não tem uma clareza. Pega uma pessoa da graduação e vai dizer pra ela da subjetividade; desculpa gente, não é claro. Eu acho que quando a gente sai do estudo de caso e vem pra totalidade é um avanço, porque o estudo de caso individualizava, fragmentava, individualizava, a culpa é do indivíduo e a gente vive a culpa do indivíduo hoje, por quê? Porque o subjetivo ainda está escondido. O subjetivo não é o percurso histórico. Subjetivo não é uma análise de conjuntura. Subjetivo é para além disso. É uma ação do ser humano na interlocução, na conversa... ok, pode estar lá nos nossos

documentos, mas gente a apreensão é clara? Essa é uma pergunta que tem que se fazer. Eu chego na pós-graduação e vou estudar lá, a subjetividade. Eu posso ter identificado alguns pontos que eu vi, mas... Então, não sei se está claro lá nos nossos documentos. (Sujeito D5)

Há uma questão na categoria. Por exemplo, há pouco tempo o Serviço Social voltou-se com aproximação, embora macro, ao indivíduo, porque o nosso trabalho é sempre com a classe, então por isso o discurso da totalidade. Totalidade. Sempre, totalidade. Agora, algumas questões têm despontado e alguns pesquisadores estão pensando sobre isso que é a questão da raça, a questão da etnia, a questão da mulher especificamente, mas sem essa dimensão do individualismo no sentido.., nem é individualismo, do subjetivismo, tipo ah, você sozinho. É sempre no nosso contexto relacional. A gente sempre está fazendo esse movimento para entender o que é do sujeito, mas esse sujeito inserido numa sociedade. Não é ele nele mesmo. Então é esse movimento que a gente vai tentando. Agora isso são passos que nós temos dado agora, de aproximação recente, porque até pouco tempo atrás se você desse uma dessa, você estaria saindo da categoria classe. E num saindo da classe, isso já não é bem visto. (Sujeito M6)

É uma punição. Então a minha pergunta é: por que a gente não pode nomear como subjetivo? É essa a minha pergunta. Porque quando você fala, é punição. Isso pra mim não está claro... Nós aqui estamos num espaço privilegiado, nós somos privilegiados? Nós somos porque nós temos a oportunidade de estar na pós-graduação e conhecer outros autores e estudar, mas quando o Erivaldo pergunta e traz a prática dele lá, como assistente social, que muitos assistentes sociais, a grande maioria, que está na prática não têm acesso a pós-graduação. Então minha pergunta é: imagina pra eles, todo dia trabalhando, o que que é subjetivo? O que que eu estou entendendo? Percebe? Então a gente não pode pensar só no nosso umbigo. A gente tem que pensar que, quando eu penso o Serviço Social, eu não estou pensando na academia, estou pensando num todo e esse todo tem clareza? Porque não tem clareza. Basta vocês verem quem é que vai na reunião da ABEPSS, nós com nós mesmos. Então é assim, a categoria não vai, né? E quando você vai... Eu tô falando porque eu sou assistente social, eu tô na base, eu tô na rede, eu tô ali. E quando você joga isso pra rede intersetorial ai você vê... puts cara. Porque é isso. Não está claro pra quem está se formando. Não tá claro pro profissional, porque ai ele não sabe o que fazer, porque ele não consegue... Bom, não tá claro, e ai vem a punição. Não posso fazer porque senão vou ser punido em xis coisas. Então, pra mim, isso não está claro. Pra mim eu atribuo a não discussão, o não... Qual é o problema? Quero que alguém me responda. Qual é o problema por que que a gente não pode falar subjetividade? Mas eu quero fundamentado. Porque até agora ninguém me respondeu. Ah, mas Marx trabalha. Ok, mas por que a gente então não dá esse nome, já que está dentro da teoria? Qual o problema? Ninguém me respondeu até hoje. Então, pra mim, isso é um tabu e eu não sei o porquê. (Sujeito D2)

Percepção de conteúdos relativos ao campo da subjetividade no âmbito dos conhecimentos em Serviço Social

Ela (D3) falou que esses conteúdos estão nos documentos, mas têm documentos que não estão disponíveis no site da ABEPSS. Eu estou falando sobre formação na tese e fui tentar buscar no próprio site da ABEPSS algumas coisas de formação e não tem. Então assim, eu não vejo esses conteúdos; acho que ele é inexistente. Ele não aparece. (Sujeito D1)

Eu também penso que nós, enquanto categoria crítica, reflexiva, na nossa formação, pra tentar sair nesse movimento de reconceituação, muitos outros profissionais ficaram um pouquinho pra trás nessa questão da gente ser crítico, reflexivo. Então nós fomos construindo material próprio, pensamentos mais democráticos, podemos dizer mais revolucionários. Então eu acho

que nós fomos esquecendo algumas coisas é.., subjetividade, o ser enquanto ser. Fomos pensando nessa questão do capitalismo, na barbárie que reconstrói na reprodutividade da reprodução, do trabalho enquanto a questão central da nossa categoria. Então eu acho que nós fomos muito nessa toada e hoje com esse atual cenário, essa toada vai permanecendo, por mais que a gente traz o indivíduo pra dentro do cenário nós, as vezes, nos esquecemos que esse indivíduo, ele também reproduz na sociedade enquanto indivíduo, enquanto ser pensante. Então acho que essa questão de nós termos nossa própria literatura.., eu não acho que isso é ruim, mas a partir do momento que eu não consigo agregar, aí nós temos um grande problema, né? E eu vou pensando nisso e pactuo da mesma coisa que a (D2) por que não dizer? Então isso é uma incógnita que eu coloquei pra minha orientadora: ta, por que não dizer? Olha, foi bem claro: aqui são outros autores... Entendeu? Então a gente tem uma caixinha muito fechadinha. (Sujeito D5)

Eu fiz algumas disciplinas na psicologia social. O que eu acho da psicologia é assim. A psicologia tem; eles conseguem levar os autores e falar: bom, isso me basta até aqui, e fazer a crítica. Aqui a gente não lê. A gente nem lê, entendeu? Então, certas coisas, e aí entra a própria questão da momenclatura. Aí não vai ser abordada. (Sujeito M6)

Narre uma prática em que você tenha se remetido aos conhecimentos sobre subjetividade para o exercício da intervenção em Serviço Social

Eu trabalho já há quinze anos com a situação da violência. Eu já passei por criança, já passei por várias coisas, mas o que eu sou apaixonada é trabalhar com a violência contra a mulher; e eu trabalhei no atendimento com mulher. Quando eu vou para uma escuta qualificada, quando eu faço um acolhimento de uma mulher que chega no primeiro atendimento e eu paro naquele momento pra ouvir a história dela, eu não estou nem pensando no que eu vou oferecer pra ela, mas naquele momento eu estou parada para ouvir ela, pra entender a história dela, qual é a leitura que ela faz sobre a história dela, do que está ligado e o que não está ligado e a partir daí, muitas vezes, quantos atendimentos a gente só escuta? Não tem nem como ampliar aquilo, porque naquele momento a pessoa está tão fragilizada, a situação é tão cruel que aconteceu, que eu não consigo nem falar alguma coisa. Naquele momento que eu só faço uma escuta com ela, só estou presente ali, com ela, eu estou trabalhando esse subjetivo, porque naquele momento ela percebe, eu não estou sozinha, eu tenho uma pessoa com quem eu posso falar, uma pessoa que está me escutando, eu não estou sozinha. Então, naquele momento eu estou interferindo sim na subjetividade dela, mesmo que eu não abra minha boca, mas o fato de estar com ela, naquela fala dela, pra mim é trabalhar subjetividade. (Sujeito D2)

Eu trabalho no judiciário e ai vou dar um exemplo de um idoso. Havia a possibilidade de um idoso de oitenta e seis anos sair da casa onde ele morava e ser institucionalizado; e a época ele morava com o filho que tinha um problema de saúde mental e a esposa tinha falecido há pouco tempo. Com o falecimento da esposa, ele ficou mal, ficou desorientado, na falta de uma palavra melhor. Aconteceu dele ser hospitalizado, no percurso até o hospital ele chega.., tinha evacuado, estava mal, fechado nele mesmo. Ficou um tempo hospitalizado e havia a perspectiva por parte de uma sobrinha, vendo esse cenário, de institucionalizá-lo. Então eu cheguei na casa dele pra fazer a visita domiciliar e entender o contexto que ele estava, que tinha motivado essa questão da institucionalização. E ai descobri o filho com esse comprometimento. Tinha alguma autonomia, uma certa independência, mas tem essa questão de saúde mental. Falei então com o idoso. Quando chego lá, ele não está na casa e começo a falar então com o vizinho. Ah, você está procurando fulano? Ah, estou. Ah, olha, nós estamos arrumando o portão, que o portão deu problema aqui e eu fui buscar a ferramenta e ele foi buscar o cadeado. Tivemos que arrombar o portão e agora temos que fazer isso. Ué, mas esse

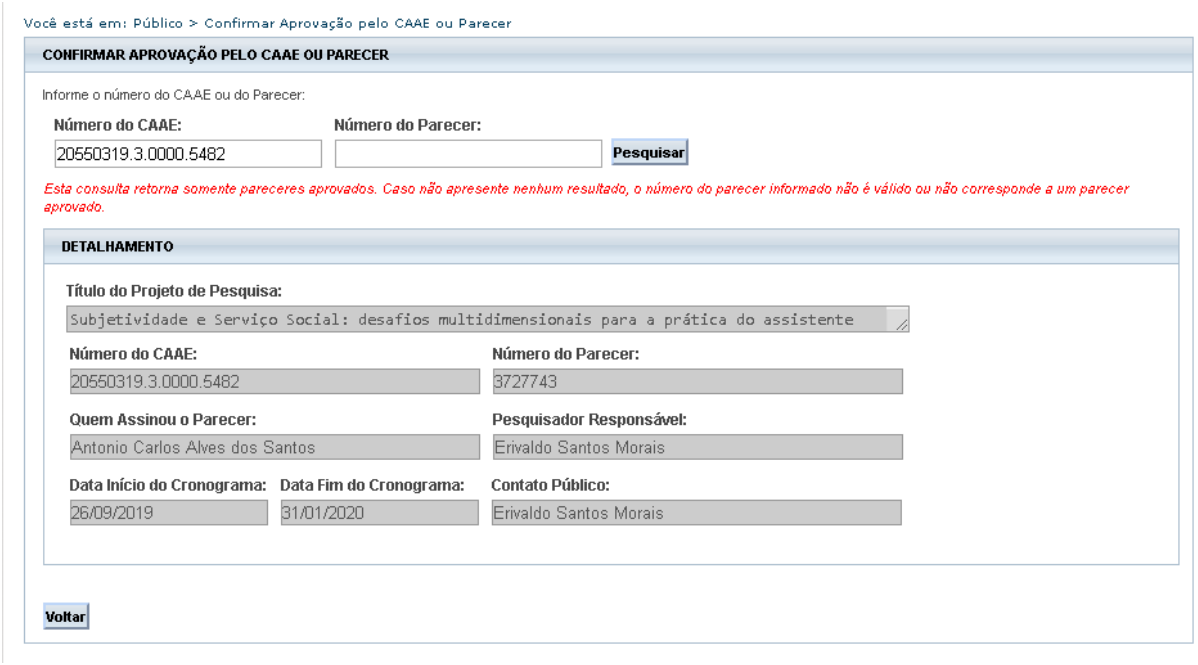
idoso que estava debilitado foi sozinho? Foi. Então eu olho lá no fundo da rua e vem vindo um senhorzinho com a bengala. Falei: nossa o senhorzinho não tem nada na mão, será que ele trouxe mesmo o que que era? Quando chega pertinho eu me apresento a ele; ele saca do bolso o cadeado e eles continuam na arrumação ali. Então eu me apropriei de todo esse círculo de amizade do senhor, das relações sociais que ele tinha estabelecido lá. O que ele chamava de trabalho, porque esse senhor que estava arrumando a casa dele era dono de uma oficina de conserto de máquina de lavar, geladeira, e esse senhorzinho então vira pra mim e diz: eu trabalho. Eu falei: nossa, você trabalha? Trabalho. Ele vai consertar e eu vou junto com ele no carro e eu fico olhando o carro enquanto ele entra na casa do cliente. Eu jogo bocha la no clube... Porque minha senhora morreu, aconteceu isso, aconteceu aquilo... Como o senhor está? Estou bem, a minha neta mora lá... Como sua neta? Ele chamava a filha da vizinha de neta, ele tinha toda uma série de relações sociais que o colocavam naquela casa com aquela vizinhança e pensando na situação dele, de tudo que já tinha acontecido na perspectiva da institucionalização, foi essa a argumentação que eu trouxe para o meu laudo, que ia ser catastrófico pra esse senhor sair daquela casa, de onde ele tinha as relações... A esposa passado por uma cirurgia e melhorou após a cirurgia, então não esperava que ela morre-se, passado bem perto do final do ano essa senhora falece na sala da casa deles e ai janeiro ele passa no hospital, a família não vai buscar... A família era esse filho e a filha dele outra que está lá no Japão. Então, eu usei todo esse conteúdo, que eu entendo que passa pela subjetividade dele, embora eu não tenha usado essa palavra, tenha falado sobre as relações sociais estabelecidas, a história de vida dele naquele bairro, a relação que ele tinha com a vizinhança, a ideia do trabalho que ele achava que exercia, o quanto isso ia fazer falta pra vida dele e podia ser até uma questão fatal. Já tinha passado recentemente por um fato e na minha conversa com a neurologista, quando eu estive no hospital, ela falou: casais que vivem muitos anos e um morre, o outro se sente muito perdido e pode vir a óbito sim. Então o choque é muito grande e ele, na maneira dele, organizava a vida dele. Então eu penso nessa atuação pra assegurar do ponto de vista social a continuidade dele naquela moradia, cercada por aquela rede de apoio que ele tinha; que ele era bem quisto, conhecido e tal. Foi super importante e a minha conversa com ele passou pela subjetividade dele, de entender quem ele era, a subjetividade dele e dos vizinhos, de entender quem ele era naquele contexto, a forma de lidar e que uma institucionalização ia ser muito prejudicial pra saúde dele; o prejuízo de vida dele ia ser enorme, talvez irrecuperável pelo tempo de vida que ele tivesse. Então foi por essa defesa que eu fiz. Então é um exemplo de como eu usei a subjetividade, usando sociabilidade, relações sociais, rede primária, a importância dele, do trabalho, pra que ele permanecesse morando no mesmo lugar e não sofresse uma institucionalização. (Sujeito M6)

Bom, é como já deixei claro. Eu concordo muito com (D3), mas também acredito que está tudo entrelaçado aqui, tudo que foi dito. Até porque se a gente pegar os exemplos de (M6) e de (D2), se elas pegarem essa história e forem escrever sobre ela, a subjetividade delas estará também no texto. Então é nesse sentido que eu acredito que qualquer livro que a gente pegue de Serviço Social está lá contida a subjetividade. Claro que com outros nomes, como a gente já falou também, com outras perspectivas. Não vai estar claro como (D2) também colocou; não vai estar claro lá, subjetividade, mas tudo está indicando a subjetividade. Então eu entendo assim como (D3), com essa perspectiva de construção de uma categoria. Eu acho que subjetividade perpassa todos esses caminhos; agora se está claro ou não, ai é onde entra no que vocês têm falado. (Sujeito D4)

Eu acho que um exemplo claro que eu também trago, que a minha pesquisa eu fiz no CEDECA de Osasco, trabalhando com a violência infantil, com o abuso sexual intrafamiliar. Eu fui numa reunião de rede,que pra mim é uma coisa assim que eu fico olhando, observando, pra mim é um pouco difícil a reunião de rede. Conversando com alguns conselheiros tutelares

também; a subjetividade, conforme eu fui colocando na minha pesquisa, a gente sabe que ela perpassa pelo ser social, pela cultura, passa por ene coisas. A subjetividade precisa ser mais clara, porque a subjetividade ela bloqueia ou ela libera ou ela liberta muitas questões. Fui nessa reunião de rede e eu falava da questão da inclusão da família dentro do sistema de garantia de direitos e dentro de oficinas para nós trabalharmos na base a questão da violência. E lá a única coisa que as próprias psicólogas do local, que só tinha um local que atendia criança nessa questão de violência, o único local que fazia essas oficinas com as mães. No CEDECA onde eu trabalhei não trabalhava essa questão, então eu tive que conversar com todos e desconstruir essa questão, que pra eles a família tinha que dar conta daquela situação. E eu falava pra eles que não. Então, essa subjetividade perpassa por vários locais, vários âmbitos que a pessoa já vai trazendo com ela algumas regras e normas que precisa ser daquela forma, que é aonde você vai limitando algumas questões. Então tive muito esse impasse no serviço e no trabalho de rede porque li eu escutei frases que eu pensei que nunca escutaria na minha vida (...). Então eu tive que me apropriar dessa questão da subjetividade e do que a gente já aprende pra desconstruir algumas coisas e defender alguns lugares e posicionamentos que não eram aqueles. (Sujeito D5)

ANEXO D – FICHA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA PUC-SP



Você está em: Público > Confirmar Aprovação pelo CAAE ou Parecer

CONFIRMAR APROVAÇÃO PELO CAAE OU PARECER

Informe o número do CAAE ou do Parecer:

Número do CAAE: 20550319.3.0000.5482 **Número do Parecer:** Pesquisar

Esta consulta retorna somente pareceres aprovados. Caso não apresente nenhum resultado, o número do parecer informado não é válido ou não corresponde a um parecer aprovado.

DETALHAMENTO

Título do Projeto de Pesquisa:
Subjetividade e Serviço Social: desafios multidimensionais para a prática do assistente

Número do CAAE: 20550319.3.0000.5482
Número do Parecer: 3727743

Quem Assinou o Parecer: Antonio Carlos Alves dos Santos
Pesquisador Responsável: Erivaldo Santos Morais

Data Início do Cronograma: 26/09/2019 **Data Fim do Cronograma:** 31/01/2020 **Contato Público:** Erivaldo Santos Morais

Voltar